

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**TRABALHO INFORMAL E REESTRUTURAÇÃO URBANA: O
CASO DOS TRABALHADORES INFORMAIS NA ZONA
PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

Ariane Melchior Nunes da Horta

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**Trabalho informal e reestruturação urbana:
O caso dos trabalhadores informais na Zona
Portuária do Rio de Janeiro**

ARIANE MELCHIOR NUNES DA HORTA

Sob a Orientação do(a) Professor(a)

Maurilio Lima Botelho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia

Seropédica, RJ

Novembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H821t Horta, Ariane Melchior Nunes da, 1993-
Trabalho informal e reestruturação urbana: O caso dos trabalhadores informais na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Ariane Melchior Nunes da Horta. - Seropédica, 2019.
107 f.: il.

Orientador: Maurilio Lima Botelho.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2019.

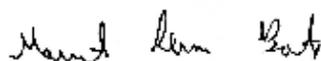
1. Reestruturação Urbana. 2. Trabalho informal. 3. Porto Maravilha. 4. Gentrificação. 5. Rio de Janeiro. I. Botelho, Maurilio Lima, 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Geografia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ARIANE MELCHIOR NUNES DA HORTA

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ou
Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de
concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/11/2019.



MAURILIO LIMA BOTELHO, Dr. UFRJ
(Orientador)



LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA, Dr. UFRJ.



MARIA DE FATIMA TARDIN COSTA, Dr. UFRJ.

Dedico esta dissertação ao meu pai, que desde cedo me ensinou que a educação é o único caminho para a transformação da nossa realidade. Meu exemplo de força, ternura e amor.

AGRADECIMENTOS

Nem sempre as palavras conseguem explicar um sentimento em sua totalidade. Inevitavelmente elas deixarão lacunas, mas sei que essas lacunas serão preenchidas pela gratidão que transbordo nestas linhas. Estes dois últimos anos não foram anos fáceis. Desde o ingresso na pós-graduação, as aulas, a escrita do texto, cada momento teve o seu desafio a ser superado. E algumas pessoas estiveram comigo em todos esses momentos e a elas, dedico estas linhas.

Pai, você é a melhor pessoa que eu conheço. Você é meu porto seguro, que me guiou quando me vi em caminhos tão tortuosos e que mesmo vivendo as suas próprias questões, sempre teve escuta para as minhas. Com você aprendi a ser humana no sentido mais sensível que essa palavra pode ter e a ver o outro como eu mesma me olharia. O meu amor por você, a minha gratidão e meu orgulho escorrem por meus olhos. Palavras nunca serão suficientes.

Mãe, o meu amor por você cresce a cada dia. O meu orgulho esparrama pelo meu íntimo, enquanto escrevo. Você é o maior exemplo de mulher que eu poderia ter, sinônimo de amor e intensidade em meus dias, que faz tudo por quem ama e que não desistiu de lutar. Sua força me fortalece. Sua persistência me orienta. Se eu for algum dia um pouquinho como você, estarei muito feliz.

Não posso deixar de escrever nestas linhas, a minha gratidão por ter você em minha vida, Pedro. E que mesmo vivendo em cidades diferentes há quase dez anos, conseguimos construir uma amizade para além do laço sanguíneo. Compartilhamos frustrações, alegrias, dores e carinho ao longo destes anos. Você sem dúvida é parte fundamental do que eu sou e de quem eu quero ser.

A presença da ausência da vó Natalia foi marcante, e não posso deixar de expressá-la aqui. Nos momentos em que pensei que não seria mais possível, sentia seu cheiro, ouvia sua risada e a sentia perto de mim. Em meu primeiro ano em Seropédica, não houve uma semana em que ela não me ligou, dizendo “oi minha flor, como você está? Estou com saudade” e me contava o que estava acontecendo naquele momento, com a família e em suas novelas. Espero algum dia te reencontrar, pois a saudade é enorme.

Vó Consuelo e vô Horta representam o que mais importa na vida: família. Os cafés da tarde em sua casa, com mesa farta e pessoas em pé, são minha lembrança mais doce de Ourinhos. Quando penso em voltar para casa, penso em vocês. Em ouvir suas histórias e lamurias, saber das pessoas que morreram na cidade e dos babados dos vizinhos. Meu avô que por nome já não me reconhece, é sinônimo de acolhimento e de bondade. Sempre esteve presente para quem precisou, independente de laços sanguíneos. Minha avó, matriarca, com seu sangue espanhol, me ensinou que por trás de toda casca existe uma pessoa com sentimentos profundos, doloridos, que fez e faz o que pode, para ver os que ama bem e tê-los por perto.

Meus tios e tias, primos e primas que fizeram esses longos anos passarem como em um piscar de olhos. Tia Rosana e Anna Clara, presentes sempre. Se não fossemos parentes, sem dúvidas seriam parte da família que eu escolheria. Anna que mesmo com seus dezesseis anos, ensina muito. Nos ensina a sermos pacientes, a lidarmos com as diferenças, a enxergarmos amor onde quer que estejamos.

Tia Stela, tia Lirian e tia Rê, o maior exemplo que eu poderia ter de mulheres que mesmo com todas as adversidades que apareceram no caminho, fizeram mestrado e

doutorado em busca de respostas para suas inúmeras questões. E que mesmo não convivendo como gostaríamos, estão presentes em minha vida e pensamento.

Agradeço a Maria, o Alexandre, Gustavo, Elcy e Kátia, que me acolheram em sua família desde o início. Por todo o cuidado, atenção e amor.

Agradeço ao Maurilio pela orientação ao longo destes dois anos, por toda troca que tivemos, desde a faculdade até hoje. Por suas aulas incríveis que sempre me instigaram a querer compreender um pouco mais, da música a economia política.

Agradeço os professores Leandro, André, Márcio e aos alunos do programa, por todo o conhecimento compartilhado, frustrações e conquistas, nesse texto há um pouco de cada um de vocês e de nossas discussões.

A CAPES que fomentou meu estudo e que hoje passa por um processo de desmantelamento, não só dela, mas da ciência como um todo no Brasil. Lutar por um mundo melhor, é dar valor aos cientistas, professores, médicos e atores de todo o país. Em uma realidade que embrutece, resistir é parte fundamental da construção de um mundo melhor.

Agradeço meus amigos que coloriram os meus dias. Lidiane, Camila, Caio, Priscila, Dani, Jefferson e Patrícia, obrigada pelas conversas, desabafos e sorrisos. Em especial a Carla, que nestes últimos anos se fez tão presente em minha vida. Com nossas trocas e diálogos, construímos uma amizade rara, que espero ter por toda a vida.

E ao Guilherme, que ressignificou o que é o amor. Sem o seu incentivo e apoio incondicional, nada disso seria possível. Suas contribuições, leituras do texto e discussões foram essenciais. Você sempre esteve ao meu lado, me incentivando a compor, a escrever, a ir atrás do que acredito. Obrigada por ter me dado a oportunidade de partilhar a vida com você, nos melhores e nos piores momentos. Nossa relação é a expressão do que considero mais importante nesta vida: o amor, o companheirismo e a liberdade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

HORTA, Ariane Melchior Nunes da. **Trabalho informal e reestruturação urbana: O caso dos trabalhadores informais na Zona Portuária do Rio de Janeiro**. 134p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Quando refletimos sobre as transformações recentes da região portuária do Rio de Janeiro, inicialmente pensamos nas modificações da forma e da paisagem urbana, do modelo de gestão e dos novos usos deste espaço, porém há também a necessidade de se enxergar e compreender as formas de trabalho que sofreram diretamente com a reestruturação urbana. Com a crise financeira que assolou o Estado, a instalação de muitos empreendimentos comerciais não aconteceu, fazendo com que muitos prédios estejam ainda vazios. Entretanto, a região portuária do Rio de Janeiro ainda se coloca como uma oportunidade de ciclo de investimentos imobiliários e especulativos para o capital. E mesmo com prédios vazios, as ruas estão cheias, de trabalhadores, moradores da região e turistas, que por ali circulam todos os dias, dinamizando a região. Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender se as transformações urbanas ocorridas na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro alteraram as dinâmicas do trabalho na região. Os objetivos gerais dessa pesquisa são entender e discutir as especificidades do trabalho informal no Brasil; questionar se a reestruturação urbana que ocorreu na Região Portuária foi um processo de gentrificação; conhecer os trabalhadores informais que ali se encontram, entender os processos sociais que ocorreram a partir de suas trajetórias e refletir se o processo de reestruturação urbana alterou a dinâmica do trabalho na zona portuária.

Palavras-chave: Trabalho informal, Reestruturação urbana, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

HORTA, Ariane Melchior Nunes da. **Informal work and urban restructuring: The case of informal workers in the Port Zone of Rio de Janeiro.** 134p. Dissertation (Master in Geography). Institute of Agronomy, Department of Geosciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019

When we reflect on the recent transformations of the Rio de Janeiro port region, we initially think about changes in the form and urban landscape, the management model and the new uses of this space, but there is also a need to see and understand the ways of working. suffered directly from urban restructuring. With the financial crisis that hit the state, the installation of many commercial enterprises did not happen, causing many buildings are still empty. However, the Rio de Janeiro port region still stands as an opportunity for a cycle of real estate and speculative investment for capital. And even with empty buildings, the streets are full of workers, locals and tourists, who circulate there every day, boosting the region. This research has as main objective to understand if the urban transformations occurred in the Port Zone of the city of Rio de Janeiro changed the work dynamics in the region. The general objectives of this research are to understand and discuss the specificities of informal work in Brazil; question whether the urban restructuring that took place in the Port Region was a gentrification process; to know the informal workers who are there, to understand the social processes that occurred from their trajectories and to reflect if the process of urban restructuring altered the work dynamics in the port area.

Key words: Informal work; Urban Restructuring; Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cais do Valongo atualmente.	32
Figura 2- Substituição da iluminação pública de gás para lâmpadas incandescentes. ...	36
Figura 3- Fotografia de Marc Ferrez Avenida Central	38
Figura 4- Vendedores ambulantes no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro.	39
Figura 6- Transformações na Zona Portuária do Rio de Janeiro de 2010 a 2015	46
Figura 7- Grafites no Boulevard Olímpico.....	55
Figura 8- Elevado da Perimetral antes das obras na Zona Portuária.	57
Figura 9- Armazéns no Píer Mauá após as obras de reestruturação urbana	58
Figura 10- Construção da roda gigante Rio Star no Porto Maravilha	60
Figura 11- Porto de Barcelona após as reformas	62
Figura 12- Vendedores ambulantes na Zona Portuária em um dia de domingo.....	76
Figura 13- Vendedor de camisetas da seleção brasileira no Porto Maravilha.....	78
Figura 14- Foodtrucks na Praça Mauá.....	79
Figura 15- Transmissão da final da Copa América na Praça Mauá	82
Figura 16- Vendedores ambulantes saindo da Praça Mauá.	83

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1- Variação do preço dos aluguéis na cidade do Rio de Janeiro entre 2008 e 2018.	43
Tabela 2- Área de Especial interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.....	45
Tabela 3- Taxa de informais na população ocupada em 2018.	73
Tabela 4- Taxa de desemprego ano a ano em porcentagem desde início da série histórica. Por esse gráfico, percebemos que desde 2015 o número de desempregados no país aumentou e, a leve queda de 2018, é explicada pelos trabalhadores informais e microempreendedores individuais.....	74
Tabela 5- Pessoas de 14 anos ou mais desocupadas, subocupadas e desalentadas, de 2016 a 2019.	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	5
1.1- Do fordismo à acumulação flexível	5
1.2- Centralidade do trabalho	8
1.3- Trabalhador flexível, o precariado	11
1.4- Crise da sociedade produtora de mercadorias?.....	14
1.5- Modelos de acumulação no Brasil.....	17
1.6- Trabalho e cidade: Neoliberalismo e os dois circuitos da economia urbana capitalista	23
2- O PORTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	31
2.1- A Reforma Passos.....	34
2.2- O Rio de Janeiro Olímpico e o Porto Maravilha	40
2.2- Gentrificação	48
2.3- Gentrificação no Porto	54
3- TRABALHADORES INFORMAIS NA ZONA PORTUÁRIA	64
3.1- Desemprego, informalidade e a reforma trabalhista de 2016	71
3.2- Vendedores Ambulantes no Porto Maravilha.....	75
CONCLUSÃO	86
ANEXO- ENTREVISTAS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

A dissertação aqui apresentada é fruto de uma investigação realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. Pretendemos refletir sobre os ajustes espaciais que o capitalismo engendra na cidade para driblar sua crise estrutural e sua influência no trabalho, no cotidiano dos trabalhadores e nas dinâmicas espaciais. A investigação sobre precarização do trabalho iniciou-se em minha monografia¹ do curso de licenciatura em Geografia, defendida em meados de 2015, e trouxe a necessidade de continuar os estudos sobre o trabalho e suas transformações.

A cidade do Rio de Janeiro sediou, nos últimos anos, megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que trouxeram para a cidade mudanças em sua paisagem urbana graças a grandes rearranjos espaciais ocorridos desde 2010. A construção de estádios e prédios que serviram de dormitório para os esportistas, a derrubada da Perimetral e a chamada revitalização da Zona Portuária da cidade são alguns exemplos do que foi feito na cidade nos últimos anos. A Zona Portuária sofreu mudanças em sua paisagem urbana como preparação para receber esses megaeventos esportivos.

A cidade, por meio de uma lógica empreendedorista, sofreu o processo de reestruturação urbana com a construção de museus, redes hoteleiras, prédios residenciais e grandes parques. O discurso que permeou esses projetos de reestruturação urbana e que de certa forma os trouxe para a aceitação popular, foi o do legado. A cidade ansiava por um legado olímpico, que não chegou.

O Rio de Janeiro sofreu o aumento em sua desigualdade social, com grandes remoções urbanas, aumento exponencial no preço do metro quadrado na cidade, o aumento no custo de vida de forma geral. Além dessas consequências, a crise financeira do estado explodiu nessa mesma época acarretou desinvestimentos na saúde, educação, um déficit nas contas públicas, além de outros resultados, gerando um número alarmante de desempregados por toda a cidade.

O Porto Maravilha foi a maior Operação Urbana Consorciada² ocorrida no Brasil até hoje, mudou a paisagem do lugar, do cotidiano das pessoas e de uma área de 5 milhões de metros quadrados que engloba os bairros de Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Caju, São Cristóvão, Cidade Nova e do Centro da cidade.

¹ HORTA, A. M. N. O professor paulista sofre: Notas sobre trabalho, precarização e saúde na educação do Estado de São Paulo. 2015.

² Segundo o site do Porto Maravilha, “ A operação urbana consorciada é um recurso previsto no Estatuto das Cidades (**Lei Federal nº 10257/2001**) para recuperação de áreas degradadas. Com duração de 15 anos, receberá investimento de R\$ 8 bilhões em obras e serviços no Porto Maravilha. Para conseguir recursos para a operação urbana, a prefeitura aumentou o potencial de construção de imóveis da Região Portuária, área que atrai a atenção de investidores do setor imobiliário para projetos comerciais e residenciais. Interessados em explorar esse potencial devem comprar Certificados de Potencial Adicional Construtivo (Cepacs), títulos usados para custear operações urbanas que recuperam áreas degradadas nas cidades. Todo o valor arrecadado com a venda dos Cepacs é obrigatoriamente investido na requalificação da região, inclusive áreas de preservação em que os imóveis não podem ter aumento de potencial. Além disso, pelo menos 3% da venda dos Cepacs são obrigatoriamente investidos na valorização do patrimônio material e imaterial da área.” Retirado de: <http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em 02/09/2018.

A hipótese central dessa dissertação é que a reestruturação urbana que ocorreu na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro teve reflexos diretos no trabalho precarizado, refletiremos se os vendedores ambulantes e artistas de rua foram atraídos para trabalhar nessa área pelas consequências que ela sofreu com esse processo. O trabalho informal dos ambulantes está presente historicamente na cidade do Rio de Janeiro e é regulamentado por lei desde 1992³, no entanto, por muitas vezes é associado à criminalidade e tratado com desprezo pelos órgãos e agentes públicos da cidade. No Porto Maravilha não é diferente, há vendedores ambulantes por toda a Praça Mauá marcando a paisagem e o cotidiano do lugar.

A paisagem urbana e o trabalho são categorias chaves que estão sempre conectadas, pois dinâmicas no trabalho são alteradas para suprir uma necessidade de valorização que o sistema capitalista exige. Compreender as formas de ajuste que o capitalismo engendra para continuar seu processo de reprodução e valorização é essencial, principalmente ao olhar esses ajustes na cidade e os reflexos deles no cotidiano. O capitalismo sofre, desde a metade do século XX, com a superacumulação de capital: quando há excedente de força de trabalho e de capital, maior contradição da lógica capitalista pois

Um sistema baseado no crescimento a qualquer preço enfrenta constantemente o problema de não ter mais como produzir riquezas, continuar em seus trilhos multiplicadores, pois a base a ser reproduzida torna-se excessiva demais. O objetivo perseguido pelo capital (a acumulação) torna-se o principal obstáculo para consegui-lo (superacumulação). As crises são a manifestação exata de um excesso de capital que não encontra saídas lucrativas (multiplicadoras) para que possa continuar seu movimento, voltar a ser investido. (BOTELHO, 2014: 08)

O reinvestimento no espaço urbano aparece como uma das possíveis saídas para a crise de superacumulação. David Harvey reflete que somente pela expansão geográfica e pela reorganização espacial o capitalismo consegue postergar a crise e, como a expansão geográfica chegou a seu limite, o reinvestimento no espaço urbano se torna uma saída essencial.

O “ajuste” espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para soluções das crises capitalistas mediante adiamento temporal e expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra. (HARVEY, 2003: 12)

Os fluxos econômicos refletem no espaço urbano, redefinindo dinâmicas locais, sociabilidades e simbolismos e o trabalho está diretamente ligado a esses fluxos na cidade capitalista. A relação entre ajuste espacial e trabalho na Zona portuária da cidade do Rio de Janeiro é presente pois houve o movimento do reinvestimento dessa região, como

³ A Lei 1.876/1992 que regulamenta o trabalho dos vendedores ambulantes pela cidade do Rio de Janeiro foi atualizada em 2017 para a Lei 6.272/2017 no qual acrescenta mais direitos a esses trabalhadores e atualiza os parâmetros definidos anteriormente. Para leitura do texto de lei: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/da65a6361caf879083257f460066ebb6/Od6e11af4d800739832581d00057223d?OpenDocument>. Acesso em 13/09/2018.

forma de retomar o processo de acumulação na cidade e a reestruturação urbana é um marco central desse processo.

O Rio de Janeiro historicamente conta com a informalidade como opção ao desemprego e a falta de oportunidades, o trabalho informal está presente em todos os bairros da cidade, da Zona Norte à Zona Sul e atrai uma grande parcela de jovens e adultos com baixo nível escolar e pouca abertura aos empregos formais. Compreender a precarização do trabalho e a informalização é cada vez mais necessário e presente em um país com 13,6 milhões de desempregados⁴, onde boa parte encontra no trabalho informal uma forma de sobreviver.

O primeiro capítulo fará um esforço teórico tentando compreender a precarização do trabalho. Milton Santos (2008) acreditava que para se compreender a realidade brasileira, uma teoria pensando a realidade dos países periféricos deveria ser feita, pois ela é muito distinta e tem particularidades específicas, que os países desenvolvidos não possuem. Compreendendo essa importância, um diálogo com autores que pensam a realidade brasileira será feito, tentando entender como as dinâmicas que ocorrem nos países centrais se manifestam aqui e quais as diferenças entre estes processos.

Primeiramente, refletiremos sobre a transição do fordismo à acumulação flexível e os reflexos dessa mudança de modo de produção e no trabalho no Brasil e, para isso, o diálogo entre Francisco de Oliveira, Paulo Arantes e David Harvey se faz presente. Com a teoria dos dois circuitos da economia urbana capitalista do geógrafo Milton Santos, compreenderemos o lugar do trabalho informal na economia e no cotidiano brasileiro e como a informalidade se coloca na paisagem urbana.

A partir dessa construção teórica inicial buscaremos entender a crise do trabalho abstrato e a centralidade do trabalho no capitalismo. Posteriormente, um panorama sobre precarização do trabalho e as especificidades do Brasil serão traçados pensando a ética do trabalho a partir do estudo de Richard Sennet que confronta o caráter do trabalhador fordista ao caráter do trabalhador da acumulação flexível, além da leitura sobre a crise da sociedade do trabalho de Robert Kurz.

Guy Standing reforçará nossa investigação com seu estudo sobre o precariado, uma nova classe de trabalhadores que emerge na acumulação flexível e tem a precarização e a inconstância no trabalho como única certeza. O precariado é a junção do proletariado⁵, que é a classe social que somente possui sua força de trabalho e a vende para sobreviver, com o precário, ou seja, o precariado é o resultado extremo da precarização do trabalho.

⁴Desalento recorde limita alta na taxa de desemprego, diz IBGE: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/desalento-recorde-limita-alta-na-taxa-de-desemprego-diz-ibge.shtml>

⁵ “Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção (...) e porque não são donos dos meios de produção (...) O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção (MARX, 2001, p. 828).”

Esse arcabouço teórico nos dará embasamento para compreender os reais motivos que levaram a sociedade do trabalho a entrar em crise e quais os reflexos desta crise na vida das pessoas. A precarização do trabalho e as especificidades da realidade brasileira serão abordadas e a partir de então, compreenderemos o trabalho informal e sua relação com a paisagem urbana no Brasil.

1- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

1.1- Do fordismo à acumulação flexível

De longe avistamos Cesário, um senhor de 78 anos que prontamente aceitou responder nossas indagações. Cansado, Cesário contou que mora no centro da cidade há 60 anos e que foi o 10º camelô de todos os camelôs registrados no Diário Oficial do Rio de Janeiro. Dedicou sua vida profissional como inspetor de alunos em um colégio estadual da Zona Norte e assim se aposentou, mas nunca deixou sua barraca de lado, trabalhando sozinho como camelô no centro da cidade.

**

Em seu livro *Condição Pós-moderna* (2008) David Harvey traz os motivos históricos e estruturais que fizeram o sistema produtivo sair do modelo fordista e chegar ao regime de acumulação flexível. Percorrer este caminho é necessário para que compreendamos várias dimensões e contradições do processo de trabalho, como a precarização e a flexibilização.

O trabalhador sofre diretamente as mudanças que o capital impõe no processo produtivo. Medidas que são tomadas por necessidades de mais valor para os detentores dos meios produtivos, como a racionalização do trabalho e flexibilização, afetam diretamente os trabalhadores em qualquer que seja sua colocação no processo produtivo. David Harvey contribuí na compreensão do fordismo e as mudanças que este regime de acumulação trouxe ao trabalho e, o que ocorreu para o capitalismo chegar na acumulação flexível.

O fordismo trouxe consigo grandes mudanças na organização da produção nas fábricas no qual aumentou os ganhos e a produção, além de mudanças nas relações sociais de produção. Mas a maior mudança que Ford trouxe foi a de racionalizar as formas organizacionais das indústrias, incorporando as tecnologias existentes e seus trabalhadores a uma linha de produção fixa e contínua. Isto posto, o trabalhador não mais participaria de todas as etapas da produção de uma mercadoria como acontecia anteriormente, mas somente de uma, diminuindo assim o tempo da produção de cada mercadoria e conseqüentemente aumentando o lucro de sua mercadoria final.

O grande marco do fordismo é visto por muitos como a introdução do dia de trabalho de oito horas e cinco dólares de pagamento, porém as mudanças que esse regime trouxe não ficaram restritas a isto, trazendo a ética do trabalho muito mais incorporada nas relações pessoais e no cotidiano.

Para Harvey, a grande diferença entre o fordismo e o taylorismo era

sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista, populista. (HARVEY, 2009: 121)

Ford, delimitando um número de horas diárias de trabalho e um pagamento fixo, começava a mudar todo um modelo de vida e consumo. Percebeu que tendo renda fixa, tempo para o lazer e mercadorias desejadas, estes trabalhadores poderiam consumir mais, criando assim uma possível solução para o excesso de produção que começara a aparecer. Ford acreditou tanto nisso que

[...] aumentou os salários no começo da Grande Depressão na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança na comunidade de negócios. Mas as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes mesmo para o poderoso Ford, forçando-o a demitir trabalhadores e cortar salários. (HARVEY, 2012: 122)

Ou seja, a implementação deste novo modo de consumo e de vida não correspondeu às expectativas e investimentos de Ford durante o período da Grande Depressão trouxe uma grande rotatividade da força de trabalho. O que Harvey aponta é que o modelo fordista trouxe um controle do trabalho muito maior pelo tempo, pelo cotidiano e pelo consumo.

A aceitação destes trabalhadores à produção de mercadorias em massa, visando a acumulação de capital não foi rápida, um grande esforço foi feito para mudar as concepções de trabalho, incorporando novas preocupações e exigências pessoais ao cotidiano destes trabalhadores e fazendo com que este cotidiano de trabalho alienante fosse visto como normal e recompensador. A moderna ética do trabalho se firma de vez, não deixando espaço para a sensibilidade individual, nem tempo para as realizações pessoais pois, o espaço e o tempo estão comprometidos com o trabalho.

A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY, 2009: 119)

Com isso, um trabalhador alienado em seu trabalho se consolida como padrão. Esses sujeitos passam a ter o trabalho como companheiro do início até o fim de suas vidas, como mediador de sua existência, entendendo que o salário é suficiente ao papel que desempenham em seus trabalhos e passando a desejar ansiosamente os finais de semana para enfim, viver. Muito mais que um modelo de produção restrito as fabricas, um novo modo de vida se inicia no pós-guerra, com bases fordistas (HARVEY, 2009).

Percebemos com isso que a sociedade capitalista é uma sociedade construída com base sólida na ética do trabalho e o sistema precisa que essa se torne necessária em uma escala individual, para assim o capitalismo continuar com a reprodução. A ética do trabalho é intensificada no fordismo como uma necessidade intrínseca à sobrevivência, com a mudança no modo de produção e no trabalho, por criar necessidades que antes não existiam na vida do trabalhador, trazendo o consumo como base para a existência quanto sujeito e modelo de vida⁶.

Ter que trabalhar é a única coisa concreta na vida dos sujeitos, além da morte. O trabalho medeia todas as relações sociais e individuais no sistema capitalista e essa relação é intensificada no fordismo, o tempo do relógio se torna mediador da vida dos

⁶ Ao falarmos em um modelo de vida para os sujeitos, aqui relacionamos ao *american way of life*, ou o modo de viver americano. Um estilo de vida baseado no trabalho e no consumo. Também podemos pensar no *self made man*, o homem que através de seu trabalho, conseguiria ascender na vida e se tornar um homem rico.

sujeitos, as horas são divididas entre horas do lazer e horas da labuta, os dias passam a ser contados entre dias de trabalho e dias de descanso e, restam poucas horas para o amor.

Sennet (2014) mostra que a ética do trabalho exige atitudes e posicionamentos dos trabalhadores muito diferentes das antigas consolidadas, como veremos mais à frente. O controle do tempo nem sempre existiu, agricultores plantavam e colhiam, os homens saíam para semear e voltavam com o alimento necessário para sua subsistência, as mulheres costuravam de acordo com a necessidade de ter uma roupa mais nova, artesãos separavam um tempo de seu dia para produzir sapatos ou facas. A questão primordial que separa essas atividades do trabalho na sociedade capitalista é o tempo exclusivo para o trabalho.

O fordismo fluiu bem como modelo de acumulação por ter otimizado a produção e expandido a circulação de capital de uma forma ainda não vista. Segundo Harvey (1992) existiu no fordismo uma segmentação do mercado de trabalho, os trabalhadores centrais com maior segurança e estabilidade no trabalho, direitos trabalhistas, salário fixo entre outros benefícios e os trabalhadores periféricos, que se dividiam em dois grupos. Os trabalhadores centrais são empregados com habilidades encontradas facilmente no mercado de trabalho e conseqüentemente com uma alta rotatividade e os periféricos que são trabalhadores flexíveis (parciais, terceirizados ou temporários). A maior parte dos trabalhadores periféricos no fordismo nos Estados Unidos da América eram negros, mulheres e latinos, pessoas com menor nível de instrução e maior dificuldade de adentrar no mercado de trabalho. “A atual tendência do mercado é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.” (HARVEY, 2009: 144).

A produção começa a ser feita em massa, por ter garantias que sempre haveria um mercado ansioso para consumir. Com isso, as indústrias começam a produzir de uma forma desregulada, pois o intuito final da produção não é a mercadoria em si, mas a produção de lucro para o capitalista, fazendo a produção de mercadorias ser expandida em larga escala e a primeira crise de superprodução acontece em 1929.

Os momentos de crises no capitalismo incrivelmente são provocados pela abundância de produção e não pela falta dela, as crises acontecem quando há uma ruptura no processo de valorização do capital e assim, na circulação. (HARVEY, 2011). A crise de superprodução é um reflexo direto do aumento da capacidade produtiva e ao mesmo tempo, do desmantelamento do sistema produtivo, ou seja, a crise não é pontual, o capitalismo é crise. E, se outrora a expansão externa do capitalismo aparecia como uma solução para a superprodução, hoje não é mais uma alternativa.

Segundo Harvey,

O argumento da taxa decrescente de lucro de Marx demonstra convincentemente que a paixão necessária dos capitalistas pela mudança tecnológica produtora de mais-valor, quando associada ao imperativo social da “acumulação pela acumulação”, produz um excedente de capital com relação às oportunidades de emprega-lo. Tal estado de superprodução do capital é chamado de “superacumulação do capital”. (HARVEY, 2013: 268)

Ou seja, as crises de superprodução são uma decorrência direta deste modo de produção capitalista em que a fixação pelo lucro se reproduz em forma de mercadorias, que não conseguem ser vendidas e interrompem sua circulação, gerando um momento de

crise. O capital não resolve suas crises, pois elas são parte de suas engrenagens e de seu processo de reprodução ampliada. O capitalismo desloca suas crises espacialmente e temporalmente, tentando assim reestabelecer seus lucros perdidos e mais, elevá-los a níveis superiores.

Nesse contexto, a acumulação flexível ocorre como modelo de acumulação capitalista, que surge com a crise do fordismo. A acumulação flexível herda características fordistas, que não se desmantelam completamente, e incorpora novas, essenciais a esse modelo. Segundo Harvey,

a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação de tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade (...). mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas. Das práticas mais flexíveis de emprego e trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (HARVEY, 2008: 178)

A flexibilização é o marco central da acumulação flexível, relações de trabalho são diluídas e encontram a individualidade e a incerteza como base. Essa mudança estrutural traz grandes mudanças no trabalho, um maior número de desempregados e o estreitamento das relações trabalhistas dos que ainda tem emprego e que, aceitam qualquer condição para se manterem empregados. A superação do espaço ocorre no desmantelamento das relações, agora flexíveis, de produção e distribuição e no trabalho. O trabalhador deve se sujeitar a trabalhos distantes de sua moradia, correndo de risco de ser mandado para outra cidade ou região, e tendo que aguentar as duras horas não remuneradas no trajeto para a labuta.

1.2- Centralidade do trabalho

O trabalho é essencial a reprodução de capital. Não como um dispêndio de força pois é mediado pela lei do valor, é essencial como uma abstração real e não como uma ontologia. A diferença crucial do trabalho na sociedade capitalista é a de sua separação da vida social, por isso uma abstração. No capitalismo o lazer, a cultura e o amor são separados do trabalho, onde os sujeitos vendem sua força de trabalho em troca de dinheiro.

A mercadoria mais importante e única de todo o sistema é a força de trabalho. Homens e mulheres a vendem a capitalistas que produzem inúmeras outras mercadorias, necessárias à produção de valor. A mercadoria força de trabalho é essencialmente única por que produz um valor superior ao seu próprio, os sujeitos produzem mercadorias a serem vendidas com valores superiores ao que vendem seu dispêndio de energia.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A

natureza dessas necessidades- se, por exemplo elas provêm do estomago ou da imaginação- não altera em nada a questão. (MARX, 2013: 113).

O trabalho é essencial à produção e à reprodução de mercadorias e, portanto, à sobrevivência do sistema e o tempo teve papel crucial para esse movimento. Outrora as pessoas se guiavam pelo nascer e o pôr do sol, pelos animais na roça, mas com a lógica do controle do tempo essas percepções mudam de figura. O controle sob o tempo é um dos principais marcos necessários para o capitalismo se manter, pois “tempo é dinheiro”. Com o trabalho nas fabricas, os sujeitos ganham hora pra entrar e pra sair da dinâmica alienante do trabalho, hora pra acordar e pra dormir e hora pra sonhar. A abstração real do trabalho, a ditadura do tempo do relógio, a ética do trabalho e o consumo são consequências dessa lógica perversa que visa a acumulação de capital.

A crise do capitalismo traz a discussão da centralidade do trabalho à tona. Ocorrendo a crise do trabalho abstrato, nos questionamos como fica a centralidade do trabalho nas interpretações, debates políticos e acadêmicos sobre o atual momento do capitalismo. Claus Offe apresenta esse debate mostrando a importância que o trabalho teve no século XIX e início do XX e, que não é a mesma de hoje, uma sociedade onde o trabalho perde centralidade na vida social.

Percorremos aqui um caminho analítico que poderá nos embasar sobre o lugar do trabalho nas discussões teóricas, sem deixar de compreender sua importância histórica como categoria central na ciência social e, que posteriormente mediará nossa discussão sobre a crise do capitalismo. Para Offe,

O objetivo da teorização sociológica pode, de maneira geral, ser resumido como a análise dos princípios que formam a estrutura da sociedade, programam sua integração ou seus conflitos e regulam seu desenvolvimento objetivo, sua autoimagem e seu futuro. (OFFE, 1985: 168).

Há teorias divergentes sobre o trabalho e sua gênese na teoria social marxista, o trabalho intrínseco a existência humana, uma ontologia, e o trabalho como parte alienante de uma sociedade capitalista fetichizada. A transformação da natureza, relação exclusiva do homem, seria o momento chave do trabalho abstrato, estando assim intimamente ligado a criação da sociedade que vivemos. Para alguns autores, a transformação da natureza dada pelo trabalho, originou tudo o que conhecemos como sociedade e por isso ele existe desde esse momento histórico, desde quando o homem não se via como tal (ANTUNES, 2008).

Para outros autores o trabalho não é ontológico, mas sim uma importante parte da engrenagem do sistema capitalista, que visa somente à criação de valor, à reprodução de capital. A relação entre homem e natureza teria deixado há tempos de ser uma atividade vital para se tornar uma relação mercantilizada, fonte de produção de valor e mais valor e uma abstração real.

O homem como vendedor de sua mercadoria força de trabalho, se coloca no mercado à disposição de quem puder pagar pelo seu tempo. Ou seja, tudo o que é feito não visando à obtenção de lucro, de valorização do valor, não é trabalho tal como conhecemos, mas um dispêndio de força, uma atividade, trabalho em uma perspectiva de não valor. (KURZ, 1999; OFFE, 1985). O que une toda e qualquer mercadoria é o trabalho e ao deixar de lado a forma da mercadoria, ou seja, seu valor de uso, a mercadoria produzida pelo trabalho deixa de ter significado

O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o

produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. (OFFE, 1985: 169).

O valor é uma abstração real, pertencente ao sistema capitalista e o que o torna exclusivo desse momento é a separação do trabalho da vida social, ou seja, a abstração do trabalho da vida.

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (MARX, 2013: 116)

O trabalho abstrato é o que define e caracteriza a sociedade produtora de mercadorias. O sujeito que não se percebe em seu trabalho por não sentir que pertence a essa atividade, abstraiu toda sua humanidade dessa condição. A abstração do trabalho, a alienação no trabalho são bases constituintes para a criação de valor e reprodução de capital. A necessidade real para a acumulação é a de um trabalhador que pouco entende e muito produz, fazendo com que o processo de produção de mercadorias e a acumulação de capital continue.

Nas ciências humanas e nos estudos do trabalho, há dois caminhos que pensam sobre o papel do trabalho abstrato na sociedade capitalista atualmente, em meio a flexibilização e ao seu desmantelamento como categoria central no processo produtivo, com a incorporação de novas tecnologias. Questiona-se se a crise da sociedade produtora de mercadorias é uma crise centrada no trabalho abstrato ou se é também crise do trabalho concreto.

Com as mudanças ocorridas no trabalho nos últimos tempos, houve uma ruptura na unidade e na homogeneidade do trabalho, ele se tornou “abstrato de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica” (OFFE, 1985). Ou seja, compreender o trabalho como uma relação social central e delimitadora não seria mais possível.

Para Claus Offe, a diferenciação acerca das formas de trabalho, produtivo e de serviços, apontaram como principais fatores para a quebra da homogeneidade do trabalho. A racionalidade do trabalho é colocada em xeque quando o autor reconhece que há diferenciações entre as formas trabalho. O que distinguiria o trabalho de serviços e o trabalho industrial é que no setor de serviços,

uma função de produção técnica que relaciona insumos e produtos frequentemente não pode ser fixada e utilizada como um critério de controle de desempenho adequado do trabalho (...) o trabalho em serviços diferencia-se do trabalho produtivo pela falta de um critério de eficiência econômica claro e indiscutível, do qual se poderia deduzir estrategicamente o tipo e a qualidade, e o lugar e o tempo do trabalho conveniente. (OFFE, 1989: 179).

Outro argumento que Offe traz em seu texto e que fomenta a ideia de um fim da sociedade do trabalho é que este teria perdido a importância na vida cotidiana das pessoas, a centralidade subjetiva do trabalho teria diminuído. A descentralização do trabalho em relação a outras categorias importantes da vida cotidiana se apresenta cada vez mais, o trabalho é visto como uma necessidade e um dever, e não haveria mais uma integração completa da vida com essa categoria, a abstração teria se tornado muito maior e mais potente.

Podemos apontar como um dos fatores fundamentais para esse processo a ascensão do consumo, como ponto crucial a vida dos sujeitos. O autor também fala que “junto com a degradação do trabalho e a extinção das especializações profissionais

frequentemente observadas, a dimensão subjetiva do trabalho também é enfraquecida” (OFFE, 1989:184).

Uma razão a mais para a depreciação moral e a diminuição da importância subjetiva da esfera do trabalho é a desintegração das esferas sociais da vida que são organizadas de acordo com categorias de trabalho e de emprego e complementadas pela tradição de família, pela filiação a organizações, pelo consumo do lazer e pelas instituições educacionais. (OFFE, 1989: 185)

Mas, como pensar em uma descentralização do trabalho na vida das pessoas se ele ainda hoje é tão presente e decisivo para a reprodução social? O que percebemos é que o caráter do trabalho mudou, talvez hoje se apresente mais para as pessoas por uma forma muito mais negativa do que de uma etapa para a liberdade, imagem construída pela ética do trabalho. A negatividade da centralidade do trabalho no cotidiano é transcrita na vida das pessoas quando estas passam por longos períodos de desemprego ou vendem sua força de trabalho a valores miseráveis, sendo obrigadas a isso para sobreviver.

1.3- Trabalhador flexível, o precariado

Como vimos, as subseqüentes mudanças estruturais da economia alteraram a dinâmica do trabalho no mundo todo. A chamada revolução tecnológica acarretou mudanças no trabalho, a tecnologia da informação, a robótica e a informática revolucionaram o modo de pensar, produzir e acumular.

David Harvey (2009) reflete que o capitalismo necessita cada vez mais de fluidez no tempo e no espaço para cada vez mais ultrapassar qualquer barreira que se coloque em sua frente, chamado pelo autor de compressão espaço-tempo. A compressão do espaço-tempo só é possível graças às novas tecnologias e investimentos em capital fixo⁷ nas cidades como rodovias e ferrovias, que facilitam a circulação livre de mercadorias, engolindo as barreiras outrora existentes pela circulação. A tecnologia aboliu as distâncias fazendo com que o capital esteja presente em todo o mundo.

A economia passou por reestruturações, visando sua adequação ao mercado globalizado afetando diretamente a produção de mercadorias. O trabalho na fábrica, produtor de mercadorias, passa a utilizar cada vez mais a tecnologia a favor da produção e com isso a mão de obra humana acaba sendo substituída gradativamente pela robotizada nas linhas de produção (HARVEY, 2016).

A mudança do modelo fordista para a acumulação flexível se apresenta em meados da década de 1970, quando o modelo de trabalhador e o modo de produção entram em crise, porém cabe destacar que não ocorreu uma ruptura, há na acumulação flexível processos sociais que foram construídos no fordismo, uma continuidade. A acumulação flexível trouxe à tona um novo tipo de trabalhador, antagônico ao fordista *salary man* que tinha certa estabilidade no trabalho e contava com direitos sólidos. O tempo é a palavra-

⁷ “O capital fixo não é uma coisa, mas um processo de circulação do capital através do uso de objetos materiais, como as máquinas. Disso então também decorre que a circulação do capital fixo não pode ser considerada autônoma dos efeitos úteis específicos que as máquinas e outros instrumentos de trabalho têm dentro do processo de produção. O capital fixo não pode ser definido independentemente do uso que é dado aos objetos materiais. Apenas os instrumentos de trabalho realmente utilizados para facilitar a produção do mais-valor são classificados como capital fixo.” (HARVEY, 2013: 283)

chave para se entender o trabalhador flexível, o mercado exige um trabalhador qualificado e com experiência, que abra mão de direitos e esteja sempre disponível.

Como visto anteriormente, o caráter dos trabalhadores flexíveis mudou, não é o mesmo de seus pais. As preocupações e exigências do trabalhador flexível são outras, muito mais instável em seu trabalho. Futuro, eis a palavra chave para se compreender a diferença do antigo trabalhador assalariado que conseguia ver um futuro estável no trabalho e do presente trabalhador flexível, que vive em constante busca por esta estabilidade, mas que não a encontra.

O trabalhador da acumulação flexível é um trabalhador-camaleão pois tem que se adaptar às novas exigências do mercado de trabalho, estar disponível sempre, aceitar não receber todos os benefícios que poderia receber, pois essa exigência pode ser considerada uma desvantagem, não consolidar uma identidade com seu trabalho por sempre mudar de posto, não ter tempo para se qualificar e especializar, além de ser cada vez mais explorado, trabalhando por mais tempo e ganhando o mesmo.

Uma das principais mudanças do trabalhador assalariado para este trabalhador flexível é a urgência de se camuflar em todas as situações necessárias e também, do trabalho em equipe, uma das marcas do capitalismo financeiro, das agências de publicidade e das empresas em geral, que cria a impressão de que o seu trabalho depende estritamente do seu desempenho e mérito, criando a competitividade como algo positivo.

A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho de equipe. Celebra a sensibilidade aos outros; exige aptidões delicadas, como ser bom ouvinte e cooperativo; acima de tudo, o trabalho em equipe enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias. O trabalho de equipe é a ética do trabalho que serve a uma economia política flexível.” (SENNET, 2014: 118)

O trabalhador sofre diretamente as mudanças que o capital impõe no processo produtivo. Medidas que são tomadas por necessidades de mais valor para os detentores dos meios produtivos, como a racionalização do trabalho, flexibilização e as reformas trabalhistas presentes hoje em vários países do mundo, afetam diretamente os trabalhadores em qualquer que seja sua colocação e o neoliberalismo se destaca como um grande modelo que incentiva a precarização do trabalho e viola os limites básicos do trabalhador. (HARVEY, 2009).

Como visto anteriormente, o modelo fordista se esgota em meados da década de 1970 e a partir daí o capitalismo entra em um novo ciclo de reestruturação, visando a continuidade de seu processo de acumulação. Segundo Harvey, esse novo modelo de acumulação é flexível pois

(...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2009: 140).

Essa flexibilidade é o oposto do fordismo, que tinha a rigidez como base para a acumulação. Para Harvey (2009: 141) essa mudança na mobilidade e flexibilidade do capital trouxe consigo um maior controle sobre a força de trabalho. Esse regime de acumulação traz mudanças significativas nas relações do trabalho e consequências graves, como o aumento do desemprego e o enfraquecimento da luta coletiva através dos sindicatos, importante ação que se fortalece em épocas fordistas.

No caso da América Latina, o diagnóstico compartilhado por muitos autores, sobre o desempenho do mercado de trabalho e da ocupação indica que os anos 90- período de introdução e institucionalização das reformas estruturais- foram caracterizados pela: insuficiência na geração de empregos e precariedade dos mesmos, estabilização dos salários reais e aumentos posteriores sem alcançar os níveis anteriores à crise do endividamento externo; e flexibilização das normas laborais, de tal forma a facilitar a alocação, uso e remuneração da mão de obra das empresas à flutuação da demanda e exigências da competitividade. (CACCIAMALI, 2001: 14)

O aumento dos desempregados reforça ainda mais o trabalho flexível, pois os capitalistas podem controlar ainda mais os salários, benefícios e a quantidade de mão de obra contratada, visto que há muitos sem trabalho que aceitariam qualquer condição. As exigências deste modelo são muitas, que perpassam a economia, acometendo todos os vieses da vida do trabalhador. O tempo social está comprometido, pois sem emprego, o sujeito deve dedicar todo o seu tempo disponível para à geração de renda. Para Guy Standing,

A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade no emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. (STANDING, 2017: 22)

O *salary man* fordista tinha esperança de ascensão de classe e segurança no trabalho. Esse trabalhador, no início de sua vida profissional, entrava em uma empresa e tinha perspectivas de construir uma carreira até sua aposentadoria, com garantias salariais e benefícios. Ele vivia a sua vida com a segurança da construção de uma identidade no trabalho, seu caráter era definido por seu trabalho. (SENNET, 2014)

Esse trabalhador perde seu espaço na nova organização do trabalho e dá lugar ao precariado, fruto da flexibilização do trabalho e da ascensão do neoliberalismo. Discutir o trabalho precariado é pensar as formas de exploração e flexibilização do trabalho e dos sujeitos, visto que a subjetividade, o caráter do trabalhador sofre grandes mudanças⁸.

O precariado nada mais é que a junção do proletariado com o precário, ou seja, o precariado é o resultado mais visível da precarização do trabalho e

o precariado tem características de classe. Consiste em pessoas que tem relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. (STANDING, 2017: 25)

⁸ Para uma leitura sobre as consequências da flexibilização do trabalho na formação do caráter do trabalhador, recomendamos a leitura do livro: SENNET, Richard. A corrosão do caráter consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, 18^o edição. Rio de Janeiro: Record, 2014.

A grande massa de trabalhadores do precariado é fruto da acumulação flexível, homens e mulheres com estudo ou não, formação acadêmica ou não, imigrantes e locais, que se veem desempregados e sem perspectivas de emprego, dos países centrais aos periféricos. Essas pessoas sem emprego e sem perspectivas, que para Standing se consolidam como o grupo do precariado no auge do neoliberalismo, e que continuam até hoje, com uma piora tendencial, são jovens que precisam trabalhar e que se sujeitam a qualquer emprego.

Para muitos sujeitos sem emprego e sem chances próximas de colocação no mercado de trabalho, a informalidade é uma saída. Cacciamali analisa que

as estratégias competitivas de empresas inseridas na economia global, em busca de redução de custos ou manutenção, ampliação de parcelas de mercado impulsionam mudanças nas relações de trabalho expressas sob a forma de contratos coletivos com cláusulas que permitem estabelecer jornadas de trabalho e remunerações variáveis, uso funcional múltiplo da força de trabalho, limitação no tempo estabilidade e desvinculação de aumentos automáticos de salários à produtividade.(CACCIAMALI, 2001: 13)

Os informais são convidados a se regularizar como microempreendedores individuais⁹ como estratégia para a diminuição do número de desempregados no país, ou seja, com os trabalhadores do setor terciário regularizados, o número de desempregados cairia e assim, para as estatísticas, o desemprego estaria diminuindo mesmo sem a abertura de vagas de emprego.

1.4- Crise da sociedade produtora de mercadorias?

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital. É o fato de que nela são o capital e sua própria valorização o que constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção. O fato de que aqui a produção só é produção para o capital, e os meios de produção não são simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais têm de se mover a conservação e a valorização do valor-capital, que depende das expropriação e do empobrecimento das grandes massas de produtores, choquem-se constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins, que tendem ao aumento ilimitado da produção, à produção pela produção mesma, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho social – choca-se constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais próprias deste regime. (MARX, 2013)

Como entender o fenômeno do desemprego estrutural sem antes entender a crise do sistema capitalista? O sistema produtor de mercadorias vive uma grande crise que se desenha para um trágico final. Para David Harvey, as crises de superprodução são uma decorrência direta do modo de produção capitalista em que a fixação pelo lucro se

⁹ Os direitos e deveres de quem se regulariza tornando-se microempreendedor individual, estão presentes no site: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em 03/09/2018.

reproduz em forma de mercadorias, que não conseguem ser vendidas e interrompem sua circulação, gerando um momento de crise.

Robert Kurz por outro lado, entende que as crises do capitalismo fazem parte de sua engrenagem, de seu funcionamento, porém percebe que o motivo já não é somente a superprodução. Para o autor, o avanço da tecnologia representa um limite interno absoluto para o processo de acumulação. Atualmente o capitalismo não precisa produzir mercadorias para gerar valor, o sistema financeiro baseado no crédito e especulação, cria valor por meio de criação de juros e capital especulativo.

Ou seja, com o mercado financeiro, não é mais necessário se produzir mercadorias para acumular capital e isso deixou o trabalho abstrato em uma sinuca de bico por não ser totalmente necessário para a geração de valor. A irracionalidade do sistema produtor de mercadorias o levará ao colapso, sua insustentabilidade ambiental e social o moverá à sua ruptura (KURZ, 2004).

Como foi discutido até aqui, a sociedade produtora de mercadorias continua sua produção com vigor, mas precisa cada vez menos de pessoas para que esse movimento aconteça. Essa contradição estrutural foi segurada por muito tempo, por meio da expansão absoluta do capital, mas hoje essa dinâmica não ocorre mais.

O mundo único, finalmente realizado e reconhecido como tal, mas condenado à forma fetichista, atacada por crises, do sistema produtor de mercadorias, revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir: uma guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis. O jogo do mercado mundial, que absorveu e assimilou todas as outras formas, já não permite que os perdedores voltem depois para casa em sossego, mas sim está destruindo sucessivamente para eles toda possibilidade de uma existência digna. (KURZ, 2004: 186)

A falta de emprego causa grande apreensão pois, até pouco tempo atrás, um grande número de trabalhadores se beneficiaram dos parâmetros fordistas do trabalho, recebendo para sua existência, sendo contemplados com férias, lazer, direitos trabalhistas e perspectivas de um futuro estável. Muitos hoje se encontram sem emprego e sem perspectiva real de trabalho na produção de mercadorias, restando o trabalho improdutivo dos serviços, o que à primeira vista soa como contradição. Para Kurz,

A contradição se revela no fato de que a relação que entra em crise até agora não foi analisada como histórica, isto é, como algo que possui um vir-a-ser e desaparecimento, mas como fundamento humano por excelência. Não se trata daquilo que Marx denominou de metabolismo com a natureza, que é insuperável, enquanto os homens existirem. Hoje parece, ao contrário, que entra em crise o processo de transformação do trabalho em dinheiro, o que Marx chamava de trabalho abstrato, isto é, o dispêndio de cérebro, nervos, músculos na forma social de dinheiro, e assim, a reprodução do homem no contexto de trabalho-dinheiro-consumo de mercadorias – essa conexão do trabalho com o dinheiro é histórica e de forma alguma supra-histórica. (KURZ, 1995)

A crise da sociedade do trabalho não é uma crise do metabolismo com a natureza, mas o fim da reprodução social por meio do trabalho, algo que nem sempre existiu Kurz (1995). Junto à crise do trabalho, a crise do capitalismo pois ambos são dependentes, não há capitalismo sem trabalho. A exploração da força de trabalho gera valor, e sem esse movimento não haveria mais geração de valor, como no mercado financeiro.

O segundo fato que parece paradoxal é que quando se falava antigamente de uma crise potencial ou de uma crise futura do capitalismo, falava-se da crise de valorização do dinheiro. Isto está totalmente fora de cogitação, parece que o capital não está em crise, apenas o trabalho. Isto é um paradoxo porque os dois são pólos de uma só e mesma relação. É tão impossível ao trabalho, o *abstractum* da modernidade, emancipar-se do capital e poder continuar sozinho a trabalhar para si, tal como era representado na religião de Estado no leste europeu ou também na visão fundamental do marxismo, quanto é impossível que o trabalho por si entre sozinho em crise e o capital continue a acumular. Acreditaria antes no dogma católico da transubstanciação ou em Virgem Maria que na possibilidade de valorização do capital sem o uso da força de trabalho abstrato, puramente como multiplicação de dinheiro. (KURZ, 1995)

Um outro fator que acentua e explica a crise do valor, além da substituição da força de trabalho humano por máquinas é o movimento que essas pessoas fazem, ao sair de trabalhos que geravam lucro para trabalhos improdutivos. A única forma de se gerar valor e fazer com que o sistema capitalista continue acumulando é pela produção de mercadorias. Segundo Harvey (2016: 103) “temos aqui a contradição central: se o trabalho social é a grande fonte de valor e lucro, substituí-lo por máquinas ou trabalho robótico não faz sentido, nem política nem economicamente.”

O número de pessoas desempregadas cresce no mundo todo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) disse¹⁰ que em 2018, 172 milhões de pessoas não tinham trabalho no mundo todo e dos que estavam empregados, mais de 3,3 bilhões não tinham segurança e bem-estar material. Outrora relacionado a crises financeiras e políticas pontuais, hoje o desemprego se mostra como algo estrutural em nossa sociedade.

Isso tem a ver com o fato de não tratar-se de um puro movimento cíclico. O ciclo normal, por assim dizer, do movimento capitalista, é recoberto por um outro problema, muitas vezes chamado de crise estrutural. Por isso, fala-se hoje já em desemprego estrutural em massa e não apenas em desemprego cíclico. Isto quer dizer que as cifras do desemprego não se reduzem na fase de recuperação cíclica da conjuntura, mas ao contrário, elas ainda se ampliam. (KURZ, 1995)

A questão que se coloca como desafio é que essa mão de obra que outrora produzia valor, por estarem empregadas em fabricas e indústrias, independente do setor de mercadorias que fossem, com o desemprego e a diminuição do trabalho na produção de mercadorias, se deslocam para o setor terciário. O setor terciário é o que mais emprega e continua sendo usado como esperança para a diminuição do número de desempregados no país, porém é um processo improdutivo que faz o capitalismo continuar seu processo de acumulação só movimentando capital.

Portanto, a terciarização crescente da sociedade se junta à exclusão do trabalho como integrante da crise do valor: a dinâmica histórica do desenvolvimento produtivo leva a uma transformação estrutural da economia capitalista. A origem dos dois processos é única: a automatização crescente dispensa o trabalho da produção de mercadorias, o que significa que, enquanto uma parte deste será atirada na exclusão econômica (desemprego), outra será lançada às atividades da circulação. A empresa global capitalista está cada vez mais demitindo, assim como concentrando sua força de trabalho restante na mera administração,

¹⁰ “Desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram”. Retirado de: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>>. Acesso em 28/08/2019.

estocagem e venda das mercadorias provenientes de sua grande unidade de produção quase automatizada. A fábrica global está se convertendo num shopping global. (BOTELHO, 2018)

Com a crise da sociedade do trabalho como eixo norteador do futuro, o quadro que se desenha é mais excludente e preocupante. Muitos encontram no setor terciário uma saída para o desemprego e encontram a precarização como companhia em seu cotidiano no labor. A terceirização irrestrita, o trabalho intermitente e o empreendedorismo individual como solução para a crise deslocam temporalmente o ápice dessa crise e não resolvem a falta de emprego no país. O trabalho informal é reflexo do desemprego e do desenvolvimento desigual da sociedade capitalista e no Brasil é historicamente uma solução encontrada à falta de oportunidades de trabalho das capitais ao interior do país.

1.5- Modelos de acumulação no Brasil

O fordismo, como compreendemos ainda há pouco, significou um regime de acumulação que marcou uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo em países do centro como também uma forma de organização da produção nas fábricas, além de fortalecer o trabalho como o centro da vida dos sujeitos, moldando seu caráter (SENNET, 2014). No Brasil, outras dinâmicas e outros parâmetros foram usados para se pensar o modo de produção e de acumulação que não se repete com enorme fidelidade na periferia do capitalismo.

Talvez uma das maiores especificidades do caso brasileiro e seu modo de acumulação seja a recente história da escravidão e o modelo de acumulação agro-mercantil escravista que perdurou por muito tempo. A herança do trabalho escravo está presente e aparece como eixo norteador ao modo de produção, tornando-o estrutural.¹¹ (ARANTES, 2004).

Com o fim do trabalho escravo,

A emergência da ordem burguesa não altera este modelo fechado na elite. Antes, exige que se passe por uma fase de transição na qual o escravismo dê lugar a uma sociedade centrada num contratualismo verbal, que de concreto será ainda fortemente a relação de trabalho do escravismo. Realizada sem acompanhamento de uma reforma agrária que toque na força e no poder do monopólio, a abolição que substitui o trabalho escravo pelo contratual do assalariado não fere a natureza concentradora e excludente do modelo escravista, e, quase que numa substituição por recriação, todos os problemas e vícios da estrutura escravista se passam para a fase seguinte da evolução brasileira. A regência dessa transição realiza-o o modelo de acumulação primitiva interna proto industrial. O Brasil entra na nova fase criada pela abolição da escravatura, a proclamação da república e a instituição do Estado nacional brasileiro (para muitos estudiosos só então se pode falar de uma cultura e uma literatura brasileira próprias, mercê de uma economia

¹¹ Para compreender melhor o significado da herança da escravidão na população brasileira e como ela afeta o trabalho, trouxemos os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostrou que “A taxa de desocupação, no segundo trimestre de 2018, dos que se declararam brancos (9,9%) ficou abaixo da média nacional (12,4%); porém a dos pretos (15,0%) e a dos pardos (14,4%) ficaram acima.” Ou seja, a maior parte dos desempregados no país ainda hoje é composta por pessoas negras e pardas. Retirado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>. Em 24/08/2018.

e um Estado nacional próprios). E se transforma numa sociedade estruturada no trabalho do seringueiro, do condiceiro, do peão e do colono, formas regionais do trabalho surgidas da abolição do trabalho escravo no âmbito do velho arcabouço, um “arquipélago” agora transformado num modelo de regiões homogêneas, diferenciadas pela forma da acumulação primitiva. (MOREIRA, 2002: 03)

Com isso chegamos na sociedade industrial, Francisco de Oliveira (2013: 35) reflete que o Brasil, tal como conhecemos, começou a ser construído pós anos 1930, pois “a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário- exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.”.

Um novo modelo de acumulação começa a ser introduzido no país, trazendo consigo mudanças significativas nas dinâmicas da economia brasileira, que vinha até então sem ser muito questionada e, uma das grandes mudanças que ocorreu e que repercute até hoje, são as mudanças entre trabalho e capital. O liberalismo adotado e adorado até então passa a ser questionado e substituído gradativamente pelo keynesianismo, com ideias de um reforço do Estado e um maior protecionismo.

O significado dessas mudanças é enorme, pois todo um modo de se produzir e acumular no país é alterado. A legislação trabalhista, até então inexistente, trouxe além de melhorias para a classe trabalhadora, que sofria miseravelmente sem direitos, o mínimo para existir e reproduzir. Oliveira ressalta que as leis trabalhistas foram pensadas pelo Estado visando a transformação da população em exército de reserva e que

essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial (...) de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando- o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2013: 38)

Os trabalhadores tiveram a garantia de que o mínimo para sua sobrevivência receberia em qualquer emprego, mas quem ganhou a verdadeira estabilidade foi a economia, com a continuidade do processo de acumulação. Oliveira (2013) apresenta objeções quanto a tese de que, de alguma forma a fixação do salário mínimo pelo Estado e não pelo mercado, tenha rebaixado salários. Ele argumenta que essa tese é em si frágil, primeiramente porque

se fosse verdade que os níveis do salário mínimo estivessem “por cima” de níveis de pura barganha num “mercado livre”, o que aumentaria demasiadamente a parte da remuneração do trabalho na distribuição funcional da renda, o sistema entraria em crise por impossibilidade de acumular; o que se viu após a implantação da legislação trabalhista foi exatamente o contrário: é a partir daí que um tremendo impulso é transmitido à acumulação, caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira. (OLIVEIRA, 2013: 39)

Além disso, o autor observa que naquela época, mesmo o salário mínimo da cidade era maior que o campo oferecia aos trabalhadores, independentemente de sua função nas terras, e que isso se tornou um atrativo para esses sujeitos que começavam a deixar o espaço agrário em busca de melhores oportunidades. O que mais marcou esse momento foi o papel que o Estado desempenhou na economia, projetando e executando

mudanças nas relações de trabalho e da cidade, visando criar as condições necessárias para esse novo modo de acumulação (OLIVEIRA, 2013).

Os reflexos destas políticas no trabalho transcenderam as leis trabalhistas pois fomentaram migrações do campo para a cidade, outra forma do capital se relacionar com o trabalho e, conseqüentemente, com os trabalhadores. O que ocorreu no fordismo dos países centrais, a consolidação do *salary man*, do trabalhador fordista, do homem que vive do trabalho e pensa pelo trabalho ocorreu aqui, mesmo o Brasil não tendo totalmente agregado o assalariamento como forma padrão de vínculo trabalhista.

A tese central do autor é que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” Oliveira (2013:60). As relações entre capital e trabalho, cidade e campo continuam desiguais, porém com essa mudança de modo de acumulação, a tendência a acumulação de renda e a desigualdade continuam e se consolidam como marcas da economia urbana brasileira.

O preço da oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo de alimentação- determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural- e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nestes ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, que se descrevera mais adiante, tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana em conseqüentemente os salários reais. De outro lado a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas. Nessa combinação é que está a raiz da tendência a concentração de renda na economia brasileira. (OLIVEIRA: 2013: 47)

A tendência à industrialização que começara no início do século XX no Brasil trouxe mudanças na ordem econômica e social brasileira, como dito anteriormente. O rural, posto como atrasado pelos entusiastas da industrialização, não era ativo no consumo dessa indústria, mas até então era base da economia nacional.

Oliveira argumenta que entre a agricultura e a indústria não havia dualidade, mas uma integração dialética. Dialética porque ambos precisavam de suas forças produtivas para se manter, não anulando uma a outra. A agricultura, o meio rural, fornecia para a indústria das cidades mão de obra e alimentos e não precisava ser consumidor daquela e, a indústria forneceria bases para a formação de um proletariado rural. (OLIVEIRA, 2013)

Como Oliveira analisou, a industrialização só foi viável porque o Estado interviu, trazendo mudanças que garantiram uma transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial, reforçando a mudança de modelo de acumulação no país. Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido por meio do populismo de Vargas, no qual acabou permitindo uma reprodução no campo de formas de acumulação primitiva ao excluir os trabalhadores rurais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Assim sendo, os trabalhadores rurais e a maioria dos trabalhadores do setor terciário não foram inseridos no novo estatuto do trabalho, que dava ao trabalhador os mínimos direitos necessários que garantiam sua sobrevivência e reprodução. Apesar da CLT ter benefícios como férias, salário mínimo igualitário, entre outros, as formas de exploração anteriores a essa legislação continuaram a ser reproduzidas, inclusive no campo, onde ela não havia chegado.

A industrialização no país acarretou mudanças de ordem política, econômica e social. Uma grande massa de pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida migraram para as grandes cidades e, com isso, um grande exército industrial de reserva¹² se formou. Pessoas com sonhos e expectativas saíram de suas pequenas cidades, de propriedades rurais onde trabalhavam e viviam, em busca de sucesso nas regiões produtivas brasileiras. A imagem do migrante bem-sucedido nas grandes capitais intermediava essa relação, tirando o desalento e incorporando o desejo de se realizar na cidade. A industrialização no Brasil trouxe vários redimensionamentos na escala social no país e acarretou uma grande leva de migrações pelo trabalho.

A estrutura produtiva industrial não trazia consigo preocupações frente ao consumo de sua indústria pela população brasileira, principalmente porque “a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender as necessidades da acumulação, e não as do consumo” (OLIVEIRA, 2013: 50). Por isso, o interesse nunca foi dar acesso as pessoas ao consumo de mercadorias, mas de ter uma indústria forte, competitiva e que fornecesse bases rentáveis a acumulação de capital.

Paulo Arantes comenta que o Brasil seguiu a ideia de que um de seus mitos fundadores seria o futuro, o desenvolvimento. Essa emergência de uma mudança estrutural que pusesse fim às desigualdades e oligarquias do passado para um país do progresso, teria fundado essa de visão. Para Arantes (2004: 25), esse ensejo era um “Estado de espírito euforizante de tal modo arraigado, a ponto de sobreviver até mesmo à revelação dramática do subdesenvolvimento, tal a confiança numa explosão de progresso que adviria, por exemplo da simples remoção do imperialismo”.

Todas as cartas seriam apostadas na industrialização e conseqüentemente no desenvolvimento econômico brasileiro, pilares que garantiriam estabilidade ao país frente aos avanços do capitalismo no mundo, por mais que essa industrialização tenha sido tardia, como Oliveira nos mostrou.

A ânsia por uma sociedade moderna e em plena participação na economia mundial trouxe consigo padrões e “conseqüente inclusão das barbaridades capitalistas locais no rol das anomalias do “atraso” e outros desvios.” (ARANTES 2004: 35). O dualismo que tomava conta até então no pensamento sobre a modernização e a industrialização brasileira, ideias sobre um país do progresso e um país do atraso, um antecedendo ao outro, caem por terra ao serem confrontados com a história brasileira e a dialética dos acontecimentos daqui.

Como reflexo ao processo de industrialização brasileiro e a tendência a concentração de renda e a desigualdade, um dos setores que mais cresceram pós anos 1930 e foi preenchido pela grande massa de trabalhadores foi o setor terciário.

¹² Para Marx, o exército industrial de reserva é necessário para a continuidade do processo de acumulação capitalista, assim como o desenvolvimento desigual. Segundo o autor “(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo a condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.” (MARX, 2013)

A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil (...).(OLIVEIRA, 2013: 55).

Ao pensar um modo de produção e de acumulação, analisamos não somente a teoria geral desses modelos como também as especificidades do lugar analisado. O setor terciário no Brasil hoje engloba uma grande parcela da população e começa a crescer nesse momento de mudança do século XX, do modelo de acumulação brasileiro e se perpetua até os dias atuais.

Os serviços crescem no Brasil nesse momento de aceleração do crescimento industrial, também pela pressão que a industrialização trouxe ao consumo, um mercado produtor se consolida juntamente com o mercado consumidor e, para esse consumo acontecer, os serviços se colocam de prontidão. Ou seja, a relação entre o capital e o trabalho é estruturante e decisiva nas relações industriais e de produção no Brasil, desde essa fase de mudança no modo de acumulação.

Além dessa etapa na consolidação do setor terciário como primordial à economia brasileira, também temos o fato dele aparecer como oportunidade aos desempregados e excluídos do trabalho formal. Como dito anteriormente um grande exército industrial de reserva se consolidou, e precisando sobreviver, encontrou muitas vezes nos serviços sua ocupação. O setor terciário

Criou-se, para atender as demandas nascidas na própria expansão industrial, vista do lado das populações engajadas nela, isto é, urbanizadas, uma vasta gama de serviços espalhados pelas cidades, destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e ateliês de serviços pessoais. Esses setores que funcionam como satélites das populações nucleadas nos subúrbios, e portanto, atendem a populações de baixo poder aquisitivo: por esta forma determinam o nível de ganho desses pseudo pequenos proprietários (o nível que pareceria uma operação de criação de “bolsões de subsistência” no nível das populações de baixo poder aquisitivo); na verdade, o baixo nível desses ganhos representa custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que são postos fora dos custos internos de produção e reforçam a acumulação nas unidades centrais do sistema. (OLIVEIRA, 2013: 69)

O setor terciário, os serviços, continuam hoje a abraçar uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros que não encontram em outro setor, uma renda estável para continuar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, 91,2 milhões de brasileiros estão ocupados hoje¹³, sendo que destes 23,07 milhões trabalham por conta própria, representando 25,3% da população economicamente ativa no país. O número de trabalhadores por conta própria cresceu e hoje representa uma grande parcela da população economicamente ativa do país.

o processo de informalidade reflete, por um lado, a destruição ou corrosão de determinadas relações de produção, formas de inserção, de regras institucionais e sociais, formas de contrato etc. vinculadas ao modelo econômico fordista que começa a entrar em decadência ao final dos anos 70 e, por outro, o processo de

¹³Retirado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>. Em 24/08/2018.

construção de outras relações, instituições e contratos associados ao modelo econômico emergente no momento contemporâneo. (CACCIAMALI, 2001: 15)

No Brasil, o trabalho informalizado abraça uma grande parcela da população, pessoas sem oportunidade de trabalho no mercado formal encontram uma saída para sua sobrevivência, abrindo mão de ter direitos. Os informais não têm direito a aposentadoria, nem a férias, não recebem um salário mínimo ou são recompensados por seu esforço.

O trabalho para eles é por conta própria, seja vendendo mercadorias em trens, vendendo balas nas ruas de carro em carro, em trailers, como manicure e pedicure pessoal, vendendo salgados em pontos de ônibus, entre tantos outros exemplos. As formas encontradas para driblar o desemprego e a falta de dinheiro são muitas e estão presentes no cotidiano dos brasileiros.

O trabalho formal cada vez mais tem se tornado precário, os direitos são reduzidos e o tempo de vida dedicado a trabalhar tem aumentado, a flexibilidade do trabalho o tornou mais doentio do que sempre foi e a perspectiva não é de melhoras. Porém, o trabalhador informal conhece essa faceta do trabalho desde sempre, por não poder contar com nenhum tipo de benefício oriundo do Estado mesmo pagando seus impostos e, além disso, a resposta a seu trabalho muitas vezes é a repressão.

O Estado, não assumindo sua responsabilidade com os trabalhadores informais, piora sua situação ao reprimir o trabalho. A violência é marca no Brasil e, para os que não tem carteira assinada, essa violência, além de moral, por vezes se torna física. O discurso hegemônico sobre os ambulantes varia entre o espaço que eles ocupam nas cidades com suas barracas e caixas de isopor, à concorrência com os comerciantes que tem suas lojas e restaurantes legalizados. A forma com que o Estado e a própria população encontram para lidar com os trabalhadores informais é a forma da violência, do abuso e da exclusão. O trabalho que, já é difícil e penoso, torna-se perigoso.

A precarização do trabalho informal é enorme e os Estados tentam se ajustar a esses trabalhadores, que cada vez mais ocupam espaços nas cidades¹⁴. O desemprego que cresce e assola 12,4%¹⁵ das pessoas no Brasil hoje é um reflexo de uma crise econômica e política, de mudanças nas estruturas econômicas como também da sociedade do trabalho que está em seus últimos suspiros e carrega milhões de pessoas para a exclusão do mercado de trabalho.

O Estado tenta se adaptar a realidade do trabalho informal que não produz mercadorias, mas as revende, por meio da regularização, tentando não os excluir diretamente. Esse talvez seja um reflexo do que vem sendo discutido até então, de que não há mais trabalho para todos e, o setor que ainda abarca grande parte da população é o setor terciário da economia. Criminalizar e violentar esses trabalhadores não é mais interessante ao Estado e ao capital, pois trabalhando eles consomem e consumindo, o sistema continua a caminhar.

¹⁴ Rio de Janeiro perdeu mais de 500 mil vagas de emprego desde 2014. Retirado de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/30/rj-perdeu-mais-de-500-mil-vagas-de-emprego-desde-2014.ghtml>. Acesso em: 02/08/2018.

¹⁵ Desemprego no Brasil cai no 2º tri, mas com aumento de informalidade e desalento, mostra IBGE. Retirado de: <https://extra.globo.com/noticias/economia/desemprego-no-brasil-cai-no-2-tri-mas-com-aumento-de-informalidade-desalento-mostra-ibge-22935642.html>. Acesso em: 20/07/2018.

Não há trabalho para tanta gente e, o trabalho que existe não abre as portas para estes trabalhadores que muitas vezes não tiveram a oportunidade de se qualificar. O resultado é desastroso: milhões de pessoas desempregadas, muitas em desalento¹⁶ e por isso já não aparecem mais em estatísticas oficiais, tendo que encontrar uma maneira de sobreviver. Para quem se encontra nessa situação, o trabalho flexível, precário ou informal¹⁷ aparece como opção e abarca uma grande parte da população.

1.6- Trabalho e cidade: Neoliberalismo e os dois circuitos da economia urbana capitalista

Como visto até agora, o Brasil teve suas especificações quanto a seu modo de produção, sua população trabalhadora e economia. Não há como compreender a realidade brasileira sem entender que as dinâmicas que ocorrem aqui são diferentes das dinâmicas sociais políticas e econômicas dos países ditos desenvolvidos. Desde a década de 1990 o neoliberalismo chegou com força no Brasil e trouxe consigo formas distintas de se pensar a economia, o trabalho e o Estado (HARVEY, 2009).

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001: 35).

O Estado nos países de terceiro mundo incentiva, com políticas públicas favoráveis ao investimento externo e ao desenvolvimento dos grandes produtores de mercadorias da economia, o circuito superior da economia. Isenções fiscais para as grandes empresas nacionais e estrangeiras, formação de mão de obra barata, construção de infraestrutura básica para a estadia destas indústrias, entre outras formas de atração são comumente cedidas às grandes empresas.

Para o geógrafo Milton Santos, essa abertura econômica dada à grande empresa traz consigo uma independência do Estado frente aos avanços desenvolvimentistas, tendo assim além da importância financeira, um forte papel político em suas decisões. O Estado fornece todo o aparato necessário à estadia destas empresas em seu território e se esvai da responsabilidade frente à economia, deixando-a toda nas mãos do capital- estamos lidando aqui com o neoliberalismo em pleno funcionamento. Um dos maiores intérpretes do neoliberalismo é o geógrafo David Harvey que em algumas palavras resume este sistema político. Segundo o autor,

o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura

¹⁶ Segundo o IBGE, hoje há 4,4 milhões de pessoas em desalento o maior número já registrado, ou seja, atingimos a marca histórica de pessoas que desistiram de procurar empregos formais. Retirado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>. Acesso em: 24/08/2018.

¹⁷ Cresce o número de vendedores ambulantes no Estado do Rio. Retirado de: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/cresce-numero-de-vendedores-ambulantes-no-estado-do-rio-12012018>. Acesso em 03/09/2018.

institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008: 12)

Harvey nos apresenta as raízes do discurso neoliberal em sua obra e mostra que além de ser um sistema político, passa por esferas ainda maiores que ditam o cotidiano da população em geral: o pensamento neoliberal está enraizado no modo de viver e de pensar de grande parte da população, que acredita que quanto mais liberdade individual e distância do aparato estatal na economia, maiores as chances de sucesso econômico e social.

A naturalização do neoliberalismo parte dos discursos e exemplos individuais, por uma lógica meritocrática de sucesso deste sistema e que, segundo Harvey (2007: 03) “é necessário construir um aparato conceitual que se mostre quase ‘natural’ para nossas intuições e instintos, para nossos valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos.”

A ideia do neoliberalismo surge em meados da década de 1970, quando as grandes potências enfrentam os problemas estruturais do capitalismo e a crise do fordismo. O estado de bem-estar social passava por problemas de financiamento e era necessário encontrar uma alternativa para a continuidade do processo de acumulação.

Com a grande crise da acumulação de capital da década de 1970, o aumento do desemprego, fortalecimento de movimentos sociais e uma expansão dos partidos socialistas no mundo todo, as classes dominantes sentiram uma ameaça econômica e perceberam a importância de uma nova forma de se pensar a economia, para manter seus privilégios de classe. (HARVEY, 2008)

Harvey mostra que este sistema econômico foi “testado” no Chile em plena ditadura, com apoio dos Estados Unidos, mas que se mostrou altamente desigual pois enquanto os ricos ficaram mais ricos, uma enorme parcela da sociedade chilena caiu na pobreza. O neoliberalismo se mostrou um grande sistema que conseguiu restaurar todos os privilégios de classe e aumentar o poder destas e, para isso acontecer, deixou à margem os trabalhadores e os pobres.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação de capital e de restauração do poder das elites econômicas. (HARVEY, 2008: 27)

A teoria neoliberal avançou e ideias como a diminuição do Estado, parcerias público-privadas e o mercado mediando as decisões, entraram em evidência. Harvey (2008: 30) acredita que “as decisões do Estado em questões de investimento e acumulação do capital estavam fadadas a ser erradas porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos sinais do mercado.”

Com o neoliberalismo, a atividade financeira passa a ser central na economia e as cidades não ficam de fora dessa rodada neoliberal, muito pelo contrário, pois a cidade financeirizada se torna um ativo, grande potencial para o capital.

O processo de acumulação de capital atinge todas as áreas do cotidiano das pessoas, as mercadorias medeiam nossas relações sociais do nascer ao morrer e entender as dinâmicas específicas da acumulação de capital no Brasil é entender os processos que influenciam a vida das pessoas. Não há como falar em crise da sociedade do trabalho e

trabalho informal sem percebermos essas especificidades que norteiam o trabalho no Brasil e para isso, a teoria dos circuitos da economia urbana capitalista é essencial.

Proposta por Milton Santos, a teoria dos dois circuitos da economia urbana capitalista busca explicar como as cidades dos países periféricos funcionam a partir de dois sistemas urbanos, o circuito superior no qual engloba os bancos e grandes corporações, entre outros e o circuito inferior no qual os empregos informais são contemplados, como o dos vendedores ambulantes. Ambos circuitos estão presentes no cotidiano brasileiro e na paisagem urbana das cidades onde se expressam de diferentes formas.

Milton Santos acreditava que a teoria deveria ser compreendida de acordo com a realidade e o cotidiano de seu país e não em conceitos pensados para os países desenvolvidos e para isso, a obra estudada em questão se fez tão importante à compreensão da realidade brasileira. Milton inicia seu livro mostrando que a tendência de se comparar fatos e especificidades do mundo desenvolvido com o mundo subdesenvolvidos é errônea e atrapalha a análise dos fatos. Ele argumenta que há aproximações entre a Europa do século XIX com os países subdesenvolvidos do século XX, mas que não há como compara-los com igualdade.

Segundo o autor, nos países desenvolvidos do século XX se criavam mais empregos que pessoas para trabalhar, tendo que atrair a população do campo para ocupar estas vagas de trabalho na cidade. Já nos países subdesenvolvidos, o que acontecia é que havia um grande investimento de capital, mas não vagas para todos, fazendo uma grande parcela de pessoas estarem sem emprego. Nas cidades dos países subdesenvolvidos, desde o início, o setor terciário tem uma maior importância que o setor secundário da economia, assim como argumentou Oliveira (2013:69).

Falando sobre as pessoas pobres, Milton diz que os guetos e as favelas têm pontos em comum, mas como no caso anterior, não se deve comparar diretamente. As pessoas que vivem em guetos são pessoas historicamente marginalizadas por sua cor, por sua classe e por serem imigrantes, que não conseguiram “prosperar” no país escolhido. Já nos países subdesenvolvidos, Santos (2008: 72) diz que os pobres “são oriundos das classes médias e pobres, rurais e urbanas, e frequentemente assistem a ascensão mais rápida dos estrangeiros que imigraram em data recente.”

E essa diferença entre os pobres dos países desenvolvidos e dos pobres de países subdesenvolvidos que nos mostra que há grandes discrepâncias nas relações do sem trabalho e que, por isso, não podemos pensar um circuito inferior nos países desenvolvidos, pois as dinâmicas do trabalho em cada lugar acabam sendo diferentes, apesar de todas sofrerem com a selvageria do capitalismo.

Falando sobre moradia e mais especificamente sobre as favelas, Santos é claro quando diz que não há uma assimilação direta entre favela e circuito inferior pois nem todos os trabalhadores pobres moram em favelas e nem todos que moram nas favelas, são pobres na mesma proporção. A favela tem dinâmicas próprias e que sem entender o processo histórico de sua formação, não podemos criar linhas diretas entre um circuito econômico e a questão da moradia. “Portanto, não há oposição entre favela e centro, mas oposição entre circuito inferior e circuito superior.” Santos (2008: 76)

Milton traz teorias acerca da favela e de seus trabalhadores, como a de Frankenhoff que diz que “a principal função da “periferia”, aqui a favela, seria de fornecer mão-de-obra ao “centro” e que este dado comanda as relações existentes entre os dois

conjuntos” (SANTOS apud Frankenhoff, 1967). Porém para o autor, os dois segmentos da cidade exercem funções e atividades mútuas, que ambas as partes se utilizam, ou seja, há uma co-dependência que é dinâmica.

O fenômeno dos dois circuitos da economia urbana não é um fenômeno contemporâneo, mas da época da industrialização periférica. No início da industrialização nos países subdesenvolvidos, ocorreu um grande êxodo rural, muitas famílias deixaram o campo em busca de emprego nas cidades e nessas cidades o emprego era relativamente seguro, tanto na indústria, como no comércio e construção civil.

Com a ausência de um comércio integrado ou especializado, como se encontra agora mesmo nas cidades médias e pequenas, com relações indispensáveis e diretas entre indústrias e comércio atacado, não é possível falar da existência de dois circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos dessa época. (SANTOS, 2008: 82)

Com a industrialização, o processo de exportação de matérias primas e alimentos entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos foi reforçado. Conforme os países subdesenvolvidos se especializam em determinados tipos de produtos agrícolas a serem exportados, mais eles deixam de produzir alimentos para consumo interno e aumentam a taxa de importação destes produtos, dos países desenvolvidos. Além de que não se exporta o produto bruto: é mais rentável que a primeira transformação deste produto aconteça no país de origem, antes da viagem. Segundo Milton (2008: 88), “o comércio do circuito superior depende estreitamente dos fornecimentos que vem tanto das importações como da produção nacional”.

Santos (2008) acredita que o período tecnológico em que vivemos hoje, conta com duas fases, a primeira seria a internalização da divisão do trabalho e a segunda a justaposição do mercado interno, diminuindo a necessidade de exportar. Nos países subdesenvolvidos a primeira fase continua com algumas diferenças, como a instalação de grandes indústrias em países subdesenvolvidos, que claramente não comportariam a produção, pois nestes locais se encontraria incentivos fiscais e mão de obra barata. Segundo Santos (2008: 94) “o comércio de exportação e a indústria de exportação são uma fonte de extração do excedente dos países subdesenvolvidos, particularmente em detrimento dos produtores e principalmente em benefício das firmas multinacionais.”.

Compreender o circuito inferior da economia capitalista nos países do terceiro mundo é próximo, está presente em todas as cidades destes países. Na literatura compreendia-se os processos ocorridos nos países periféricos no tocante à industrialização e urbanização em padrões internacionais, que não abarcavam todas as nuances e diferenças que ocorrem aqui. “De resto, o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital”. (SANTOS, 2008: 203)

Segundo Santos (2008:200) a terciarização foi muito utilizada na literatura para se referir “as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização.”. Para Milton, pensar essas realidades a partir do conceito de circuito inferior, enriquece e traz uma carga maior de familiaridade com as questões encontradas nos países do terceiro mundo. Segundo ele,

o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que tem uma filiação em comum. (SANTOS, 2008: 201)

Pensar no circuito inferior, é pensar na população pobre e migrante que ali encontra uma única saída à exclusão. Essas populações vulneráveis que se encontram sem emprego, mas que não estão desempregadas como o termo diz. O problema da terminologia sobre o emprego nos países do terceiro mundo ocorre quanto aos dados sobre emprego e desemprego que são normalmente utilizados.

Segundo Milton (2008), o problema da nomenclatura utilizada é que ela não foi pensada para a realidade dos países do terceiro mundo, deixando muitas pessoas à margem do “emprego, desemprego e não emprego”. Não há como definir com precisão as pessoas que se enquadram nestes padrões sobre emprego, pois não há dados suficientes referentes as pessoas que se ocupam com empregos temporários, de rua, domésticos e informais. Os padrões internacionais não se encaixam à realidade de sobrevivência destes países que é dinâmico.

O circuito inferior abarca muitas pessoas que se encontram sem emprego oficial de uma forma mais fácil e rápida que os padrões ocidentais e enquadra também os que não conseguiriam um lugar no comércio moderno. A ocupação é definida rapidamente, de acordo com a necessidade do sujeito, pois para entrar no circuito inferior é mais necessário o esforço físico, a mão de obra, do que capital para se investir. Com muito pouco ou nada, muitos conseguem uma ocupação. Domésticas, distribuidores de panfletos, pedreiros e vendedores ambulantes são alguns dos empregos encontrados quando estes se encontram em necessidade e sem perspectivas de um emprego formalizado.

Uma das características observadas por Milton (2008) é que quanto menor é o grau de escolaridade do sujeito, mais fácil ele encontrará emprego, pois a mão de obra barata e volátil é uma das características principais do trabalho no circuito inferior. Mão de obra especializada custa mais. Outra característica importante é a do armazenamento: ter trabalho rápido e sem grandes investimentos financeiros é crucial à obtenção de lucro, então estes novos comerciantes dependem do crédito à pequenos e médios varejistas, para dar o pontapé inicial em seus negócios.

Com isso, o estoque destes vendedores é sempre pequeno, podendo então transitar entre ruas e bairros, trens e rodovias, conforme a demanda exigir. Estas são algumas das especificidades do trabalhador do circuito inferior e principalmente dos vendedores ambulantes que, com pouco estoque de mercadorias e pouco investimento, constroem seu trabalho no dia a dia do comércio.

O vendedor de rua é menos dependente da clientela que os outros. Ele vai à sua procura, ele tenta essa clientela; ou pode aproveitar ao máximo uma ocasião: nos dias de chuva, as ruas e os escritórios são percorridos por vendedores de capas e guarda-chuvas. Sua situação também lhe permite escapar dos impostos. Mas, sobretudo, o comércio ambulante permite que se mobilize um mínimo de capital. (SANTOS, 2008: 218)

O circuito inferior é marcado também pelo grande número de mulheres que muitas vezes trabalham em casa cuidando de crianças, fazendo faxina, cozinhando, sendo manicures ou abrindo uma portinha em sua própria casa onde vendem alimentos caseiros e comprados. Seja o vendedor ambulante ou a mulher que trabalha em sua garagem, seu tempo no trabalho é muito elevado, pois quanto mais se trabalha, mais chances de ganhar dinheiro se tem.

O que ocorre como pensado anteriormente, é que uma significativa parcela de trabalhadores do circuito superior pode ficar desempregada. Estes trabalhadores que podem ter mão de obra especializada ou não, buscam no circuito inferior da economia empregos rápidos e que supram suas necessidades financeiras, mesmo que emergencialmente.

O circuito inferior movimentada e dinamiza as relações de produção e reprodução do capital ampliado na cidade, é um setor chave para se entender o desenvolvimento do modo de produção e acumulação no Brasil, por estar presente desde a industrialização na realidade econômica e social deste país, como também é essencial para se formar um panorama do trabalho no Brasil. Milton escreveu seu livro na década de 1970 e desde então, o capitalismo continua seu processo de valorização do valor, com mudanças mais expressivas no trabalho e, com trabalhos cada vez mais precarizados e informais.

O número de trabalhadores informais no Brasil aumenta a cada mês, o desemprego está em níveis alarmantes e o desalento batendo recordes. Não se abrem mais oportunidades de emprego como antes e, a perspectiva é de que as coisas que já não vão bem, piorem.

Em 2017 foi aprovada pelo congresso nacional brasileiro com a autorização do presidente, uma reforma trabalhista¹⁸ que prometia uma “modernização nas relações trabalhistas” e mais benefícios para os trabalhadores. Na realidade essa reforma foi o maior retrocesso aprovado para os direitos dos trabalhadores, desde que estes foram instituídos na Era Vargas, por retirar direitos básicos e reificar a relação abusiva entre patrões e empregados.

As relações trabalhistas e as formas de trabalho do terceiro setor no Brasil sempre foram precarizadas, o que a CLT trouxe foi o mínimo de garantias e direitos para as pessoas que trabalham, para que a exploração abusiva não acontecesse mais, ou quando acontecesse, o trabalhador pudesse recorrer e lutar por sua dignidade, além de poderem contar com benefícios que outrora só existiam para os ricos, como aposentadoria e férias remuneradas. Com a reforma trabalhista, muitos pontos que antes eram indiscutíveis, sofreram ataques e retrocederam, instaurando-se a barbárie nas relações entre empregados e patrões.

O resultado dessa mudança nas leis do trabalho no Brasil pode ser visto por terceirizações em larga escala, trabalho intermitente, quebras contratuais, jornadas de trabalho exaustivas sendo exigidas dos trabalhadores, entre tantas outras consequências. O discurso oficial era de que a legislação trabalhista no Brasil estava ultrapassada e que, modernizando as leis e direitos, muitas vagas de emprego seriam criadas. O que não se discutiu até então, por ignorância ou interesses, é que a maior parte destas vagas que viriam a aparecer seriam intermitentes e informais.

Não há como criar empregos sem investimentos na produção e na distribuição, somente com a flexibilização de leis trabalhistas. O resultado é desastroso, como apurou a revista Carta Capital¹⁹, nos nove meses de vigor da reforma, apenas 50.545 postos de

¹⁸ O site do congresso nacional conta com o texto integral da reforma trabalhista aprovada. Link para o texto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em 03/08/2018.

¹⁹ “ Reforma trabalhista: 78,4% dos postos criados são intermitentes ou parciais” Retirado de: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/reforma-trabalhista-78-de-vagas-criadas-sao-intermitentes-e-parciais>. Acesso em 13/09/2018.

empregos formais foram gerados, sendo que “Foram gerados 26.300 postos intermitentes e 13.320 parciais no período (saldo). Ou seja 78,4% do saldo de empregos formais gerados desde novembro foi em contratos “atípicos” e precários, que passam a ser reconhecidos pela Reforma Trabalhista.” Um país que sofre com o desemprego e com o desalento, encontra a diminuição de direitos como resposta a seu pesar.

Vender sua força de trabalho por uma quantidade estipulada de dinheiro e ter seu tempo calculado e dividido entre tempo do trabalho e tempo do viver por todos os dias de sua vida não é natural, é uma forma socialmente aceita de exploração. A questão é que desde a arrancada neoliberal no Brasil, o trabalho aos moldes fordistas, como conhecíamos mudou.

Os direitos trabalhistas têm diminuído, assim como o salário perde cada vez mais seu valor para a reprodução social; além da terceirização do trabalho ter sido adotada em larga escala, diminuindo ainda mais os direitos dos trabalhadores e seu poder de consumo e reprodução social, pois os trabalhadores terceirizados são os trabalhadores formais mais mal pagos e com menos direitos no Brasil hoje²⁰. Ou seja, cada vez mais trabalhar se tornou uma atividade desgastante, perigosa e menos recompensada.

A revolução tecnológica encurtou o período de adequação a essa realidade, pois trouxe uma mudança brutal e estrutural na produção de mercadorias, cada vez mais se precisa de menos gente para produzi-las. Quanto mais a tecnologia avança, menos pessoas são necessárias para o trabalho com a racionalização desenfreada da produção²¹.

Motoristas são substituídos por inteligência artificial, robôs operam cirurgias complexas, fábricas precisam somente de um controlador de maquinaria para produzir milhares de mercadorias.

O que parece ser o cerne da crise é, no mais amplo sentido, a racionalização. Dela faz parte a automatização de processos de produção, redução de linhas organizacionais, portanto, aquela racionalização organizacional pela qual se racionaliza e elimina tão fortemente a força de trabalho em todo o território; isto causa um aumento de produtividade em tal medida que ultrapassa a capacidade de absorção de trabalho vivo pelo capital em sua valorização, nos processos de produção empresariais. (KURZ, 1995)

O avanço da tecnologia e a racionalização expuseram a contradição do capitalismo e a crise do trabalho e, de sua mais visível consequência, o desemprego. A tecnologia pode ser definida “como o uso de processos e coisas naturais na fabricação de produtos para propósitos humanos. Em sua base, a tecnologia define uma relação específica, dinâmica e contraditória com a natureza” (HARVEY, 2016: 94). Como o capital busca o lucro a qualquer preço, avanços tecnológicos significariam uma maior

²⁰ “Efeitos da terceirização: salários mais baixos, mais acidentes e menos direitos”. Retirado de: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/03/efeitos-da-terceirizacao-salarios-mais-baixos-mais-acidentes-e-menos-direitos>. Acesso em 18/09/2018.

²¹ Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 5,6% da população mundial economicamente ativa, ou seja, 192 milhões de pessoas estavam desempregadas no ano de 2017 e a tendência é esse número aumentar. Dos empregados, a OIT diz que 1,4 bilhões de pessoas estavam em empregos vulneráveis e outros 35 milhões se juntarão a eles até 2019. O relatório também diz que o setor de serviços é o que abarcará o maior número de empregados, visto que empregos na agricultura e na indústria continuam a cair. Retirado de: <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-e-deficits-de-trabalho-decente-continuarao-altos-em-2018/>. Acesso em: 10/09/2018.

taxa de lucro, investir em tecnologia é investir num maior lucro num espaço de tempo futuro.

Harvey (2016: 96) mostra que “a inovação tecnológica se tornou um objeto de fetiche do desejo capitalista” e que a inovação tecnológica logo se tornou um ramo de investimentos e que atende a todos, do Estado aos investidores individuais. A inovação tecnológica permeia a indústria farmacêutica, armamentista, do agronegócio, entre outras, além de “explorar a inovação pela inovação”, em startups que abrem a todo o tempo, por todo o mundo.

Harvey questiona qual é a contradição que poderia ameaçar a lucratividade do capital e, ele diz que a primeira grande contradição seria em relação a dinâmica da tecnologia com a natureza e a segunda, da relação tecnológica com o futuro do trabalho e o papel da mão de obra com o capital. O controle do trabalho e do trabalhador sempre foi crucial pra acumulação de capital, a ética do trabalho, a vida medida pelo relógio tenta garantir a eficiência destes trabalhadores e sua produção.

Harvey (2016) acredita que o objetivo de muitos inovadores que investem em tecnologia, é o controle do trabalho, o controle total da produção de mercadorias. O autor aponta que a fantasia da tecnologia na produção, da substituição dos trabalhadores por robôs tem relação com esse controle total e imutável sobre o trabalho. Robôs não pensam, não faltam, não reclamam e não fazem greve.

O que Harvey nos mostra é que essa é uma das maiores contradições do capital, pois o investimento em tecnologia e no trabalho realizado pelas máquinas, se deixa de empregar milhares de pessoas e, se o trabalho social é a grande fonte de valor e lucro, substituí-lo por máquinas não faz sentido, política ou economicamente.

Com o avanço da tecnologia na produção de mercadorias e a nítida diminuição de empregos, as pessoas que estão sem trabalho e sem perspectivas de alguma colocação no mercado de trabalho formal, encontram no comércio de mercadorias uma saída para a falta de dinheiro em seu cotidiano. O trabalho informal é reflexo direto da crise do trabalho.

2- O PORTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro é a mais rica, populosa, comercial e industrial de todo o Império e da América do Sul. Esta supremacia provem do porto, que lhe assegura vantagens eminentes para ser, como é, um centro de considerável tráfico com o interior e de suas transações com o exterior, e tão grande que o comercio abrange em suas evoluções os territórios de muitas províncias, suas limítrofes e outras que não são imediatamente, as quais encontram no porto os requisitos precisos para fácil expedição dos produtos destinados aos mercados estrangeiros, e o abastecimento que elas necessitam. (CASTRO, Borja. 1877: 45 APUD BENCHIMOL, 1992: 49)

**

O Rio de Janeiro vivenciou diferentes perspectivas urbanas desde sua fundação. Com o modelo português, a cidade se constituiu como capital do império e teve sua expansão definida por esse modelo de ordenamento urbano. O Rio concentrou por muito tempo o poder econômico e político brasileiro e por isso, o estado interviu diversas vezes em seu espaço urbano, tentando adequar a cidade às exigências que a acumulação de capital exigia e, um dos locais que sofreu alterações na produção do seu espaço urbano foi o porto.

O porto da cidade do Rio de Janeiro tem uma grande importância econômica e geográfica que acompanhou as mudanças realizadas desde o século XIX. Não nos cabe trazer uma análise histórica desde o início das atividades portuárias no Rio de Janeiro até a recente reestruturação pelo qual ele passou. De Pereira Passos ao Porto Maravilha, as obras que ocorreram na Zona Portuária foram de extrema importância para o movimento de reestruturação que a cidade passara. Portanto, compreender os processos que levaram essa Zona ter grande importância econômica e social e o processo de valorização, desvalorização e revalorização, são essenciais à essa pesquisa.

Sérgio Lamarão aponta em seu livro “Dos Trapiches ao Porto” que a Zona portuária da cidade começa a sofrer impactos estruturais com a vinda da família real para o Brasil. Porém, cabe destacar que antes da chegada real, o porto por muitos anos foi a porta de entrada no Brasil para milhares de africanos escravizados que, entrando pelo Rio de Janeiro partiam para outras cidades e regiões do país ou mesmo ficavam em terras fluminenses.

A história do porto não deve ser dissociada de seu passado racista, classista e desigual. Como recepção e palco da compra e venda destes homens e mulheres escravizados, teve essa marca em sua história e que o acompanha até hoje. Como marco de resistência da sórdida memória da escravidão no país, o recentemente descoberto Sítio Arqueológico Cais do Valongo localizado na Praça do Comércio na Zona Portuária, foi palco de entrada de pelo menos 900 mil africanos no Brasil²².

Segundo a Unesco²³ “O Cais do Valongo é um exemplo de sítio histórico sensível, que desperta a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lida com a história de violação de direitos humanos. Portanto, o Cais do Valongo materializa memórias que

²² Há historiadores que contestam a versão oficial de que o Cais do Valongo recebeu quase um milhão de africanos.

²³ Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/valongo-wharf-archaeological-site/>. Acesso em: 10/04/2019.

remetem a aspectos de dor e sobrevivência na história dos antepassados dos afrodescendentes, que hoje totalizam mais da metade da população brasileira e marcam as sociedades de outros países do continente americano”.

O Cais do Valongo deixa de ser usado como desembarque e comércio de escravos em 1831 e, a história de apagamento da memória do cais se inicia no século XIX, quando tentando mudar a história da antiga porta de entrada de escravos na cidade, se aterra e constrói o Cais da Imperatriz em seu lugar. O Cais da Imperatriz foi construído em 1843 para receber a Imperatriz Teresa Cristina, que chegava ao Rio de Janeiro para o casamento com Dom Pedro II.



Figura 1- Cais do Valongo atualmente. Os vestígios de ambos os cais, do Valongo e da Imperatriz, só foram descobertos recentemente com as obras da Zona Portuária que, em 2017, se tornou Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO.

FONTE: Palmares Fundação Cultural.

O passado sombrio do porto também foi marcado pelo comércio de mercadorias pelo país, que fora intensificado com a chegada da família real portuguesa. Lamarão diz que essa chegada acometeu a cidade do Rio de Janeiro como um todo, o impacto demográfico que a cidade sofreu alterou as dinâmicas sociais, habitacionais e no trabalho.

Interessante frisar essa mudança na produção do espaço urbano da cidade, pois o Rio de Janeiro mantém padrões de urbanização que tiveram início naquela época.

O impacto demográfico causado pela vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro não foi menor do que o do decreto da abertura dos portos sobre o movimento comercial da cidade. É fácil imaginar os transtornos decorrentes da súbita chegada de 15 mil pessoas- incluindo um número considerável de nobres, militares e funcionários de alto escalão, além da própria família real- num espaço urbano que não abrigava mais de 50 mil habitantes. Na realidade, “a instalação da corte rompeu o equilíbrio da cidade. Em menos de duas décadas, a população do Rio de Janeiro praticamente duplicou, passando a 100.000 habitantes, aproximadamente, em 1822 e atingindo 135.000 em 1840.” (LAMARÃO, 2006: 38)

Lamarão (2006: 44) expõe que a área que hoje conhecemos como porto só foi pensada como tal posteriormente, quando “terá lugar todo um processo de hierarquização

do espaço urbano carioca, parte integrante do conjunto de transformações sofridas pelo Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. O porto tinha uma grande importância para a economia e o cotidiano carioca e com a chegada da corte, isso se reforçou.

A abertura dos portos desencadeou uma atividade comercial febril no Rio de Janeiro, onde vieram se instalar muitos dos proprietários rurais, atraídos pelo brilho da Corte e pelos hábitos e títulos ostentados pela fidalguia portuguesa. Tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas no Rio, que os aluguéis das casas para armazená-las dispararam e a Alfandega literalmente transbordou. Montes de ferragens e pregos, peixes salgados, montanhas de queijos, chapéus, caixas de vidro, cerâmica, cordoalha, barris de cerveja e uma infinidade de artigos ficaram expostos ao sol, à chuva e à depredação geral. (BENCHIMOL, 1992:23)

Na segunda metade do século XIX, com a abolição da escravidão, ocorreram mudanças no modo de produção capitalista no Brasil. O aumento no fluxo de integração comercial do país com o comércio exterior aumentou a importância dos portos comerciais. O porto do Rio de Janeiro teve papel expoente nessa época, quando o café teve seu auge e o Rio se tornou um ponto importante nesse trânsito de mercadorias.

Mudanças deveriam ser feitas para que o porto conseguisse suportar todo esse novo fluxo de mercadorias e pessoas que começara a aumentar. Lamarão, citando Augusto Fausto de Souza diz que,

Em toda essa extensão de cerca de 1.500 m jaz uma riqueza colossal em edifícios públicos e particulares, mercadorias de todos os gêneros e em enormes quantidades, que alimentam as imensas relações comerciais do Rio de Janeiro com todos os portos e mercados do universo; e por esse motivo, as casas, armazéns e terrenos desse lado da cidade representam valores de tal sorte elevados, que uma propriedade, por pequena que seja, nesse local, constitui um patrimônio para quem a possui.” (SOUSA, A.F. de, 1881: 140 APUD LAMARÃO, 2006: 56-57).

Esse trecho nos mostra que a especulação imobiliária está presente no centro da cidade e mais especificamente no porto desde a época imperial e que também, por isso, algumas obras que estavam previstas para ocorrer nessa época, não ocorreram.

Lamarão aponta que houve pelo menos dois projetos de renovação do porto da cidade, que seriam o da doca da Alfandega e as docas de D. Pedro II²⁴. Ambos projetos mostram que havia uma preocupação com a renovação tanto da imagem do porto para quem ali desembarcava, quanto de melhoria estrutural para o recebimento das mercadorias que por ali passavam ou partiam.

Os melhoramentos portuários tornaram-se necessários em face da crescente defasagem entre a potencialização do movimento comercial do porto-determinada pela expansão do mercado mundial e da lavoura escravagista do café- e a velha estrutura portuária colonial, toda ela acionada pela energia braçal do trabalhador escravo. Impunham-se como corolário da ferrovia e da navegação a vapor, na medida em que o porto, eixo da vida econômica da cidade, constituía seu nexo de articulação. (BENCHIMOL, 1992: 52)

²⁴ Lamarão explica os dois projetos e os porquês de não terem saído do papel naquela época. Não nos atentaremos aos detalhes mais técnicos, mas sugerimos a leitura para melhor compreensão do caso. (LAMARÃO, 2006: 57-71).

Após o fim do tráfico negreiro, outras dinâmicas começaram a se desenhar na cidade do Rio de Janeiro. No fim do século XIX, a cidade era o maior núcleo urbano do país e concentrava as atividades políticas e administrativas, além de sua importância como vinhos, na circulação de mercadorias.

O capital financeiro começara a se expandir e as grandes potências mundiais, passando pela chamada “segunda revolução industrial”, precisavam de matéria prima para sua produção de mercadorias. O Brasil participava ativamente dessa ampliação do mercado internacional e o Rio de Janeiro teve um papel importante nesse momento pois o porto da cidade se mantinha como lugar chave para a circulação e exportação de mercadorias e matérias primas, segundo Jaime Benchimol (1992). Cabe destacar, contudo, que naquele momento havia uma necessidade de reforma na zona portuária da cidade, não só pelo trânsito de mercadorias como um todo, mas porque, por causa das epidemias, os navios que vinham da Europa não paravam mais no Rio, só em Montevideu e Buenos Aires. E naquela época não existia o Canal do Panamá, portanto, os muitos navios que atravessam o Atlântico Sul rumo à costa oeste dos EUA tinham que passar aqui. Era um problema econômico grave que precisava ser resolvido.

A abertura de estradas e ferrovias e a importância das lavouras de café trouxeram o desejo pela modernização, aos padrões europeus, da economia e da cidade brasileira pelas elites econômicas. A elite que respirava os ares da Corte na cidade, exigia que o Brasil se modernizasse tal como os países europeus e essa pressão trouxe mudanças na produção do espaço urbano carioca. E não só. O capital começara a exigir uma reestruturação do porto, uma modernização para a circulação de mercadorias e pessoas. Interessante frisar que o porto da cidade do Rio de Janeiro iniciou as reformas, mas que,

A problemática da circulação não se restringe ao porto. Toda a antiga estrutura física da cidade (que sofreu diretamente o impacto da modernização portuária) assim como os antigos meios de circulação não comportavam mais as novas exigências do tráfego urbano, no que concernia ao volume, à velocidade e à composição do tráfego de mercadorias e de homens entre as distintas zonas urbanas. (BENCHIMOL, 1992)

2.1- A Reforma Passos

O Rio de Janeiro passou por grandes reformas urbanas no último século e a maior foi, sem dúvidas, a Reforma Passos. Francisco Pereira Passos, prefeito da cidade entre 1902 e 1906, propôs uma grande reforma urbana que modernizasse o Rio de Janeiro, assim como Haussmann fez em Paris no século anterior, solucionando o problema da elite brasileira que ansiava por um Brasil mais europeu.

O ex-prefeito imortal, rompendo todos os embaraços da chamada tradição e surdo às ameaças da rotina, conseguiu no seu governo essa coisa estupenda: fez o carioca mudar-se de uma velha cidade tortuosa e colonial para uma opulenta e encantadora capital sem que esse arredasse o pé do Rio de Janeiro. (Correio da Manhã, de 3 de março de 1913²⁵).

O desejo pela transformação e modernização da então capital do país, fez com que Passos conseguisse em um curto espaço de tempo, mudar a paisagem urbana carioca. Passos respirou a reforma de Haussmann, pois ingressou na carreira diplomática e ficou

²⁵ Retirado de: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7566>. Acesso em 15/04/2019.

em Paris de 1857 a 1860 e, ao seu retorno em terras brasileiras se inspirou na reforma parisiense para transformar o Rio de Janeiro.

Hausmann rasgou, no centro de Paris, um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de ambos os lados, reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas (...). (BENCHIMOL, 1992: 192)

O plano Hausmann tinha como estratégia a abertura de grandes avenidas e bulevares que controlasse e coagissem a população parisiense revolucionária, que pelas ruas da cidade se rebelavam contra as transgressões políticas e econômicas. Hausmann argumentava que a questão sanitária também teve um peso grande ao se pensar essa reforma urbana pois as ruas medievais, estreitas e sujas ajudavam a disseminação de doenças.

Outrora com vielas medievais, Paris ganhou largas avenidas que levavam ao centro da cidade, fazendo da circulação de mercadorias e pessoas algo simples. Porém, a reforma urbana de Hausmann não ocorreu sem violência, mas seu oposto. Ela foi marcada por grandes desapropriações e expulsões de pessoas pobres do centro de Paris.

Em 17 anos, Hausmann realizou um conjunto sem precedentes de obras urbanísticas que, além das avenidas e parques, incluíam mercados públicos, estações e quarteis, canalizações de água e esgoto etc., executadas muito rapidamente, e com métodos draconianos que o consagraram, em meio ao grande tumulto de interesses feridos, como um ditador, cuja habilidade consistia em atuar sobre alvos muito precisos, no menor tempo possível. (BENCHIMOL, 1992: 193)

Inspirado pela transformação parisiense, Passos em 1884, como presidente da Companhia de Carris de São Cristóvão propôs a seus acionistas que a empresa comprasse um projeto de construção de uma avenida no Rio de Janeiro e que a pusesse em ação. Benchimol (1992: 196) diz que “esse grande empreendimento imobiliário era uma antecipação da futura avenida central, que seria realizada durante a gestão do próprio Pereira Passos como prefeito, quase vinte anos depois.”

O então presidente Rodrigues Alves anuncia que o país viveria um progresso econômico e que teria início com a modernização da capital federal, que se tornara incompatível com a expansão capitalista. Passos assume a prefeitura do distrito federal em 1902 e, junto do governo federal, começa as reformas urbanas pela cidade do Rio de Janeiro. Demolições de prédios e casas, alargamento de vias públicas, abertura de ruas e avenidas, construção de praças e arborização pública foi o que ocorreu nesse momento, em um curto espaço de tempo.

Passos assume a prefeitura do distrito federal em 1902 e, junto do governo federal, começa as reformas urbanas pela cidade do Rio de Janeiro. Demolições de prédios e casas, alargamento de vias públicas, abertura de ruas e avenidas, construção de praças e arborização pública foi o que ocorreu nesse momento.



Figura 2- Substituição da iluminação pública de gás para lâmpadas incandescentes, foto de Augusto Malta. Praça Mauá no início do século XX, época das reformas urbanas pela cidade.

FONTE: Instituto Moreira Salles.

Benchimol (1992) argumenta que alguns donos de prédios e casas pelo centro da cidade moravam na Europa e investiam em imóveis pela urbe carioca. Para eles a demolição de suas propriedades não representava perdas materiais pois ganhavam em títulos de dívida pública ou recheadas indenizações. Mas essa não foi a realidade da maioria da população carioca que perdeu seu lugar.

Contudo, esse trabalho de destruição- que está na essência da renovação urbana- envolve mais do que a derrubada de paredes antigas, impassíveis. As paredes, cuja argamassa remonta aos tempos de colônia, alojam homens que moram, trabalham, especulam, divertem-se; enfim, que mantem entre si uma trama complexa de relações sociais. A operação de renovação urbana, perseguindo estratégias bem precisas, desarticula essa trama que tem nas estruturas materiais demolidas o seu suporte. (BENCHIMOL, 1992: 210)

As reformas foram pensadas em sua maioria, para ocorrer em zonas mais pobres do centro, como mostra Benchimol (1992: 246) “Atendendo simultaneamente, aos interesses estratégicos do capital e às suas próprias conveniências econômico-financeiras, a municipalidade escolheu os pontos mais vulneráveis, mais degradados da cidade, onde se concentrava o proletariado urbano”. Os pobres trabalhadores que viviam no centro da cidade foram os mais afetados por essa grande reforma, criando uma crise habitacional.

As desapropriações constituíram um dos mecanismos básicos acionados pelo Estado para executar os melhoramentos urbanos em proveito do grande capital comercial e financeiro e de seus “sócios menores”. Atingira de maneira desigual

o conjunto da população nas áreas visadas. Para os não-proprietários, ou seja, para o proletariado e uma parcela das classes medias que habitavam as casas de cômodos, cortiços, estalagens e prédios deteriorados existentes no centro, elas significaram a expulsão pura e simples de seus locais de moradia. (BENCHIMOL, 1992: 249)

As transformações urbanas que Passos trouxe à cidade do Rio de Janeiro tiveram motivações para além das oficiais, como a necessidade de ampliação da rede de saneamento. Os melhoramentos na cidade estavam ligados à valorização dos imóveis e da terra, beneficiando diretamente as classes altas e companhias ligadas à sua gestão. A crença de que somente o ordenamento urbano poderia resolver os problemas sociais da cidade, foi amplamente divulgada e acolhida. Um exemplo desta comoção pública pela Reforma Passos é este fragmento do jornal *A Avenida*:

O Rio de Janeiro não podia continuar por mais tempo no estado deplorável em que se achava- ruas estreitas e mal calçadas, casebres de mais de 100 anos, sem estética e sem asseio, em verdadeiro estado de ruína; cais de desembarque indecentes e sujos, dando ao estrangeiro que nos visitava a mais degradante impressão; praças sem arvoredo e sem luz, verdadeiros antros de vagabundagem. (*A Avenida*, 1903 APUD Brenna, 1985: 87)

Percebemos que nesta época a racionalidade que o Estado trata o espaço urbano se transforma, como fica claro neste trecho do plano de Melhoramentos da Prefeitura de 1903.

Entretanto se todos tem estado de acordo em que o saneamento da cidade deve iniciar-se pela abertura de avenidas, ninguém até hoje logrou realizar os planos imaginados ou explorar as muitas concessões decretadas (...). estes trabalhos de abertura de ruas, acarretando grandes desapropriações, são assaz dispendiosas e é necessária muita cautela em planeja-los.

Os autores dos planos de melhoramentos urbanos têm-se deixado levar pela beleza de suas concepções e, à força de aperfeiçoa-las, as tem tonado inexecutáveis. Em lugar de projetar obras de utilidade imediata, sonharam vastas transformações. À força de procurar o ótimo, perderam os meios de conseguir o bom.

Não foi esse o critério da prefeitura do Distrito Federal (...). as necessidades do tráfego foram atentamente consideradas e os custos das desapropriações devidamente avaliados para cada solução estudada, a fim de se obter o mais proveitoso traçado com o mínimo dispêndio.

Foi posta de parte a pueril preocupação de projetar longas avenidas em linha reta, tão pouco estéticas quão impraticáveis, e limitou-se a largura das avenidas ao exigido pelas necessidades do movimento da cidade e pelas conveniências do nosso clima, poupando-se o mais possível nas desapropriações.²⁶

O paradoxo entre o novo e o velho, a antiga colônia e a atual república, a saúde e a doença, o moderno e o civilizado, foram argumentos usados para se justificar as reformas e definir os locais em que elas ocorreriam. A construção da avenida central pela gestão Passos inaugura esse momento, de transformação da cidade e de reformas urbanas.

²⁶ (Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, 1903 APUD BENCHIMOL, 1992: 246)

A obra que em tempo recorde entregou à cidade uma avenida larga, simbolizando a abertura ao progresso da cidade, realizou-se às custas de centenas de casas demolidas, pessoas removidas e histórias violentadas.



Figura 3- Fotografia de Marc Ferrez Avenida Central, atual avenida Rio Branco, na altura da rua do Ouvidor com rua Miguel Couto, 1906. Rio de Janeiro, RJ / Avenida Central, no Rio de Janeiro em 1906.

FONTE: Acervo IMS. Retirado de: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=avenida-central>. Acesso em: 20/04/2019.

Contudo a Reforma Passos não mudou somente o espaço urbano da cidade, tentou-se também mudar os costumes e modos de vida presentes na região central. E a maioria da população que vivia no centro da cidade era de trabalhadores que, moravam em cortiços ou casebres. E, em sua maioria, trabalhava pelo centro da cidade ou zona sul.

As razões para o adensamento das freguesias centrais nesse período continuaram a ser as mesmas, ou seja, a necessidade da população extremamente carente, tanto livre como escrava, de residir próximo a locais de emprego. Estes eram muitos... E em toda área central podiam ser encontrados os empregos sem lugar fixo, aqueles referentes aos mais variados tipos de prestação de serviços. (ABREU, 2008: 49)



Figura 4- Vendedores ambulantes no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. O comércio ambulante sempre esteve presente no cotidiano da cidade e na vida dos cariocas.

FONTE: Marc Ferrez. Retirado de: O Rio de Janeiro de Pereira Passos, 1985.

As áreas centrais da cidade têm um papel importante para a reprodução do capital, seja na produção de mercadorias em indústrias e pequenas fábricas, no comércio de mercadorias e nos serviços, como bancos e órgãos públicos. E o centro do Rio de Janeiro se manteve como local de moradia e trabalho de muitos trabalhadores pobres, ambulantes ou contratados, mesmo com Passos.

A irracionalidade do Sistema capitalista faz com que a destruição criativa seja algo necessário à sobrevivência do sistema. Como Harvey (2008) apresenta, a produção de novos espaços é uma das necessidades intrínsecas às crises de superacumulação. O ajuste espacial ocorre na tentativa de deslocar os problemas e as contradições da crise, deslocando seu epicentro temporalmente.

A mobilidade do capital fomenta essa dinâmica que ocorre há tempos como tentativa frustrada de solucionar a crise. As reformas urbanas são um bom exemplo de deslocamento espaço-temporal, o ajuste espacial.

A destruição de capital fixo como resposta à crise não significa necessariamente que esse capital está em desuso, mas que há o movimento para a continuidade de acumulação. Ou seja, destruir para reconstruir pode significar acumulação de capital.

O ajuste espacial configure uma relação de sobrevivência do sistema e um afastamento de sua crise de superacumulação e o Estado, como dito anteriormente, tem

papel fundante nessa dinâmica. O Estado dá ou impede as condições básicas para que o ajuste ocorra na cidade, ele financia determinados agentes e territorializa as ações do capital no ambiente construído. Sem o Estado como agente decisório nessa dinâmica, a crise não conseguiria se distanciar de seu epicentro por meio do ajuste especial.

2.2- O Rio de Janeiro Olímpico e o Porto Maravilha

A herança da Reforma Passos está presente na memória e no cotidiano carioca. Caminhando pelo centro da cidade, observamos as diferenças arquitetônicas entre as ruas, paralelas inclusive, de épocas diferentes e realidades urbanas distintas. Passos ao derrubar prédios e construir avenidas, mudou a forma de se pensar e agir no espaço urbano carioca.

O Rio das reformas urbanas não terminou com Pereira Passos. A herança das reformas está presente ainda hoje e, a mais recente reforma urbana que ocorreu no Rio de Janeiro foi a que antecedeu os megaeventos sediados na cidade como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

No final século XX, o modelo fordista de produção e do Estado de bem-estar social, que foi dominante nos países centrais, entra em declínio e dá lugar a uma forma flexível de acumulação (HARVEY, 2009). A crise do sistema capitalista vem à tona e toma os debates político-econômicos e, assim, o neoliberalismo surge como um arranjo político em resposta a esse momento de crise (HARVEY, 2008). A financeirização da economia ganha espaço e a produção de novos arranjos espaciais que deem conta da reprodução de capital na cidade tomam forma.

A estética urbana muda com a saída das fábricas e indústrias das grandes cidades, que assumem a posição de controle, levando a produção de mercadorias à países subdesenvolvidos. “Cidades concentram o controle sobre vastos recursos enquanto serviços industriais financeirizado e especializados reestruturam a ordem econômica e social” (SASSEN, 1991: 04).

Esse novo padrão de desenvolvimento no capitalismo traz uma mudança na produção e reprodução de capital na cidade. O que outrora era exceção, hoje assume um protagonismo, como o ajuste espacial e a gentrificação, o marketing urbano, tem um papel importante nessa dinâmica, pois marca a diferenciação entre as cidades; a cidade empreendedora precisa ter diferenciais que atraiam investidores e o marketing se coloca como essencial nesse processo.

O neoliberalismo traz um novo padrão de governabilidade, através do empreendedorismo urbano, onde os agentes públicos e privados têm participação mais direta, “[...] a ênfase na criação de um ambiente favorável para os negócios acentuou a importância da localidade como lugar de regulação concernente à oferta de infraestrutura, às relações trabalhistas, aos controles ambientais e até à política tributária em face do capital internacional” (HARVEY, 2005: 180).

A realização dos megaeventos no Rio de Janeiro surge como uma esperança para a resolução (ou afastamento) de sua crise econômica. A reforma urbana como recuperação, soava como uma boa resposta para os investidores e para o estado. O modelo olímpico de gestão e organização da cidade surge como aparente solução para o que é estrutural e camufla em diferentes aspectos os resultados da crise.

David Harvey em seu livro *Limites do Capital* aponta os três cortes na teoria da crise. Ele mostra que para conter as crises de superacumulação, artifícios são usados pelo

capital para que o processo de acumulação não pare. O ajuste espacial ocorre como uma transformação de um limite estrutural, a um mero obstáculo no processo de acumulação (BOTELHO, 2014).

O autor aponta que o investimento em capital fixo²⁷ nas cidades, ou seja, em infraestrutura urbana, é uma das saídas para esse adiamento da crise. Esse deslocamento temporal da crise contorna as consequências inerentes a crise de superacumulação e traz uma sensação de estabilidade. A destruição de capital fixo como resposta à crise não significa necessariamente que esse capital está em desuso, mas que há o movimento para a continuidade de acumulação, ou seja, destruir para reconstruir pode significar acumulação de capital. Além de que a produção do espaço é ela mesma produtora de mais valor, ou seja, ela mesma dá uso produtivo ao capital excedente. A cidade como palco de investimentos do capital é um sujeito ativo que tenta responder e resolver a crise, em reinvestimento no espaço urbano. A cidade como palco de investimentos do capital é um sujeito ativo que tenta responder e resolver a crise, em reinvestimento no espaço urbano.

Otília Arantes corrobora com Harvey quando aponta que a máquina urbana de crescimento a qualquer custo tem um viés mercadológico e ideológico, que coloca as cidades à venda. Para a autora,

A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço- a essência mesmo de toda localização- torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo, e assim por diante. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros, etc.; escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e promotores culturais. (ARANTES, 2012: 18)

Há uma produção de uma economia do espaço onde a irracionalidade do capitalismo faz com que a destruição criativa seja algo necessário à sobrevivência do sistema. Como Harvey apresenta, a produção de novos espaços é uma das necessidades intrínsecas às crises de superacumulação. O ajuste espacial ocorre na tentativa de deslocar os problemas e as contradições da crise, deslocando seu epicentro temporalmente.

A mobilidade do capital fomenta essa dinâmica que ocorre há tempos como tentativa frustrada de solucionar a crise. O deslocamento das mercadorias excedentes, uso em outro local destas mercadorias é uma solução ajustada para conter a crise, pois mercadoria parada significa capital parado. As reformas urbanas, chamadas de revitalizações por seus promotores, são um bom exemplo de deslocamento espaço-temporal, o ajuste espacial. A destruição de capital fixo como resposta à crise não significa necessariamente que esse capital está em desuso, mas que há o movimento para a continuidade de acumulação.

²⁷ Segundo Maurilio Lima Botelho (2014), capital fixo “representa aquela porção do meio de produção que ultrapassa vários ciclos de rotação do capital produtivo. Assim, máquinas, equipamentos, instalações e edifícios demoram a ser amortizados conforme contribuem, durante meses ou anos, pela produção de uma infinidade de mercadorias- cada uma delas contendo uma pequena parcela do valor em movimento desse capital, que aos poucos circula até ser totalmente reembolsado”.

O Rio de Janeiro desde 2007 com a realização dos Jogos Pan-americanos, se projeta mundialmente como a cidade dos megaeventos, a cidade do esporte. Essa imagem se consolida com a confirmação da realização dos Jogos Olímpicos na cidade em 2016 e a Copa do Mundo em 2014 e a prefeitura da cidade denomina as intervenções pensadas para a cidade, para a realização destes eventos, de Projeto Olímpico. Como aponta Mascarenhas (2017), o Rio emerge no cenário mundial como cidade esportista desde o início do século XX, quando ocorrem três grandes eventos esportivos, em 1919 o IV Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais de Futebol, a atual Copa América e em 1922 o Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais e os Jogos Latino-Americanos, precursor dos Jogos Pan-Americanos.

A realização destes jogos, fomentaram a imagem de “cidade maravilhosa”, “cidade esportiva” que até hoje reverbera como diferencial na produção do espaço urbano carioca. A cidade empreendedora precisa de uma diferença em relação a outros centros urbanos que estão em constante competição e a marca da cidade olímpica é um grande diferencial (VAINER, 2000).

A cidade esportiva como marketing urbano é uma saída utilizada para a promoção global das cidades pelo mundo, visto que o Estado tende a fomentar ações que garantam a continuidade da acumulação de capital em seu território. Em outras palavras, o Estado se torna agente do capital nas cidades e apoia os grandes eventos, na expectativa de retorno financeiro e estabilidade econômica.

No Rio de Janeiro, o esperado era que a cidade ganhasse em infraestrutura, com construção de prédios de moradia, praças, vias públicas, transporte urbano e que gerasse um legado olímpico econômico que tirasse o Rio da crise, mas isso não ocorreu. A cidade se aportou na governança empreendedora por meio de parcerias com o setor privado e uma lógica neoliberal de se pensar e produzir a cidade; a neoliberalização dos espaços é uma modalidade do ajuste espacial.

Ninguém diz não ao esporte e o uso dessa imagem é de interesse não só das grandes empreiteiras e dos investidores como também do Estado. A narrativa da cidade esportiva e de seu legado político, social e ambiental vende aos investidores, especuladores e a população comum a positividade dos megaeventos em sua cidade. A imagem de uma possível coesão social e de uma projeção mundial da cidade que traria lucros e investidores fomenta essa narrativa, que se fortalece com o marketing urbano.

Esse “movimento olímpico” (MASCARENHAS, 2016) que envolve diferentes agentes e atores, investe muito dinheiro no marketing e em estratégias que alavancam a imagem positiva do urbanismo olímpico e que legitima o enorme gasto público com esses eventos. Segundo Harvey (2009: 88), “o espetáculo sempre foi uma potente arma política”.

Gilmar Mascarenhas (2016) aponta que o urbanismo olímpico passou por diferentes fases desde seu início em 1896 e que, hoje, vivemos o modelo do espetáculo, dos monumentos. Para Mascarenhas a mudança se deu além das exigências do COI que foram ampliadas, como também pela pressão do capital financeiro que agia nas cidades e que, dependia destas mudanças e do urbanismo olímpico para manter seu processo de acumulação.

O urbanismo olímpico atrai investidores de todas as partes do mundo que por meio do marketing urbano, unem sua imagem com o esporte, saúde e futuro. A imagem e a

representação têm um peso grande para estes agentes que financiam os megaeventos e o Rio conseguiu se fortalecer como grande oportunidade nesse urbanismo.

As intervenções que ocorreram na cidade não se restringiram a uma só região, mas em áreas que tinham interesses imobiliários e que poderiam gerar lucro a investidores. A região da Barra da Tijuca, Vargem Grande, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes foi a região que concentrou o maior número de remoções e que hoje, representam áreas de maior especulação imobiliária na cidade (AZEVEDO E FAULHABER, 2015). A Zona Sul da cidade com as UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) também teve uma valorização nos empreendimentos imobiliários.

Os agentes envolvidos e interessados na valorização da imagem da cidade do Rio de Janeiro foram investidores, especuladores, donos de imóveis e o próprio Estado. A cidade sofreu um enorme boom imobiliário que expulsou muitas famílias de seus bairros e removeu tantas outras famílias de seus lares. O gráfico a seguir mostra os preços dos imóveis no Rio de Janeiro entre 2008 e 2018. Nele podemos identificar o aumento no preço dos imóveis anunciados para venda que perdurou de 2009 a meados de 2015, quando começou a apresentar uma queda tendencial que acompanhou a crise financeira e política que o país vivenciou.

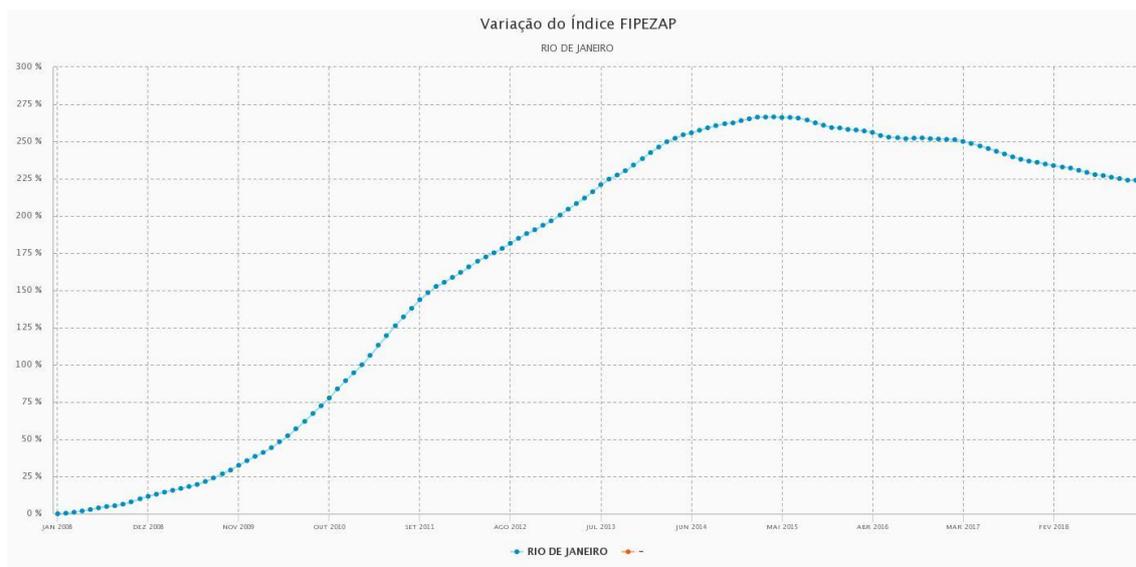


Tabela 1- Variação do preço dos aluguéis na cidade do Rio de Janeiro entre 2008 e 2018.

FONTE: Fipezap.

O Rio Olímpico nasce com a crença da melhoria de vida, do legado, da união da cidade pelo esporte. O que se viu foi o contrário, violência e violação de direitos humanos, abuso policial, grandes remoções urbanas, empobrecimento, aumento do desemprego e da exclusão social. Criou-se a imagem de que os megaeventos trariam resoluções de problemas sociais e melhoria na qualidade de vida dos cariocas, ideia que foi difundida pela mídia, pelo Estado e agentes privados e que em grande parte foi aceita pela população brasileira como um todo.

Os que perderam suas casas e seu trabalho não usufruíram das mudanças ocorridas no espaço urbano carioca, pelo contrário. E não houve reforma urbana sem resistência e no Rio, em resposta a violência cometida durante a preparação da cidade para as

Olimpíadas e pelo direito à cidade, movimentos sociais, universidades e coletivos denunciaram as arbitrariedades cometidas durante esse período; o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas é um exemplo de manifestação que denunciou, junto a Ongs e Universidades Públicas, o resultado dessa utopia olímpica.

Uma das grandes reformas urbanas que ocorreram por intermédio da preparação da cidade para os Jogos Olímpicos e que se tornou o marco das transformações urbanas da cidade, foi a da Zona Portuária. O Estado juntamente com a iniciativa privada, por meio de parcerias, realizou as obras do porto.

As parcerias público-privadas concedem a administração de equipamentos e serviços por um determinado período de tempo, e implicam a participação do Estado por meio de alguma modalidade de transferência de recursos públicos, como isenções fiscais, obras de infraestrutura, transferência de patrimônio ou de recursos orçamentários. (JUNIOR E NOVAES, 2016)

A reforma urbana como resposta à crise estrutural do capitalismo é um artifício comumente utilizado. E o modelo olímpico, que abarcou as reformas na cidade, foi baseado em especulação imobiliária, marketing urbano e parcerias público privadas, conhecidas como PPP's, onde o Estado passa a facilitar e não mais fiscalizar as falhas do mercado na cidade.

O Estado tem papel estruturante e fundamental para a redução do capital. O Estado pode favorecer agentes interessados na reprodução capitalista e desfavorecer outros, dependendo de seu interesse e as PPP's expõe o caráter ativo nas decisões e dinâmicas capitalistas na cidade. O Estado, como agente ativo, tenta ganhar com a acumulação de capital em seu território com arranjos institucionais que garantam que essa dinâmica ocorra.

A administração da cidade se assemelha cada vez mais com a administração de empresas privadas, onde a atração de capital se impõe as decisões estatais, culminando em grandes projetos empreendedoristas pela cidade, investimento em turismo e eventos esportivos. As PPP's revelam duas questões importantes para se pensar a neoliberalização dos espaços, que segundo Orlando Junior (2015: 18)

A primeira diz respeito à mudança no padrão de atuação das empresas privadas que passam de executoras de grandes obras a gestoras de equipamentos e serviços públicos. A segunda questão é relacionada a riscos da subordinação da gestão de equipamentos e de espaços públicos à lógica do mercado, tendo em vista que as empresas gestoras desses equipamentos e espaços públicos passam a tomar decisões vinculadas à eficácia econômica e à maximização do lucro de seus investimentos.)

Esses aspectos são importantes para pensarmos a cidade neoliberal, empreendedorista, pois o Estado passa à iniciativa privada o controle e o fomento das ações de seus espaços públicos, ou seja, há destruição criativa e ajuste espacial na cidade, alinhados aos interesses do mercado. No Rio de Janeiro, a promoção das transformações urbanas pela prefeitura da cidade aparece de forma clara na tentativa de atrair investimentos para a cidade, com isenções fiscais, financiamentos e novos arranjos institucionais para a promoção destas mudanças no espaço urbano.

No porto da cidade, o Estado demarcou a Zona Portuária como de interesse urbanístico e estabeleceu a operação urbana consorciada, onde diversos serviços que outrora eram realizados pelo próprio Estado, passam a ser do consórcio Porto Novo. A

Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha²⁸, maior operação urbana executada no país, iniciou seus projetos em 2009 com uma estratégia de reestruturação urbana. A ideia era clara, transformar o porto em uma zona turística e comercial importante da cidade, retirando o estigma de porto comercial e de região decadente²⁹. Mais de seis milhões de CEPACS, Certificados de Potencial Adicional de Construção³⁰, foram vendidos para o financiamento da operação (ROSA, 2017).

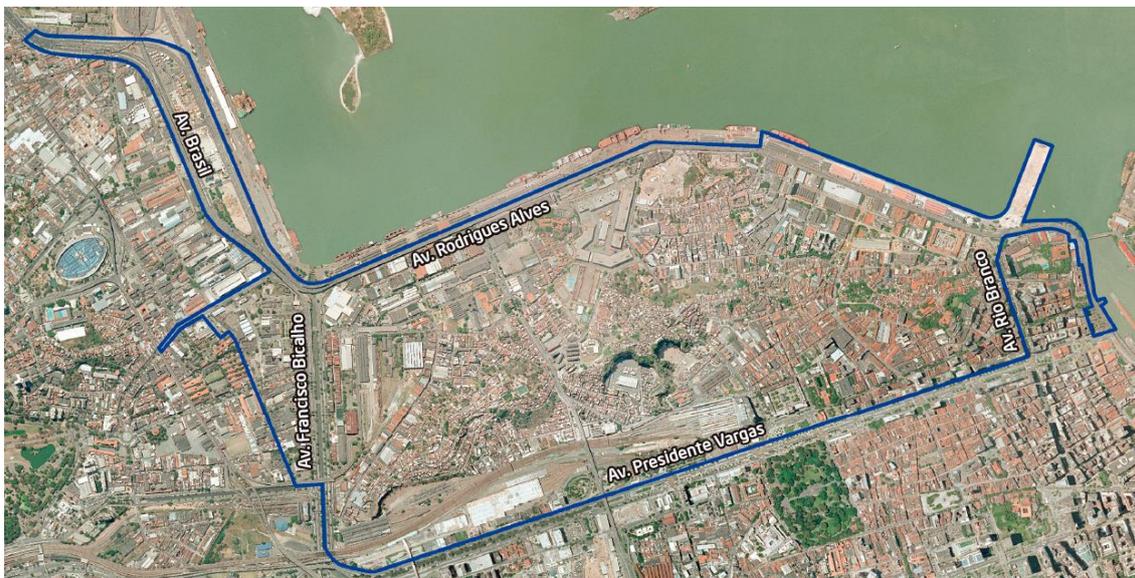


Tabela 2- Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.

FONTE: CDURP

A confiança no Porto Maravilha movimentou agentes municipais, estaduais, federais e internacionais, característica do empreendedorismo urbano que estava em curso na cidade do Rio de Janeiro e que tem, como vimos anteriormente, as parcerias público-privadas como atributo. (HARVEY, 2005).

²⁸ Operação Urbana consorciada da região do porto do Rio de Janeiro: http://portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/prospecto/prospecto-sem-marcas-de-revisao-4-termo-aditivo-8-1-14.pdf. Acesso em 20/06/2018.

²⁹ Este processo é explicado pelo conceito de rent gap, do geógrafo Neil Smith que diz que “enquanto o preço da terra nas áreas suburbanas eleva-se com a proliferação de novas construções, o preço relativo da terra nas áreas centrais cai. Cada vez menores quantidades de capital são canalizadas para a manutenção e restauração dos edifícios localizados na área central. Isto resulta naquilo que denominamos um diferencial (rent gap) entre a atual renda da terra capitalizada pelo uso presente (deteriorado) e a renda da terra potencial que poderia ser capitalizada pelo “mais elevado e melhor” uso da terra (ou, ao menos, comparativamente “mais elevado e melhor” uso), em virtude da sua localização centralizada.” (SMITH, 2006 p.21).

³⁰ Prospecto de Registro: http://portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/prospecto/prospecto-sem-marcas-de-revisao-4-termo-aditivo-8-1-14.pdf. Acesso em 25/06/2018.



Figura 5- Transformações na Zona Portuária do Rio de Janeiro de 2010 a 2015. Percebe-se nesse quadro a derrubada da Perimetral, a construção do Museu do Amanhã e toda a reforma urbana que ocorreu na Zona Portuária da cidade.

FONTE: Cidades, 2017.

Segundo os responsáveis pela Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, essa política urbana é um

plano integrado de intervenção que contempla a alteração de usos, parâmetros edilícios, novos sistemas viários e de transporte público além de um plano urbano e paisagístico que transformará a região num local atraente para moradia e trabalho (...)Este é o intuito das intervenções: transformar a região da zona portuária numa área dinâmica que seja uma nova referência de planejamento urbano para a cidade. Pretende-se seguir o exemplo de cidades ao redor do mundo como Buenos Aires, Nova Iorque, Baltimore e Roterdã, entre outras, que ao recuperarem suas áreas portuárias degradadas, dinamizaram suas economias e ganharam mais um ponto de interesse turístico. Assim, ganharão também as áreas em seu entorno, para onde está renovação se irradiará através de melhorias da ambiência local e dos fluxos da cidade, além de todos aqueles que usam a região de alguma forma (ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, s/d, p.17).

A maioria das intervenções ocorridas na Zona Portuária foram em terras da união, mas muitos imóveis privados foram desapropriados e famílias removidas. A angústia movimentou essas famílias que tentaram resistir as remoções, mas não tiveram sucesso. No livro SMH 2016 Remoções no Rio de Janeiro Olímpico, os autores apresentam os agentes envolvidos nessas remoções e as justificativas do poder público quanto a estas ações.

Sob o argumento de promover melhores condições de habitabilidade e mobilidade, através do programa Morar Carioca, diversos moradores estão sendo ameaçados e despejados de suas casas. Aquela que foi a primeira favela do Rio de Janeiro inserida em um espaço de grande exposição, deve ser remodelada pela prefeitura para atender as demandas futuras, principalmente turísticas. Nesse contexto,

diversas casas e espaços de uso comum são retirados para dar lugar a mirantes e um teleférico que custou R\$ 75 milhões, bancado com verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Mobilidade Urbana) e executado também pelo consórcio Porto Novo. (FAULHABER, AZEVEDO, 2015: 58)

Seja nas remoções que ocorrem no período de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, como na reestruturação urbana da Zona Portuária, o discurso oficial sempre se apoiou no legado olímpico e na necessidade de modernização da cidade, de se criar novos espaços para o turismo e acumulação de capital. Os moradores despejados e desalojados de suas casas dão lugar a moradores de classe média, os vendedores ambulantes proibidos de trabalhar no porto, dão espaço para foodtrucks gourmetizados.

A questão da segurança pública também se colocou como empecilho para os investimentos no Porto Maravilha. O Rio de Janeiro tem uma imagem de “cidade perigosa”, e uma resposta militarizada a essa questão, pela segurança pública. “As áreas voltadas para os projetos de recuperação urbana, isso é ainda mais reivindicado, pois o controle sobre as “classes perigosas” se confunde diretamente com a garantia de retorno dos investimentos” (SARDINHA, 2017:163). A cidade precisa investir na segurança pública, para garantir os investimentos em seu espaço e, no Rio de Janeiro, a resposta é violenta, militarizada e desigual, excluindo os pobres do cotidiano da cidade.

Esta dualidade econômica e geográfica existente da cidade contemporânea se intensificou, mas também foi endurecida pela infusão política de um novo regime de segurança. Comunidades fechadas, enclaves e loteamentos para os ricos, juntamente com a florescente segurança privada e transporte, são a forma para mais e mais 'urbanitas' ricos; reforço na polícia patrulhando o espaço público, vigilância, contenção e a militarização do policiamento onde antes não estava militarizado são as novas normas para muito dos pobres [das cidades] (SMITH, 2017: 11).

O investimento em segurança pública ocorreu no Porto Maravilha, com a implementação de câmeras de vigilância por todo o Boulevard Olímpico, a presença dos guardas municipais, da sede da Polícia Federal e o programa Centro Presente. Segundo a prefeitura, o programa Centro Presente é uma parceria público privada, que “tem o objetivo de coibir roubos e furtos, o consumo e comércio de drogas, e ainda promover o ordenamento urbano nas áreas patrulhadas. Além disso, também realiza ações sociais com o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. O reforço no patrulhamento é feito diariamente por 544 policiais militares e agentes civis em dois turnos. A atuação abrange as regiões da Praça Mauá, Candelária, Praça XV, Largo da Carioca, Rua Uruguaiana, Sete de Setembro e Avenida Presidente Vargas, entre outras áreas.”³¹

Isso já compõe um quadro de controle estatal rigoroso sobre uma área em processo de “revitalização”. Entretanto, o mais importante ícone da segurança pública carioca nos últimos anos, símbolo que ganhou a atenção internacional graças aos eventos na cidade, também comparece na zona portuária: a Unidade de Polícia Pacificadora. A segurança do projeto Porto Maravilha também conta com uma UPP, localizada no morro da Providência, uma das favelas mais

³¹ “Crivella assina com sistema Fecomércio RJ renovação do Programa Centro Presente”. Retirado de: <<http://rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=7131318>> Acesso em 09/08/2019.

antigas do Rio de Janeiro, e que possui como missão também patrulhar o entorno da comunidade. (SARDINHA, 2017: 164)

A questão que emerge, ao pensarmos o modelo de segurança pública adotado pela prefeitura e o estado, no Porto Maravilha, é o de respaldo aos investidores que ali resolveram investir. As câmeras e os guardas municipais, trazem uma sensação de segurança e de inovação com o Centro Presente, mas que na realidade tem a brutalidade e a militarização do espaço como resposta. Os guardas municipais, além de coibirem e responderem aos furtos e pequenos delitos, respondem a uma lógica higienista da revitalização do espaço. A retirada dos moradores em situação de rua e a expulsão dos vendedores ambulantes presentes no porto, mostram que a lógica é a da cidade mercadoria e a imagem que o Porto Maravilha tem a mostrar, aos investidores e à população, é importante, mais que a solução dos problemas reais, frutos do desenvolvimento desigual do capitalismo.

A cidade mercadoria isola e expulsa os que não participam do processo de valorização da cidade que é necessário ao empreendedorismo urbano. As remoções, expulsões arbitrárias de quem não pertence à classe social almejada, e a militarização são marcas desta cidade empreendedora. O cotidiano se torna cada vez mais brutal e ameaçador, com uma grande perda da qualidade de vida para os sujeitos excluídos, além do gradativo afastamento espacial do centro da cidade. As pessoas perdem o direito a sua própria cidade, para o mercado.

O direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria). (LEFEBVRE, 2010, p. 139)

As pessoas pobres são afastadas para as periferias, onde muitas vezes não há a infraestrutura mínima, estando cada vez mais longe dos lugares de lazer e cultura, a cidade se torna cada vez menos um espaço para os encontros e vivências do diferente e cada vez mais distante para os pobres. Entendemos que “O mercado domina a cidade” (ROLNIK, 2001:29) quando essa dinâmica entre capital e Estado acontece, reduzindo os empecilhos da cidade para a expansão do capital e muitas vezes deixando de lado os reais problemas urbanos que acometem a população.

2.2- Gentrificação

Uma das questões que se colocam hoje é se o que ocorreu na Zona Portuária do Rio foi o processo de gentrificação ou uma tentativa frustrada. Aqui nós dialogaremos com o conceito de gentrificação pensado pelo geógrafo escocês Neil Smith, professor da City University of New York até 2012, ano de sua morte. Smith é conhecido mundialmente por seu célebre livro *Desenvolvimento Desigual* e por suas grandes contribuições para a geografia ao entender o processo de gentrificação que começava a ficar em destaque, em meados da década de 1970.

No capitalismo, a produção do espaço na teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a tentativa do capital se ajustar às próprias contradições estruturais. A

destruição criativa do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo produz um movimento constante de ajustes espaçotemporais, onde a criação de espaços de absorção de capital excedente é o processo fundamental para a sobrevivência do sistema (HARVEY, 2016).

Este novo padrão de desenvolvimento do capitalismo faz com que o capital transforme cada vez mais o espaço para buscar novas formas de acumulação, pois onde antes o capitalismo conseguia expandir suas fronteiras para novos mercados, como ocorreu por todo o século XIX e XX, agora com a produção globalizada a concorrência do mercado global está em todos os lugares, impossibilitando a expansão externa como solução para as crises de superacumulação de capital.

Nunca foi tão presente no capitalismo o movimento de (re)estruturação espacial para criar, recriar e produzir novos espaços de acumulação; a necessidade crescente de novos ajustes espaciais para afastar a crise e as contradições e perpetuar a expansão de novos ciclos de desenvolvimento, exige um constante investimento em capital fixo no ambiente construído das cidades (BOTELHO, 2013)

A crise do capitalismo persiste e a possibilidade que o capital e as economias nacionais encontram para absorver o excedente de capital é o investimento no espaço urbano, o investimento em capital fixo nas cidades. “É neste contexto, isto é, em relação à reestruturação de economias através da crise, em preparação para uma nova fase de expansão, que a divisão particular de trabalho tem sua mais destacada expressão geográfica” (SMITH, 1988 p.186). E, nesse momento, a gentrificação aparece em cena, como uma estratégia urbana.

No texto “A gentrificação generalizada” publicado originalmente no livro *De Volta à cidade*, Smith apresenta a conceitualização da gentrificação frente ao seu avanço pelo mundo, a gentrificação se tornara uma questão central para esse novo urbanismo, o urbanismo do século XXI (SMITH, 2006: 59). Ele mostra que havia diferentes perspectivas quanto a definição de gentrificação, mesmo tendo este processo presente na paisagem urbana de várias cidades.

Smith traz o olhar de Glass sobre a gentrificação

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes medias alta e baixa. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores, que tinham mudado de função- ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas- recuperaram novamente um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camas populares que ai moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado. (GLASS, 1964: XVIII apud SMITH, 2006: 60)

Smith diz que a visão de Glass é quase romântica, por entender que os atores principais desse fenômeno seriam os moradores de classe média, os agentes principais dessas transformações na cidade. Na verdade, os protagonistas desse processo geralmente são a iniciativa privada, fomentando essas mudanças e o Estado, colaborando por intermédio de parcerias público-privadas.

Um fenômeno local, outrora relacionado à urbanização do pós-guerra, tomou corpo e assumiu uma característica desse novo urbanismo e presença na paisagem urbana. A gentrificação ocorre de maneiras diversas, em países diferentes, mas o que une todas as cidades que passaram ou passam pela gentrificação, é o fato de o fenômeno ter se diluído tão rápido no urbanismo mundial e hoje, ser a regra e não mais o caso isolado. A gentrificação é uma política urbana que ocorre dos países desenvolvidos a periferia do capitalismo.

O caso mais famoso e que inspirou o estudo de Neil Smith sobre a gentrificação foi o de Nova Iorque. A crise fiscal que perdurou de 1973 até 1977 na cidade, trouxe uma mudança na forma de se pensar e gerir a cidade, a economia e o espaço. Nessa época, o modelo neoliberal fora implementado como saída para essa crise, uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada. Nesse momento os interesses do mercado financeiro passaram a ditar as regras do jogo na administração pública (HARVEY, 2011). Smith (2006) mostra que a crise fiscal também foi uma resposta a urbanização pensada até então, com uma grande expansão dos subúrbios e um nítido declínio dos centros das cidades.

Nesse momento a gentrificação já ocorria pela cidade, mas de forma esporádica e não como um processo. Os resultados da crise fiscal tiveram um efeito maior na gentrificação, fazendo com que os centros continuassem o processo de degradação, expulsando os moradores, que vendiam suas casas a baixos preços para corretores. A questão é que a cidade volta a se erguer economicamente e essas áreas outrora de proprietários pobres, estavam nas mãos dos especuladores. Um dos pilares a compreensão desse processo é o que Smith chamou de *rente gap*.

segundo a teoria da renda diferencial (*rent gap*), as causas originais da gentrificação estavam na mobilidade geográfica do capital e nos modelos históricos do investimento e desinvestimento no campo urbano: o investimento nas áreas periurbanas em detrimento da região central, dominante no século XX, criou condições espaciais de reinvestimentos sobre locais específicos do centro, tomando a forma de gentrificação. (SMITH, 2006: 66).

O autor mostra que a gentrificação evoluiu na cidade quando os financiamentos públicos passaram a favorecer os investimentos privados. O exemplo mais conhecido de gentrificação é o bairro de Soho, em Nova Iorque, que passou exatamente por essas questões, de um bairro de operários na década de 1970 a um bairro de artistas que trouxeram um diferencial e uma marca aquele lugar e, posteriormente, de especuladores no século XXI. Os investidores logo perceberam a importância desse processo para a circulação de capital, lugares estigmatizados por serem historicamente bairros pobres ou degradados, passaram a ser visados pelos especuladores, aumentando exponencialmente a área para especulação imobiliária na cidade. A tríade valorização- desvalorização- revalorização é reforçada nesse momento pelo capital que está presente investindo na cidade.

Neil Smith mostra que “por falta de alternativas, a política de habitação para Nova Iorque do final dos anos oitenta era a gentrificação.” (SMITH, 2006: 68). A gentrificação se torna a solução por primeiramente, assumir essa dinâmica de solução para os problemas de circulação de capital na cidade e por não haver mais investimentos de ordem social pelo então governo. Ainda segundo o autor, uma avalanche sem precedentes aconteceu nos anos oitenta, mesmo com cortes nos investimentos e fundos para a gentrificação.

Em Nova Iorque todas estas mudanças não ocorreram sem consequências. O número de moradores de rua era 1,5% da população nova-iorquina, quase 100 mil pessoas. Havia resistência à gentrificação pela cidade e que estourou quando a polícia tentou impor um toque de recolher em um parque municipal. Moradores de rua, moradores do bairro e outros apoiadores da causa tomaram o parque, que voltou para o município somente em 1991. Essa onda da gentrificação “não era mais uma anomalia do mercado imobiliário de uma grande cidade”, era agora uma nova oportunidade de planejamento e política do espaço urbano, uma outra forma de se pensar e especular a cidade. Da exceção à regra. (SMITH, 2006: 69).

Houve um desaceleramento na gentrificação, pós depressão econômica em 1989 e crack da bolsa de 1987 em Nova Iorque. Alguns chegaram a falar que não haveria mais gentrificação, que fora um fenômeno isolado e momentâneo e que agora aconteceria uma suposta “desgentrificação” por toda a cidade. Smith (2006) discorda dessa visão, dizendo que nos bairros afastados o processo diminuiu de ritmo, mas que nos bairros centrais, como Soho, Lower East Side e outros, o processo não parou completamente e uma nova onda de gentrificação surgiu, em meados de 1996.

Esse novo boom da gentrificação trouxe algo novo para o processo, a generalização da gentrificação por toda a cidade. Os bairros mais afetados nessa época, não era mais somente Manhattan, mas o Brooklyn, New Jersey e o Queens, que são bairros mais afastados do centro e historicamente bairros negros e mais empobrecidos. Smith (2006) aponta algo surpreendente. Com a alta dos aluguéis e valorização destes bairros por conta da gentrificação, os “gentrificadores”, ou seja, os que iniciaram esse processo e que geralmente eram ligados à arte como pintores e atores, foram expulsos dos bairros por não conseguirem pagar os aluguéis que continuavam a crescer. Ou seja, a marca destes bairros que era a presença de artistas e pessoas ligadas a arte de alguma forma não conseguiam mais se manter ali, mas o bairro continuou a ser vendido como um bairro de artistas, hipster, reproduzindo a lógica imobiliária especulativa.

A generalização setorial da gentrificação é ainda mais importante. Enquanto a gentrificação esporádica se limitou a nichos estritos do mercado de habitação, e o processo de consolidação da segunda onda provocou transformações sociais numa rede mais ampla de reestruturação urbana, a terceira onda- que data de meados dos anos noventa- transformou o processo de dentro pra fora (...) em resumo, todo um leque de grandes operações na paisagem de áreas centrais. (SMITH, 2006: 72.)

Smith diz que a gentrificação na cidade passa a ser um elo entre os desejos das classes médias, que ele frisa ser uma conquista classista e branca e uma integração do espaço urbano, ou seja, a estratégia residencial não pode ser vista dissociada do emprego, do lazer, do consumo e de sua paisagem urbana.

A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes medias e medias altas podem “consumir”- uma vez que os sem-teto foram rapidamente evacuados- e que contribuem para a formação de identidades de classe através de um espectro de classes significativo (...) Nessa paisagem aparentemente democrática, a extraordinária desigualdade do consumo exprime o poder redobrado das classes que fizeram a linguagem da “gentrificação” chegar ao primeiro plano. (SMITH, 2006: 73)

Para além da moradia de classes altas, Soho ganhou lojas de artigos luxuosos, boutiques de grife, galerias de arte, restaurantes de chefs conhecidos e outras formas de diferenciação na cidade. A gentrificação se consolida como um retorno das classes altas

ao consumo e a permanência na cidade, como dito anteriormente, esse processo é classista e racista, excluindo os antigos moradores e os que não podem consumir o que se é vendido.

E por que pensar e compreender o caso de Nova Iorque? Neil Smith (2006) explica que vivendo e estudando o caso de Nova Iorque, ele “viu evoluir sua gentrificação de uma anomalia local para uma estratégia urbana articulada”. Cada cidade percebe a evolução desse processo de maneira diferente, assim como em uma mesma cidade o processo pode evoluir de formas distintas em seus bairros, mas há características específicas que devem ocorrer para se enquadrar num processo de gentrificação.

A generalização da gentrificação apresenta diversas dimensões, e isso pode ser compreendido em termos de cinco características interligadas: o novo papel do estado; a penetração do capital financeiro; as mudanças nos níveis de oposição política; a dispersão geográfica; e a generalização da gentrificação setorial, já evocada. (SMITH, 2006:75)

O modelo nova iorquino não deve ser visto como um paradigma, entretanto compreender o processo com luz a esse caso é válido porque a “gentrificação evoluiu em muitos casos no sentido de uma estratégia urbana crucial para as municipalidades, em comum acordo com o setor privado.” (SMITH, 2006: 74). E isso se reflete na neoliberalização dos espaços e nas parcerias público privadas hoje comuns em cidades do mundo todo.

O papel do Estado mudou entre a segunda e a terceira onda de gentrificação, de uma ausência à uma ativa participação por meio de parcerias com a iniciativa privada. Smith traz o exemplo de 1998, quando a cidade de Nova Iorque pegou um financiamento quase bilionário para que a Bolsa de valores não se transferisse de lugar, de uma margem à outra do rio Hudson, dando uma única justificativa: de que esse ato se tratava de negócios.

Em lugar de a razão política acompanhar a economia, ela agora se curva inteiramente diante dela. As políticas urbanas já não aspiram guiar ou regular o sentido do crescimento econômico, elas se encaixam nos trilhos já instalados pelo mercado, à espera de contrapartidas mais elevadas, seja diretamente ou na forma de arrecadação de impostos. (SMITH, 2006: 76)

Uma outra característica da gentrificação generalizada pelo mundo é o papel da globalização do capital, os investidores e especuladores estão ligados à uma rede, onde não há fronteiras para o capital. E muitos projetos têm a marca desse capital globalizado. “A presença do capital globalizado nos programas residenciais locais é a marca da última fase da gentrificação.” (SMITH, 2006: 77)

A terceira característica desse fenômeno é o aumento da resistência frente a gentrificação, por onde ela passa. O autor mostra que o aumento destes movimentos anti-gentrificação e a violência com que foram recebidos e reprimidos nos anos 1980/90 “é uma prova do caráter central dos programas imobiliários na nova economia urbana” (SMITH, 2006: 77). A questão da segurança urbana para a gentrificação passa a ser uníssono em campanhas e políticas de enfrentamento dos movimentos urbanos, emplacando ações de repressão.

A última característica é a generalização setorial, “o arquétipo desta fase mais recente, está bem no núcleo do que distingue a nova gentrificação.” (SMITH, 2006: 77). O “renascimento” urbano da década de cinquenta até os anos setenta dependia do

financiamento público para o projeto de reestruturar os centros urbanos e hoje, o mercado está ativo nesse processo, como agente principal e fomentador das mudanças no espaço urbano. Essa terceira onda de gentrificação trouxe um caráter excepcional frente aos anteriores, pois trouxe uma dimensão classista.

O que marcou a última fase da gentrificação em numerosas cidades foi uma nova combinação de poderes e de práticas implementadas com uma ambição muito mais explícita de gentrificar a cidade. Para as classes médias, reconquistar a cidade implica muito mais do que somente obter um apartamento gentrificado. Uma nova “gentrificação complexa” e institucional inaugura agora uma renovação urbana de dimensão classista. Essa gentrificação classista complexa conecta o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários (grandes e médios), com o comércio local, com agentes imobiliários e com lojas de marcas, todos estimulados pelos poderes locais, para os quais os impactos sociais serão doravante mais assegurados pelo mercado do que por sua própria regulamentação; a lógica do mercado, e não mais o financiamento dos serviços sociais, é o novo *modus operandi* das políticas públicas, os projetos imobiliários se tornam a peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais (Vine, 2000), além dos enormes conjuntos multisetoriais e templos do consumo nos novos centros urbanos. De um modo inimaginável nos anos sessenta, a construção de novos complexos de gentrificação nas áreas centrais, ao redor do mundo, tornou-se cada vez mais uma inatacável estratégia de acumulação de capital para economias urbanas em competição. (SMITH, 2006: 79)

O que começa como uma ocorrência no mercado habitacional, passa a ser uma expressão urbana do neoliberalismo. Smith diz que a globalização da gentrificação não foi por acaso e representa “a vitória de certos interesses econômicos e sociais sobre outros, em geral de dimensão classista e, em alguns casos, racista” (SMITH, 2006: 80).

De uma política da habitação, para a escala da cidade como um todo; uma reconquista da cidade, do centro da cidade pelas classes médias e médias altas, brancas e mais: a vitória do neoliberalismo na cidade, a regeneração urbana é a gentrificação em sua nova fase, como política e estratégia de planejamento urbano.

Ainda que a linguagem da regeneração tenha sido sempre utilizada para descrever a cidade, ele só se afirmou realmente com os neoliberais anos noventa. O que implica que a gentrificação estratégica da cidade é verdadeiramente um processo natural. Assim, os arautos da estratégia da regeneração mascaram as origens sutilmente sociais e os objetivos de mudança urbana, apagam as políticas de ganhadores e perdedores de onde emergem tais linhas de ação. Assim, um segundo silêncio sistemático é o dos perdedores. É historicamente e não acidentalmente que a gentrificação está associada ao aumento das expulsões e dos sem-teto, e ainda assim este importante efeito da regeneração passa completamente em silêncio. (SMITH, 2006: 83)

E porque falar regeneração, revitalização ou reestruturação ao invés de gentrificação? Porque os planejadores e agentes interessados nunca usam o conceito de gentrificação? O peso da palavra gentrificação é enorme e traz consigo as verdadeiras causas e consequências desse processo, já regeneração aparece como algo natural, um processo a ser vivido, uma etapa a ser ultrapassada. O conceito provém da palavra *gentrification* - derivado de “*gentry*”, que por sua vez deriva do francês

"genterise" que significa "de origem gentil, nobre". Ou seja, a genealogia da palavra aponta sua principal motivação, que é a retomada da cidade pelos que possuem dinheiro.

2.3- Gentrificação no Porto

O caso do Rio de Janeiro não é tão emblemático quanto o de Nova Iorque, que iniciou o fenômeno e o vendeu como estratégia para países do mundo todo. Aqui observamos tentativas de gentrificação que não deram certo, mas que tem características únicas e que, se tornaram um expoente na pesquisa da gentrificação em países subdesenvolvidos. O estudo anterior sobre gentrificação, nos dá bases para compreender essas características e o motivo de ainda não ter ocorrido plenamente no Rio.

Na Zona Portuária da cidade do Rio, observamos que houve um processo de gentrificação incompleto pois algumas características do processo ocorreram, mas não todas as necessárias para se qualificar como gentrificação. A reestruturação urbana da Zona Portuária, a incorporação de agentes da segurança no cotidiano da região, tornando-a uma das regiões mais vigiadas da cidade, a incorporação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) facilitando o deslocamento, a construção do Museu do Amanhã e do Museu de Artes do Rio de Janeiro³², o investimento de grandes empresas e redes hoteleiras com construção de prédios e a tentativa de atração das classes médias para moradia na Zona Portuária, além da atração de turistas para a região. Também colocamos como símbolo gentrificador, os murais pintados por grafiteiros renomados que chamam a atenção de quem passa para fotografias e deleite visual.

Essas transformações no espaço urbano, corroboram com a ideia de regeneração do lugar, de mudança, que as classes médias e altas tanto gostam. A quebra do estigma do lugar, de violento e depredado para um lugar renascido, com outros usos e dinâmicas, ajuda a compreender o sucesso das revitalizações pelo mundo todo. No porto não foi diferente. A incorporação da arte na Zona Portuária, pelos museus e grafites marca a mudança no consumo e de público, que notoriamente é composto por turistas e cariocas de classes média e média alta. Dentro de ambos museus há restaurantes com assinatura de chefs de cozinha e cafés, além de uma loja de produtos assinados por designers e artistas.

Essa mudança no padrão de consumo na Zona Portuária é de extrema importância ao pensarmos a gentrificação como processo importante na reprodução do capital. Além da destruição criativa, da tríade valorização- desvalorização-revalorização, o consumo aparece como elo entre a produção do espaço e a reprodução do capital na cidade. A

³² “O lançamento do MAR representa um dos marcos do Porto Maravilha, projeto da Prefeitura de revitalização da Zona Portuária do Rio, com investimentos também da iniciativa privada. A intervenção urbana dessa região da cidade marca uma virada muito importante na história do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho. O Porto Maravilha também realiza ações para a valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população. Além do MAR, a região ganhou outro projeto de grande impacto cultural: o Museu do Amanhã, no Pôr do Sol, inaugurado em dezembro de 2015”. (MAR, 2018)³²

mudança de público, pensando em classe social e raça, se torna evidente no caso carioca, de um lugar abandonado à um lugar “renascido”, com pessoas brancas que consomem os restaurantes, lojas e museus.



Figura 6- Grafites no Boulevard Olímpico. A incorporação da arte urbana, é uma característica da gentrificação, assim como a presença de museus e galerias de arte.

FONTE: Ariane Horta, 2019.

A imagem da região portuária da cidade foi de extrema importância para o inicial sucesso da reestruturação urbana. Mesmo antes das obras começarem e o consórcio ser firmado, a imagem que se construiu sobre o “Porto Maravilha” pesou quanto a confiança depositada no projeto. Essa imagem foi comprada e vendida, antes dele mesmo de existir espacialmente, o espetáculo aconteceu e foi apresentado em jornais, revistas e na televisão.

O processo de gentrificação e de reestruturação urbana trazem um discurso pautado na inexistência de vida anterior a proposta de intervenção, a imagem negativa do lugar tem que ser fortalecida, para justificar e consolidar as reformas. A memória urbana aparece como uma legitimação das intervenções públicas, como se o interesse fosse em conserva-la e garantir sua continuação, sendo que na realidade o lugar se torna um museu a céu aberto, militarizado e ligado ao circuito internacional do turismo, apartado de sua realidade social e memória, no caso negra e dos excluídos.

A sociedade que repousa sobre a indústria moderna não é fortuitamente ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente espetaculista. No espetáculo da imagem da economia reinante o fim não é nada, o desenvolvimento

é tudo. O espetáculo não quer chegar a outra coisa senão a si mesmo. (DEBORD, 1997: 18)

O marketing urbano está diretamente relacionado com o espetáculo por construir uma imagem de cidade e vendê-la, diferenciando-a de outras com atrativos específicos para os investidores, apesar de sabermos que estes atrativos fazem parte da disputa e ganhos desta cidade mercadoria. “O espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem.” (DEBORD, 1997: 29)

Para além da imagem, o espetáculo é uma relação social, a sociedade do espetáculo como uma parte intrínseca ao desenvolvimento capitalista está presente em todos os meios e todos os lugares. O marketing urbano e o processo de gentrificação e reestruturação urbana estão intimamente ligados ao espetáculo, pensado por Guy Debord. Pensar na sociedade do espetáculo não se restringe a pensar na mídia, televisão e formas de controle relacionadas somente a imagem. Pensar no espetáculo, para Debord (1997), é pensar nas relações sociais da sociedade contemporânea que são mediadas por essas imagens, sempre relacionadas as relações de produção e consumo de mercadorias, ou seja, pensar na produção do espaço urbano também é pensar no espetáculo.

O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem presente faz sobre si própria, o seu monólogo elogioso. É o auto-retrato do poder no momento da sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: uma segunda natureza parece dominar o nosso meio ambiente com as suas leis fatais. Mas o espetáculo não é necessariamente um produto do desenvolvimento técnico do ponto de vista do desenvolvimento *natural*. A sociedade do espetáculo é, pelo contrário, uma formulação que escolhe o seu próprio conteúdo técnico. O espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa” – sua manifestação superficial mais esmagadora – que aparentemente invade a sociedade como simples instrumentação, está longe da neutralidade, é a instrumentação mais conveniente ao seu auto-movimento total. As necessidades sociais da época em que se desenvolvem tais técnicas não podem encontrar satisfação senão pela sua mediação. A administração desta sociedade e todo o contrato entre os homens já não podem ser exercidos senão por intermédio deste poder de comunicação instantâneo, é por isso que tal “comunicação” é essencialmente *unilateral*; sua concentração se traduz acumulando nas mãos da administração do sistema existente os meios que lhe permitem prosseguir administrando. A cisão do *Estado* moderno, a forma geral da cisão na sociedade, o produto da divisão do trabalho social e o órgão da dominação de classe. (DEBORD, 1997: 22)

A necessidade da venda da imagem se faz presente, quando pensamos na cidade como uma mercadoria que precisa ser produzida e vendida, todas as relações que envolvem estes processos de produção e reprodução, giram em torno do marketing urbano. A cidade capitalista é fruto de uma construção social que depende do capital, sua reprodução e acumulação para se constituir. Podemos pensar na expressão urbana do espetáculo na morfologia do Porto Maravilha, quando entendemos as transformações ocorridas na paisagem do local. Outrora a Zona Portuária se apresentava como uma região decadente e hoje é considerada um dos principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro e, as mudanças iniciadas para a preparação da Zona Portuária para os Jogos Olímpicos, trouxeram a região uma nova dinâmica de uso do espaço público.

E, a gentrificação como estratégia urbana, foi pensada pela cidade do Rio de Janeiro e o Porto é o exemplo mais emblemático e presente no cotidiano carioca. Como

vimos anteriormente, a Zona Portuária da cidade embora ainda com uma grande importância como porto comercial, sofria com uma enorme desvalorização de sua terra e precisava de uma mudança em seu estigma. O Elevado da Perimetral, viaduto que ligava os principais entroncamentos da cidade e que cortava a Praça Mauá, era um dos responsáveis pelo abandono dos investimentos e do não turismo naquele lugar.



Figura 7- Elevado da Perimetral antes das obras na Zona Portuária. Na foto quase não se percebe a Praça Mauá, que com a reforma urbana ganhou destaque e um aumento em sua área total.

FONTE: O Globo³³.

A derrubada da perimetral abriu espaço para as grandes transformações que ali ocorreriam. A destruição de capital fixo nas cidades, embora pareça algo irracional, é um ponto crucial para a revalorização dos espaços. A cidade como mercadoria necessita que haja um reinvestimento em seu capital fixo, no espaço urbano e a destruição criativa aparece aqui com um grande exemplo. O elevado da Perimetral foi derrubado, mas não sem antes a Via Binário do Porto e a Via Expressa, serem construídos para dar conta do fluxo de carros que por ali passavam cotidianamente.

A resignificação é um ponto crucial para a compreensão da gentrificação pois resignificar bairros, construções e imaginários é o que conceitua esse processo. Os armazéns do porto da cidade, outrora abandonados ou usados para descarga de containers, têm um novo uso. A resignificação dos lugares para o imaginário popular trouxe ao porto uma nova imagem, uma nova rotina e novas dinâmicas socioespaciais. Os armazéns localizados no Píer Mauá abrigam o Youtube Space Rio, o Armazém da Utopia estão disponíveis para aluguel em eventos nacionais e internacionais que acontecem na cidade.

³³ Retirado de: <https://oglobo.globo.com/rio/elevado-da-perimetral-sera-interditado-no-dia-19-para-demolicao-10324545>. Acesso em 25/06/2019.



Figura 8- Armazéns no Píer Mauá após as obras de reestruturação urbana. Símbolos do Porto Maravilha, esses armazéns que hoje têm um novo uso, antigamente eram usados somente para funções portuárias. Nessa foto também se destaca os trilhos do VLT (Veículo Leve sob Trilhos), que corta o centro da cidade, assim como antigamente os bondes o faziam.

FONTE: Rodoviária Novo Rio³⁴.

Segundo o site do Píer Mauá

Localizado no coração do Porto Maravilha, o Píer Mauá abrange uma área de 40 mil m². A concessionária é responsável pela gestão do Terminal Internacional de Cruzeiros do Rio de Janeiro, Prédio do Touring, Espaço Mauá, além de 5 armazéns construídos no século XIX, com 3.500 m² cada e um espaço externo de 8.500 m². (...) Com todo o processo de revitalização, a região do porto do Rio recuperou seu brilho e importância tornando-se um terreno fértil para o surgimento de novos empreendimentos. A primeira empresa a enxergar este potencial foi o Google, que escolheu o Píer Mauá para sediar o maior YouTube Space do Brasil, localizado no Armazém 1. (PIER MAUA, 2019)³⁵

Outra característica específica da tentativa de gentrificação na Zona Portuária do Rio de Janeiro é a forte herança e resistência negra que continua ali. O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) que inicia suas atividades em 2005, surge com a proposta de resgatar e preservar a herança africana no Rio de Janeiro, através de atividades culturais e educativas propondo reflexões sobre a escravidão no Brasil e suas consequências na sociedade brasileira. O IPN criou em 2016 o projeto Circuito da Herança Africana, que busca através de uma prática educativa explicar o que ocorreu com

³⁴ Fotografia retirada de: < <https://www.novorio.com.br/blog/o-que-fazer-no-porto-maravilha/>>. Acesso em 25/07/2019.

³⁵ Retirado de:< <https://www.piermaua.rio/quem-somos/>>. Acesso em 25/06/2019.

os africanos que chegavam no Rio em cada ponto da Zona Portuária que tem essa memória. Segundo eles,

Cada um dos pontos indicados remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era uma das áreas de venda de escravos. O Jardim Suspenso do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Mencionamos também o Lazareto, local onde os cativos doentes eram cuidados com objetivo comercial, também havia um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. (IPN, 2019³⁶)

O porto que recebeu milhares de africanos escravizados, hoje através da imagem do amanhã, do futuro, do espetáculo e do empreendedorismo individual e urbano se dissocia da história escravista, marcada por tanta violência. O IPN é além de um lugar pra discussão e educação, é a marca da resistência dos negros e negras no Porto Maravilha e em todo Rio de Janeiro.

Todavia mesmo com o ajuste espacial, a ressignificação da imagem do lugar e outros aspectos que ocorreram na Zona Portuária da cidade, a gentrificação não ocorreu de forma completa, mas como uma tentativa. Uma tentativa frustrada. Sim, a transformação de uma região decadente à um novo ponto turístico da cidade ocorreu, também a construção de hotéis e prédios comerciais, a adequação de antigas construções para sediarem empresas e espaços de co-working entretanto a construção de habitação³⁷ no Porto Maravilha, até então, não teve suas obras finalizadas e até hoje muitos prédios estão vazios³⁸ e hotéis continuam sem muitos hóspedes³⁹.

A crise financeira que o Estado do Rio de Janeiro passou e a crise política que abalou o país com o golpe parlamentar de 2016 explicam o não sucesso da empreitada⁴⁰. O desinvestimento na infraestrutura urbana também. A Concessionária Porto Novo, que cuidava da manutenção e limpeza do Porto Maravilha, repassou o trabalho para a prefeitura alegando que já não havia dinheiro. A jogada da década ficou sem limpeza urbana, sem o número de turistas de antigamente para consumir e ocupar seus hotéis e sem atrair novos investidores que poderiam ali se instalar.

Apesar de ainda hoje o processo de gentrificação não ter ocorrido em toda sua plenitude no Rio, os agentes interessados continuam com a expectativa que a região se revalorize e se torne uma boa opção para a acumulação de capital. Como exemplo desse

³⁶ Retirado de: <http://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>>. Acesso em 25/06/2019.

³⁷ “Empreendimentos imobiliários do porto seguem com salas e lojas vazias”. Retirado de: <<https://oglobo.globo.com/rio/empreendimentos-imobiliarios-do-porto-seguem-com-salas-lojas-vazias-21489279>>. Acesso em 29/06/2019.

³⁸ “Quase metade dos prédios do Porto Maravilha no Rio está sem uso”. Retirado de: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/03/quase-a-metade-dos-predios-do-porto-maravilha-no-rio-esta-sem-uso.ghtml>>. Acesso em 29/06/2019.

³⁹ “A bolha dos hotéis estourou no Brasil”. Retirado de: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-bolha-dos-hoteis-estourou-no-brasil/>>. Acesso em 29/06/2019.

movimento, a construção de uma roda gigante⁴¹, Rio Star, aos moldes da London Eye de Londres está ocorrendo; esta terá 88 metros de altura e 54 cabines com capacidade pra 8 passageiros cada. A expectativa é que a roda gigante carioca tenha o mesmo sucesso da londrina e que atraia investimentos e turistas para a região.



Figura 9- Construção da roda gigante Rio Star no Porto Maravilha. Ela que ficará na Zona Portuária da cidade, surge como aposta na retomada dos investimentos e de turistas.

FONTE: CDURP

O prefeito da cidade, Marcelo Crivella, entra na narrativa pelo retorno dos investimentos no Porto ao defender a legalização dos jogos de azar. A expectativa com essa mudança seria a da construção de um Resort com cassino na Zona Portuária da cidade pelo bilionário Sheldon Adelson, dono de outros cassinos pelo mundo.

Sobre a construção do resort cassino, Crivella comentou ao Jornal O Globo⁴²

Eu sou contra o vício, mas eu sou contra a miséria, sou contra o desemprego, sou contra a estagnação da nossa economia. Vendo a nossa juventude terminando o curso escolar eu não encontrando lugar para trabalhar. O Congresso vai decidir e se houver uma licença. Não é abrir o jogo em toda esquina, não estamos falando de máquinas caça-níqueis, não estamos falando de bingo em todo lugar. Nós estamos falando de um cassino, um só na cidade do Rio de Janeiro, que tenha a

⁴¹ “Porto Maravilha vai ganhar roda gigante inspirada na London Eye”. Retirado de: < <https://oglobo.globo.com/rio/porto-maravilha-vai-ganhar-roda-gigante-inspirada-na-london-eye-22605538>>. Acesso em 29/06/2019.

⁴² “Crivella sobre cassinos no porto: “Sou contra vício, mas contra a miséria e o desemprego”. Retirado de:< <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-sobre-cassino-no-porto-sou-contra-vicio-mas-contra-miseria-o-desemprego-23310481>>. Acesso em 29/06/2019.

capacidade de atrair milhões de turistas - disse o prefeito, na cerimônia de entrega de mil pistolas de choque a guardas municipais.

O discurso adotado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pela retomada dos investimentos no Porto Maravilha se apoia no aumento no número de desempregados pela cidade. A retórica do desemprego e do reinvestimento no espaço urbano como saída pra crise, não saiu do escopo estatal nem do privado e a expectativa que o porto enfim viva seus dias de sucesso para o Estado e para os investidores, volta a crescer. Movimentos para que isso ocorra estão sendo tomados, com propagandas do Porto, construção da roda gigante e eventos nacionais e internacionais ocorrendo na praça Mauá, como o Rio Gastronomia, o Rio Montreux Festival e a Arena N°1 Brahma que transmitiu a final da Copa América em julho também deste ano.

A gentrificação como política pública ou planejamento estratégico como muitos chamam, fica cada vez mais em evidência no Brasil principalmente pelas PPP's que se consolidam como forma de gestão do espaço urbano nas grandes cidades. A marca classista e racista da gentrificação não pode ser apartada desse processo. E no Rio de Janeiro ela fica muito clara. A reconquista do centro da cidade pela classe média e média alta, o direcionamento do consumo para estas classes e o aumento do metro quadrado da moradia está intimamente ligado a essa marca. A generalização da gentrificação pelos países subdesenvolvidos como estratégia urbana é cada vez mais presente e vendida como solução.

Ao pensarmos o caminho que esse planejamento estratégico tomou nas grandes cidades do mundo, nos deparamos com o caso de Barcelona que está intimamente ligado ao que ocorreu no Rio⁴³. A cidade de Barcelona entra pro hall do urbanismo de espetáculo em 1992, quando produz grandes intervenções urbanas em seu território para receber os Jogos Olímpicos.

O modelo de reestruturação catalão se aportou em mudanças teoricamente modestas que segundo Otília Arantes

a partir dos anos 1980, quando a máxima era: 'a cidade se constrói com arquitetura e não com planos'; e quando o domínio dos engenheiros e *planners*, sucedeu o dos arquitetos *designers* urbanos. Era a hora, acreditavam eles, de uma reconstrução pactuada, mais 'suave', das intervenções ditas 'modestas' – inclusive pela escassez de recursos -, e da retomada, também do plano simbólico, da reconciliação, através da multiplicação dos 'espaços públicos'. Não por acaso foi lançado ao público o projeto de 100 praças. (ARANTES, 2013: 41)

Mas o caso catalão se torna expoente na arquitetura olímpica por seu porto, o que o diferencia das outras reestruturações ocorridas no mundo. A cidade vista como mercadoria, a ser vendida e consumida, com o uso do nome de arquitetos e artistas de renome e a turistificação de lugares outrora não comerciáveis. A cidade foi posta à venda.

Algo que corresponde a centenas de m² de edificações – hotéis, centros de negócios, esportivos e de cultura, shoppings, mais inúmeros restaurantes, formando uma verdadeira barreira entre a cidade o e mar – e que não veio obviamente para corrigir os desacertos da primeira intervenção, mas

⁴³ “Rio se inspira em Barcelona para recuperar zona portuária”. Retirado de: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/28/rio-se-inspira-em-barcelona-para-recuperar-zona-portuaria.htm>>. Acesso em 20/07/2019.

descaracterizou ainda mais o que poderiam ter sido tais espaços, se realmente devolvidos a cidade. (ARANTES, 2013: 51).



Figura 10- Porto de Barcelona após as reformas. A arquitetura se destaca do resto da cidade, com o museu, um expoente do urbanismo olímpico.

FONTE: Viator.com

A construção do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona na Zona Portuária foi um marco desse novo urbanismo, tentou-se transformar o antigo lugar com características não atrativas para o capital, bairro pobre e portuário, num bairro de arte, turístico, com o museu como ponto focal principal dessa mudança. Esse processo ocorreu através da PROCIVESA (Promoción de Ciutat Vella S. A.) empresa que em 1988 foi encarregada da transformação urbana do bairro de Raval, e a ela

coube levar adiante a referida política de ‘recuperação’ fundada na criação de atrações culturais e lugares de atividades econômicas alternativas, diversificando ao máximo as funções, como premissa da dinâmica de ‘autorregeneração’, e eliminando muitas das residências, em especial as pensões (cortiços e prostíbulos) (ARANTES, 2013: 60).

Esse gerenciamento por uma empresa que corroborou com a ideia de transformação e mudança classista da região, mostra que o caminho do planejamento estratégico estava traçado.

Mas o que nos chama mais a atenção no processo que ocorreu em Barcelona e que serviu de modelo para o carioca, foram as mudanças no porto. Para Arantes (2013: 70), “sem dúvida, no caso específico do repovoamento da Vila Olímpica e seu entorno, assistimos a um processo a mais, entre tantos outros à época, de nítida gentrificação”. A transformação da Zona Portuária num ponto turístico da cidade, a mudança classista deste

bairro e seu entorno pelo aumento do preço da terra são marcos do processo em terras catalãs.

Não só o modelo de mudança do espaço urbano no porto foi comprado pelo Rio de Janeiro, mas a estratégia de acumulação de capital em torno desse processo. Como preparação para os Jogos Olímpicos, a venda da cidade mercadoria, o uso do marketing urbano e as parcerias entre a iniciativa privada e o Estado, são características que se colocaram em evidência a partir desse modelo de urbanismo olímpico em Barcelona.

O caso do Rio de Janeiro é emblemático, pois o modelo catalão de urbanismo olímpico foi adotado e a gestão da cidade empreendedorista se tornou a regra, porém, a gentrificação como processo não. Como percebemos com Smith (2006), o que ocorreu na zona portuária da cidade, foi a gentrificação setorial, a gentrificação pelo consumo. O esperado era mudança total do público que frequenta o porto, com o consumo de marca como chamariz e é nesse ponto que o caso carioca se destaca.

Mesmo ocorrendo a gentrificação setorial, o consumo que existe na zona portuária não é o de luxo, o da marca. A generalização do consumo ocorreu pela venda de mercadorias e artesanato ambulante. Há feiras de produtos artesanais na Praça Mauá, além da venda cotidiana de colares, bolsas e brinquedos. Houve a tentativa de se incorporar o consumo de grife, com restaurantes caros e a atração de lojas de marca, mas isso não se consolidou. O Porto Maravilha nasce com a crise econômica e isso se reflete no consumo, na manutenção de toda a zona portuária e do público que ali frequenta.

Durante a aplicação das entrevistas e do trabalho de campo de observação, pudemos constatar que os vendedores ambulantes vendem suas mercadorias e alimentos a um público composto por turistas e pessoas com o “perfil de serem moradores da Zona Sul da cidade”, ou seja, brancos, vestidos de acordo com a moda, à passeio em dias de semana. E essas pessoas consomem as mercadorias do trabalho informal.

Essa diferença do caso carioca é importante para compreendermos o conceito de gentrificação não como um paradigma, do que ocorreu em Nova Iorque. O trabalho informal no Porto Maravilha é importante para que o ciclo de acumulação ocorra, não há possibilidade de se excluir estes trabalhadores da dinâmica que existe em toda a zona portuária. Eles movimentam a economia local, a moradia (pois uma grande parte dos vendedores ambulantes vivem no centro da cidade⁴⁴) e o consumo. Como Milton Santos (2002: 56) apontou, o circuito inferior e o circuito inferior da economia urbana são complementares, “os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados”. A dinâmica de acumulação de capital ocorre, mesmo em um lugar em que o comércio de mercadorias realizado por vendedores informais, aconteça de forma abrangente.

⁴⁴ Recomendamos a leitura do relatório do Observatório das Metrôpoles “Camelôs: Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro”, que contribuiu muito com nossa investigação, por identificar, compreender e mapear os trabalhadores ambulantes do centro da cidade, em 2019.

3- TRABALHADORES INFORMAIS NA ZONA PORTUÁRIA

Carlos foi um dos mais emblemáticos entrevistados do dia. Técnico em edificações, migrante e que nos trouxe uma boa explicação de como os ambulantes percebem a crise financeira do estado do Rio de Janeiro em seu trabalho. Carlos é baiano e, durante os três últimos anos se muda para o Rio de Janeiro para trabalhar durante o verão. Quando está aqui, mora no Morro da Providência e diz que é um excelente lugar por estar muito próximo a seu trabalho, consegue ir e voltar caminhando com sua barraca todos os dias.

Sobre o Centro Presente sua opinião é direta, disse que ajudou muita gente pois com o programa, a criminalidade diminuiu e que com isso, mais turistas têm frequentado a região. E pontuou que os guardas mudaram sua forma de atuação, pedindo que os ambulantes se retirem. Disse que há algum tempo, eles chegavam e retiravam as mercadorias e barracas.

Questionado se a mudança sazonal para o Rio de Janeiro compensa, Carlos foi enfático em dizer “no verão eu ganho mais ou menos R\$ 100,00 por dia num mal dia, mas no Carnaval eu consigo tirar R\$ 8.000,00 no total, então ainda vale a pena pra mim. Na temporada dá pra tirar R\$ 7.000,00 no mês se vierem muitos turistas aqui”. Mas explica que antes o faturamento era muito maior, que hoje não compensa tanto quanto os anos anteriores e culpa a crise financeira.

Ele explica, “durante as Olimpíadas eu tirava R\$ 900,00 por dia aqui, nesse mesmo lugar, vendendo coco. Hoje com a crise as pessoas pagam com moedas, antes era difícil acharmos moedas, só pagavam com notas. As pessoas estão desempregadas, o Rio de Janeiro está quebrado, o Brasil quebrou. Sou técnico em edificações e estou desempregado, vendendo coco longe de casa.”

**

O termo desemprego comumente utilizado na literatura científica tem proposições nos países subdesenvolvidos, como mostrou Milton Santos (2002). Tentando compreender o melhor conceito que interprete a realidade brasileira, Helga Hoffman questiona os tipos de empregos existentes e predominantes no Brasil desde a abolição da escravatura até meados da década de 1980, quando seu livro *Desemprego e Subemprego no Brasil* foi publicado.

O trabalho no Brasil historicamente foi realizado por escravos, índios, migrantes e imigrantes, agricultores e pobres. Helga argumenta que no final do século XIX um dos maiores problemas à expansão do café pelo país era a falta de trabalhadores, que contava basicamente com a mão de obra escravizada que se encerraria no final do século. Nesta época, a população brasileira não escravizada estava dispersa pelo país, em pequenas plantações de subsistência ou vivendo e trabalhando em fazendas pelo interior, tendo assim uma oferta de mão de obra instável. O trabalho no país esteve ligado por muito tempo a esse regime escravista e isso marca profundamente as raízes sociais, políticas e econômicas do país.

O comportamento social nessa época fora moldado pelo histórico servil que a população brasileira vivenciou e por muito tempo “esses padrões da sociedade escravista prevaleciam também na área rural: fora as poucas oportunidades para feitor ou mestre de engenho, trabalho é coisa de escravo e, para o próprio escravo é maldição...” (HOFFMANN, 1980: 18).

Esse comportamento e crença social ajuda a entender um dos porquês da necessidade de se convocar imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras brasileiras no início do século XX, pois mesmo havendo um grande número de subocupados pelo

país, estes não aceitavam os empregos existentes nas lavouras, tanto pelo êxodo urbano quanto pela imagem de atraso, relacionada ao viver e trabalhar no interior.

Com o fim da escravidão, quase dois milhões de negros se viram libertos de um dia para o outro, porém sem perspectivas de sobrevivência e permanência no campo e, nessa época, muitos migram para as cidades, que não estavam prontas pra receber um contingente grande de pessoas. Florestan Fernandes acredita que o grande número de imigrantes no país no início do século XX tornou mais difícil “a transformação do escravo em trabalhador livre, com todas as modificações que isso implica”.

Mas em suma, o negro, após a abolição, se viu jogado no mundo competitivo sem ter sido preparado para ele, e, enquanto não aprendia as suas regras, perdia a concorrência para os imigrantes, sobretudo nas ocupações urbanas. Restava-lhe situações típicas de desemprego disfarçado. (FERNANDES, 1964: 77-80 APUD HOFFMANN, 1980: 27)

Os imigrantes e os antigos escravizados nas cidades representaram o aumento da população economicamente ativa, que a indústria e a agricultura não conseguiram sozinhas abarcar. E, a partir da década de 1930, a população urbana começa a ter um crescimento representativo, com um aumento dos fluxos migratórios interestaduais e o êxodo rural.

Depois de 1940, apesar da relativa abundância de terras e apesar de continuar até os nossos dias a expansão da fronteira, a agricultura não mais conseguiria repetir a façanha de ser responsável pela criação da maior parte dos novos empregos. Desde a década de 1950, uma série de processos conjugados faz com que se transfira cada vez mais para o setor urbano a responsabilidade de absorver os aumentos na força de trabalho, a qual cresce a um ritmo que, grosso modo, se pode admitir seja semelhante ao ritmo do crescimento demográfico. (HOFFMANN, 1980: 33)

A absorção de mão de obra pelas indústrias ocorria de forma considerável até meados da década de 1950, quando se constatou que o setor secundário não gerava empregos como o necessário para empregar todas as pessoas disponíveis para o trabalho e, isso ficou claro pelas ruas das cidades, com o aumento no número de desempregados e de subempregados.

Hoffman aponta que a visibilidade dos desempregados e subempregados só ocorreu por estes agora estarem nas cidades pois “nessas condições, o desemprego e o subemprego permanecem como que ocultos no mundo rural” (HOFFMANN, 1980: 34). O fenômeno do desemprego⁴⁵ é difícil de ser identificado no campo e por isso, alguns autores acreditam que este é somente um fenômeno urbano que foi intensificado com o êxodo rural.

Francisco de Oliveira acredita que o processo de urbanização que ocorreu no Brasil foi fruto da necessidade de expansão do capitalismo no país e sua necessidade de

⁴⁵ O termo desemprego surge no fim do século XIX e continua sendo usado na literatura econômica e social desde então, mas para a nossa realidade não é um conceito muito relevante pois, o subemprego retrata melhor a realidade brasileira. Alguns autores trabalham com o conceito de não-emprego, como Joan Robinson que “usa essa mesma categoria de não-emprego, e sua quantidade seria medida pelo número de trabalhadores que não encontrariam emprego mesmo que a capacidade produtiva outra que não trabalho estivesse plenamente utilizada” (HOFFMANN, 1980: 59).

acumulação e que, as cidades são reflexos diretos disso, pois concentram as atividades econômicas, industriais e de serviços. Ele acredita que esse processo reforçou padrões que já existiam no país e que continuam até os dias de hoje. Para Oliveira,

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação, liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (...) Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributiva- como querem alguns- transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir. (OLIVEIRA, 2003: 60)

Helga (1980) apresenta dois processos que ocorreram a partir dos anos de 1950, que interligados, podem explicar o aparecimento do desemprego e do subemprego, que seriam a urbanização acelerada, em ritmo superior ao da industrialização, e o esgotamento das oportunidades de expansão da fronteira.

De qualquer modo, face à grande expansão demográfica brasileira, a permanência de terras por ocupar e a contínua expansão da fronteira certamente representou um alívio. A enormidade do êxodo rural dos anos sessenta faz prever que aumentarão muito as responsabilidades dos setores urbanos na absorção de mão de obra à medida que se esgotarem, gradualmente, as possibilidades de reter as populações de campo. (HOFFMANN, 1980: 37)

O fenômeno da urbanização acelerada trouxe à tona o desemprego e o subemprego por concentrar nas cidades pessoas que até então, estavam em suas lavouras resistindo através da subsistência. O êxodo rural⁴⁶ aumentou a visibilidade destes fenômenos porém não foi o único responsável por estes ocorrerem.

Historicamente, a desagregação das lavouras de subsistência pode ocorrer: A) quando aumenta a demanda externa, o que leva a mão de obra ocupar-se no setor exportador. Em tese, nesse caso, não haveria tendência a gerar desocupação. Essa forma de desagregação da lavoura de subsistência ocorreu no Brasil, em maior ou menor grau, e com recaídas mais ou menos graves, conforme a expansão ou o declínio das exportações. B) quando cresce o emprego industrial e do terciário complementar à indústria, de modo a provocar transferência de mão de obra da agricultura. Nessa forma de atração das populações rurais igualmente não haveria tendência ao desemprego, dependendo é claro, da intensidade do processo. Em alguma medida, essa forma de desagregação da lavoura de subsistência apresentou-se no Brasil na década de trinta ou, mas propriamente, na de quarenta.

⁴⁶ “É marcante a urbanização por que passou o Brasil nos últimos trinta anos. Enquanto, em 1940, certamente mais de dois terços da população era rural e menos de um terço urbana, em 1970, a proporção é, aproximadamente, meio a meio. No censo de 1970, pela primeira vez no Brasil, a população urbana ultrapassa a rural, perfazendo 56% do total. Mesmo se considerarmos apenas as aglomerações urbanas de mais de 5.000 habitantes, que em 1940 não correspondiam a mais de 22% do total, obtemos em 1970, a parcela de 48,7%. (...) Com base nesses dados, e considerado o crescimento vegetativo, Costa (1971: 110) estima que cerca de 45% do incremento urbano na década de sessenta provem do afluxo de populações do campo para as cidades, e, além da intensidade da migração rural- urbana, destaca o fato de que essa se dirigiu, sobretudo, para as cidades maiores, que vem crescendo em ritmo superior as demais.” (HOFFMANN, 1980:35)

Contudo, ao mesmo tempo houve no período declínio relativo da atividade exportadora e, assim, caso não tivesse aumentado a demanda de mão de obra no secundário, teria havido um refluxo maior de volta à lavoura de subsistência. Por outro lado, as condições de pobreza existentes no campo já então expulsavam mais gente do que a indústria podia absorver, a julgar pelo surgimento dos mocambos e das favelas já antes da II Guerra. C) quando melhora a comercialização e se reorganiza a produção, reduzindo-se a parcela para autoconsumo, com o aumento do excedente comercializável, mesmo sem mudança importante da técnica. Nesse caso, pode haver geração de desemprego se o aumento da produtividade não encontrar correspondência na expansão da demanda, restando, contudo, o caminho de retomada da lavoura para autoconsumo. Esse aumento da parte comercializada ter-se-ia verificado em várias regiões brasileiras, em especial no Nordeste, a partir da extraordinária expansão do transporte rodoviário desde fins da década de cinquenta, quando o caminhão veio facilitar a colocação dos excedentes especialmente pulverizados dos pequenos produtores (CASTRO, 1971: 204). D) quando ocorre expulsão do campo, provocada pelas más condições de vida e/ou atração pelas cidades em virtude de algumas de suas facilidades, do diferencial de renda, além do efeito-demonstração exercido pelo estilo de vida urbano (PEREIRA, 1965: 116; 123-124; 156-157). Essas más condições de vida têm causas variadas, condicionadas em nosso caso pelo sistema agrário vigente, em especial a estrutura da propriedade da terra. O grosso da nossa migração rural-urbana e inter-regional das últimas décadas é explicável a partir de condições de repulsão e/ou atração, predominando umas ou outras na determinação de cada fluxo particular. Em um simpósio sobre migrações internas no Brasil, promovido pelo IPEA-INPES, em agosto de 1971, “concordou-se... que as migrações nascem, em grande parte, da expectativa do migrante de encontrar melhores oportunidades de emprego e de elevação do padrão de vida nas grandes áreas urbanas” (COSTA, 1971: 9). E) quando se moderniza a agricultura pela introdução de técnicas poupadoras de mão de obra. Estas só recentemente, e em algumas regiões determinadas, podem ser responsabilizadas pelo êxodo rural em nosso país. Esgotadas as possibilidades de desbravamento da fronteira, poderia aumentar a influência de técnicas ou atividades poupadoras de mão de obra no sentido de expulsar gente para as cidades. (HOFFMANN, 1980: 38-39)

Ambos processos fizeram emergir não só o desemprego na cidade como o subemprego, pois grande parte dessa população que migra para as cidades não encontra empregos formais, tendo que sobreviver trabalhando informalmente. Os subempregados estão no comércio ambulante, vendendo alimentos e bebidas em suas garagens, cuidando dos filhos dos outros ou com suas barracas em praias e praças.

Francisco de Oliveira afirma que a mudança de modo de acumulação no Brasil tem especificidades que devem ser consideradas, ao tentar compreender o trabalho. O autor afirma que uma das coisas que se mantiveram foi a continuidade das classes rurais, com seus grandes latifúndios. E que a legislação trabalhista não foi alterada, mantendo um modo de acumulação primitivo. Na realidade, as leis trabalhistas reforçaram padrões de desigualdade e criaram meios para a expansão do capitalismo no Brasil e seu processo de acumulação (OLIVEIRA, 2003). Ou seja, as leis e garantias trabalhistas dão ao capital a garantia que sempre haverá trabalhadores e um exército industrial de reserva e que o processo de acumulação continuará.

Corroborando o argumento de Hoffmann, Francisco aponta que

Nesta base é que continuará a crescer a população rural ainda que tenha participação declinante no conjunto da população total, e por essa “preservação”

é que as formas nitidamente capitalistas de produção não penetram totalmente na área rural, mas, bem ao contrário, contribuem para a reprodução tipicamente não capitalista. Assim, dá-se uma primeira “especificidade particular” do modelo brasileiro, pois, ao contrário do “clássico”, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação. Uma segunda “especificidade particular” é a que se reflete na estruturação da economia industrial-urbana, particularmente nas proporções da participação do Secundário e do Terciário na estrutura do emprego, a questão já discutida da incapacidade ou não de o Secundário criar empregos para a absorção da nova força de trabalho e a consequente “inchação” ou adequação do tamanho do Terciário. (OLIVEIRA, 2003: 65)

No Brasil, a maior parte da população sem emprego encontra uma alternativa à falta de dinheiro no setor terciário, seja no comércio ambulante ou em qualquer outra ocupação precarizada. Ou seja, os desempregados não ficam sem trabalhar durante o período sem emprego formal, eles continuam trabalhando em outras ocupações.

É por essa razão que o conceito de subemprego se tornou mais relevante à compreensão da realidade brasileira, que o de desemprego. A única opção destas pessoas é a de vender sua força de trabalho a um valor baixo, geralmente em trabalhos intermitentes, onde a precarização faz parte do cotidiano

Basicamente, o que o conceito de subemprego procura refletir é que uma parte da força de trabalho efetivamente empenhada em certos tipos de atividade econômica está ociosa durante uma parte do tempo, ou, se está trabalhando, é quase improdutivo. Tal desperdício de trabalho é disfarçado na medida em que a parcela redundante da força de trabalho não aparece entre aquelas que estão procurando ocupação, mas não a encontram. (HOFFMANN, 1980: 61)

Essa subutilização da força de trabalho se reforça nas grandes cidades constituindo o circuito inferior da economia urbana, que cresce pelo número cada vez menor de trabalhos formais pelas cidades e pela diminuição da absorção de mão de obra pela indústria.

Milton Santos (2002) compreende que a urbanização acelerada que estava em curso no país não significou a diminuição das desigualdades sociais, muito pelo contrário. As cidades não estavam prontas para receberem tantas pessoas em pouco tempo e os equipamentos sociais não acompanharam esse crescimento. O desemprego, o

subemprego, o aumento no número de favelas⁴⁷ nas cidades e a pobreza urbana em geral são reflexos diretos dessa transição⁴⁸.

A urbanização acelerada, para Hoffmann (1980), não foi totalmente indesejada pelos países subdesenvolvidos, ela se atenta a dizer que há que se encarar nos estudos sobre esse fenômeno, que o fato de não ter-se antecipado a ele com equipamentos sociais e investimentos em infraestrutura urbana não quer dizer, por si só, que fora totalmente prejudicial ao desenvolvimento urbano.

A autora diz que “para o migrante que saiu do campo, a transferência para a cidade, de qualquer modo, representa um avanço.” (HOFFMANN, 1980:57), mesmo que o único trabalho existente seja exaustivo e precário. Estar na cidade significava estar integrado e não mais distante, mesmo que para isso acontecer muitas privações e faltas começassem a fazer parte do dia a dia.

O desemprego urbano, combinado com o êxodo rural que culminou numa urbanização acelerada e a desaceleração do trabalho industrial no país, transferiu para o setor terciário a responsabilidade de abarcar toda mão de obra subutilizada.

Oliveira (2003) corrobora com Hoffmann (1980) e diz que

Em poucas palavras, o fenômeno que existe não é o de uma “Inchação” do Terciário. O tamanho deste, numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras- sedes por excelência do novo ciclo de expansão, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. (OLIVEIRA, 2003:56)

A compra e venda de mercadorias assume o papel de fornecedora de vagas, onde há sempre espaço pra mais um trabalhador nas cidades. Aqui estamos falando do circuito inferior da economia urbana, que tem um papel importante no trabalho nos países subdesenvolvidos, pois “constitui também uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram

⁴⁷ “Em Porto Alegre, a porcentagem de residentes em favelas aumentou muito rapidamente em 20 anos (1% em 1940, 5% em 1959, 13% em 1960). Mesmo em São Paulo, que é a metrópole econômica do país, as favelas passaram a aumentar recentemente. Em 1957 e em 1960, 2% da população vivia em favelas. Essa porcentagem tinha dobrado em 1966 (Valenzuela Galvez, 1970: 207) Em Manilha, a população de favelas passou de 360 mil pessoas em 1962 para 727 mil em 1968 (1.102.500 se também se contar os residentes nos cortiços). Ora, essa tendência manifestase paralelamente ao crescimento da economia, como em Formosa, onde “um terço da população vive em taperas”. (L. Simon, 1971 APUD SANTOS, 2002: 195).

O aumento no número de moradores em favelas continua a crescer no país, compilado ao aumento da pobreza e desemprego. “Entre 1991 e 2010, a população residente nesses locais – chamado pelo IBGE de aglomerados subnormais – aumentou em mais de 60%, passando de pouco menos de sete milhões para 11,4 milhões de pessoas, segundo o Censo Demográfico”. Retirado de: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20080-retratos-favelas-resistem-e-propoem-desafios-para-urbanizacao>> em 27/03/2019.

⁴⁸ “Analisando essa forma de expansão das cidades, com um terciário desmesurado, comentou um sociólogo: “A rigor, elas não crescem, e sim incham, aumentando a sua população em clara desproporção às oportunidades de emprego” (LOPES, 1968:19 APUD HOFFMANN, 1980: 117)”.

bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória” (SANTOS, 2002: 202).

O circuito inferior é mais comumente chamado de “terciário” na literatura referente à urbanização dos países subdesenvolvidos: “terceirização” tornou-se a expressão consagrada para definir as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização. (SANTOS, 2002: 201)⁴⁹

Para Milton Santos o conceito de terciário

trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que tem uma filiação comum. (SANTOS, 2002: 201)

A discussão pensada pela ótica do circuito inferior e não só do setor terciário que Santos nos questiona, vai além da subutilização da força de trabalho destas pessoas. O circuito inferior representa a resistência das pessoas pobres e sem empregos formais, a circulação e ao consumo de mercadorias. As pessoas trabalham e consomem nesse circuito, raramente migrando para o circuito superior⁵⁰, mas ambos circuitos são dependentes economicamente e socialmente, se inserem nos ciclos de reprodução do capital.

Há uma grande discussão conceitual acerca do desemprego e suas especificidades nos países subdesenvolvidos. Nestes países, o desemprego tem um caráter crônico, estrutural, muito mais que cíclico. Ou seja, o desemprego nos países subdesenvolvidos é constituinte e estruturante de acordo com seu modelo de desenvolvimento⁵¹.

⁴⁹ Aqui não nos cabe uma discussão conceitual mais abrangente e decisória sobre qual conceito usar nessa pesquisa acadêmica pois ambos se adequam ao que queremos nos atentar, o trabalho subutilizado no Brasil que se reforça em meados de 1970 e continua até os dias atuais. Este adendo conceitual fora pensado como forma de se compreender diferentes abordagens ao mesmo tema e, nos abrigaremos em ambos autores e seus conceitos. A diferença crucial entre os dois é que a teoria dos dois circuitos do geógrafo Milton Santos, tem uma espacialidade que a obra de Helga Hoffmann não tem e que não é sua preocupação. Por isso, ao pensar a cidade e o trabalho, Milton nos ajudará, de uma forma abrangente a compreender suas relações e construções.

⁵⁰ “ Esse “polo marginal da economia” (Quijano, 1971b:318), também chamado de “terciário primitivo” (J. Beaujeu-Garnier, 1965^a) ou “terciário refúgio” (D.Lambert, 1965), é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno”. (SANTOS, 2002: 201)

⁵¹ Hoffmann complementa seu argumento dizendo que se associa mais a ideia de desemprego estrutural ou de não-emprego a uma falta de equipamentos do que a de uma deficiência na demanda e que isso se relaciona a ideia de exército industrial de reserva, de Marx. Segundo ela “o excedente relativo de população, que Marx usa como sinônimo de exército industrial de reserva em regime capitalista, pode apresentar-se sob inúmeras formas, e não apenas como o mencionado não-emprego. Inclui tanto a repulsão de trabalhadores já empregados, como a dificuldade de absorver os acréscimos à força de trabalho; inclui os semiempregados, o excedente de população latente na agricultura, a multidão dos pequenos artesãos ou auto empregados que se caracterizam por um máximo de tempo de trabalho e um mínimo de rendimento, e, finalmente, o escalão mais baixo, dos vagabundos, pedintes e criminosos (MARX, 1970: 621-47 APUD HOFFMANN, 1980)”.

Como discutido, o subemprego é a forma de exploração do trabalho mais presente na realidade brasileira. Muitos brasileiros só encontram no setor terciário da economia uma oportunidade de emprego e, principalmente na informalidade. A baixa absorção de mão de obra pela indústria e pelo campo, a baixa qualificação profissional e a desigualdade fruto do desenvolvimento desigual brasileiro, explicam esse movimento.

3.1- Desemprego, informalidade e a reforma trabalhista de 2016

O conceito de informalidade merece ser discutido de uma forma mais abrangente, pois acabou se tornando um conceito polissêmico, sempre associado ao trabalho por conta própria. Santiago e Vasconcelos (2017: 241), acreditam que “nem todo trabalhador por conta própria é informal”, pois há regulamentações e arranjos formais que o trabalhador por conta própria pode ter. Ou seja, nesse sentido um vendedor ambulante do centro da cidade pode estar formalizado e regulamentado e não entraria na definição de trabalhador informal.

Segundo Vianna (apud SANTIAGO e VASCONCELOS, 2017: 221) a polissemia carregada ao setor informal se deve a quatro fatores, “1) sua composição bastante heterogênea; 2) os limites entre trabalho e não-trabalho; 3) um leque de situações que estão no limite entre o formal e o informal; 4) qualidade dos instrumentos de pesquisa utilizados.” Já Cacciamalli (apud SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017:221) enumera cinco formas de se precisar o setor informal, que seriam

- 1) trabalhadores desprotegidos pela legislação trabalhista;
- 2) atividades econômicas definidas a priori;
- 3) trabalhadores que não estão inseridos no setor formal;
- 4) firmas com um número mínimo de trabalhadores;
- 5) indivíduos (sejam empregadores, trabalhadores ou familiares) inseridos em empreendimentos de até quatro empregados, trabalhadores por conta própria (com exceção dos profissionais liberais), serviços domésticos e trabalhadores ocasionais.

Santiago e Vasconcelos se apoiam na definição de informal que acredita que

De maneira mais abrangente, o setor informal poderia ser descrito como “um conjunto de unidades que se dedicam à produção de bens ou à prestação de serviços com o objetivo principal de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas nesta atividade” (ILO, 2000, p. 2). Assim, o setor informal é definido e mensurado prioritariamente com base nas características das unidades produtivas (Husmanns, 2004; Matsuo, 2009). Ademais, é composto por empreendimentos que funcionam em pequena escala, com pouca distinção entre trabalho e capital como fatores de produção, e em que predominam, ao invés de acordos contratuais com garantias formais, arranjos laborais baseados no parentesco e em relações pessoais. (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017:222)

Para a legislação vigente, a forma de se formalizar o trabalho informal é por meio do Microempreendedor Individual (MEI), que regulariza esses trabalhadores que ganham um CNPJ e começam a contribuir com a previdência social. Porém, essa abordagem estritamente legalista não leva em consideração as relações sociais e políticas que o trabalho informal tem e que a documentação não garante a esse trabalhador melhores condições de vida.

A regularização destes trabalhadores deve ocorrer conjuntamente a políticas sociais que aumentem os direitos e garantias destes trabalhadores, entendendo sua realidade local, econômica e social. A formalização do trabalho não representa somente acesso a bens e serviços para estes trabalhadores, mas uma afirmação de seu

protagonismo pessoal e na sociedade. Porém o empreendedorismo individual não deve ser visto como solução para o desemprego e dissociado da realidade macroeconômica, pelo contrário. O Estado deve garantir além da regularização dos informais, políticas públicas que garantam a geração de empregos formais.

O discurso neoliberal do self made man, do empreendedor de si mesmo é amplamente difundido. Além de ser apresentado como solução imediata ao desemprego, o discurso meritocrático está presente na fala de governantes, da mídia, nas igrejas e botequins. O empreendedor de si mesmo aproveitaria as oportunidades no mercado e a partir de seu esforço pessoal, conseguiria ter uma estabilidade em sua vida. Esse discurso além de falacioso é perigoso, camufla uma certa autonomia que não seria necessária na vida destes sujeitos se não fosse o desemprego.

Os vendedores ambulantes são um retrato do Brasil. Em sua grande maioria são informais, tem uma jornada intermitente e ganham muito pouco. No Brasil, a realidade do trabalho é a da informalização e a tendência de aumento no número de informais ou subempregados. O número de trabalhadores informais no país cresce a cada dia, chegando a 37,5 milhões ou 40,8% dos ocupados, em 2018⁵².

A reforma trabalhista⁵³ que foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 2017, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais no país. Com o discurso de modernização e de necessidade de flexibilização dos vínculos empregatícios no Brasil, a reforma foi vendida como possível solução para o desinteresse do capital estrangeiro e produtivo no país e para o desemprego. Porém esse discurso é o oposto do que ocorreu, na realidade.

A reforma trabalhista trouxe um enorme retrocesso histórico ao país. Ela rompe com direitos, que até então era indiscutíveis, e acaba invalidando uma grande parte do direito trabalhista e até da constituição. A legalidade dos regimes intermitentes de trabalho, a perda do direito de processar o empregador, o parcelamento de férias de até 5 dias por vez, o risco do trabalhador ser processado por seu patrão por danos morais, a isenção de responsabilidade do empregador quanto a acidentes de trabalho e a não obrigatoriedade do pagamento de auxílio transporte independente da distância percorrida para o trabalho.

O empregado poderá ser monitorado pela empresa e ter seus e-mails verificados, opiniões políticas ou contrárias aos da empresa poderão ser motivo de demissão por justa causa, mulheres grávidas expostas a ambientes insalubres em seu trabalho e quando o filho nascer, a empresa não precisa mais liberar a mãe por dois intervalos para amamentação, o que fica é o acordo entre esta trabalhadora e seu empregador.

A reforma trabalhista tem cento e vinte pontos de mudança que, como vimos, não modernizam as relações trabalhistas no Brasil, mas as precariza de maneira extrema. A precarização do trabalho agora está na lei e o que vale em muitos casos, serão os acordos entre funcionário e patrão, sem mediações sindicais ou necessidade de acordos judiciais.

⁵² “Informalidade no mercado de trabalho cresce mais em estados de maior renda”. Retirado de: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/informalidade-no-mercado-de-trabalho-cresce-mais-em-estados-de-maior-renda.shtml>>. Acesso em 04/04/2019.

⁵³ Documento de Lei 13.467, sobre a reforma trabalhista. Retirado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em 20/06/2019.

O discurso oficial, da diminuição do desemprego e a volta da atratividade do país como ambiente produtivo, obviamente não se concretiza como o esperado. A precarização do trabalho aumentou e poucas vagas de empregos formais foram abertas nestes últimos dois anos. Uma grande parte da população brasileira desempregada encontra na informalidade uma oportunidade de emprego, em jornadas intermitentes, precarizadas e sem nenhuma garantia ou segurança.

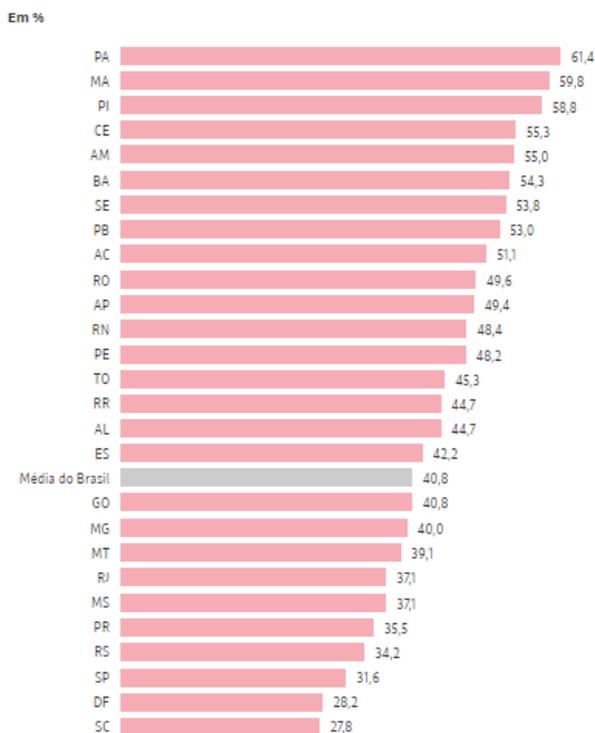


Tabela 3- Taxa de informais na população ocupada em 2018.

FONTE: Folha de São Paulo⁵⁴.

Esse gráfico elaborado pela Folha de São Paulo corrobora os dados e a realidade que se vê na rua do país, o aumento no número de trabalhadores informais. Não há dados exatos do número de ambulantes na cidade do Rio de Janeiro, mas em uma curta caminhada pelo centro da cidade constata-se que há um número maior de camelôs pelas ruas e praças da cidade, onde 12,6% da população estava desempregada durante a pesquisa⁵⁵. E isso tem uma justificativa, como mostra o gráfico, no Rio de Janeiro 37,1% das pessoas ocupadas estavam no trabalho informal durante o período da pesquisa.

⁵⁴ Gráfico retirado de: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/informalidade-no-mercado-de-trabalho-cresce-mais-em-estados-de-maior-renda.shtml>>. Acesso em 20/07/2019.

⁵⁵ “Desemprego é o maior em 7 anos em 13 capitais do país, diz IBGE”. Retirado de: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22/desemprego-cai-em-6-das-27-unidades-da-federacao-no-4o-tri.ghtml>. Acesso em 14/04/2019.

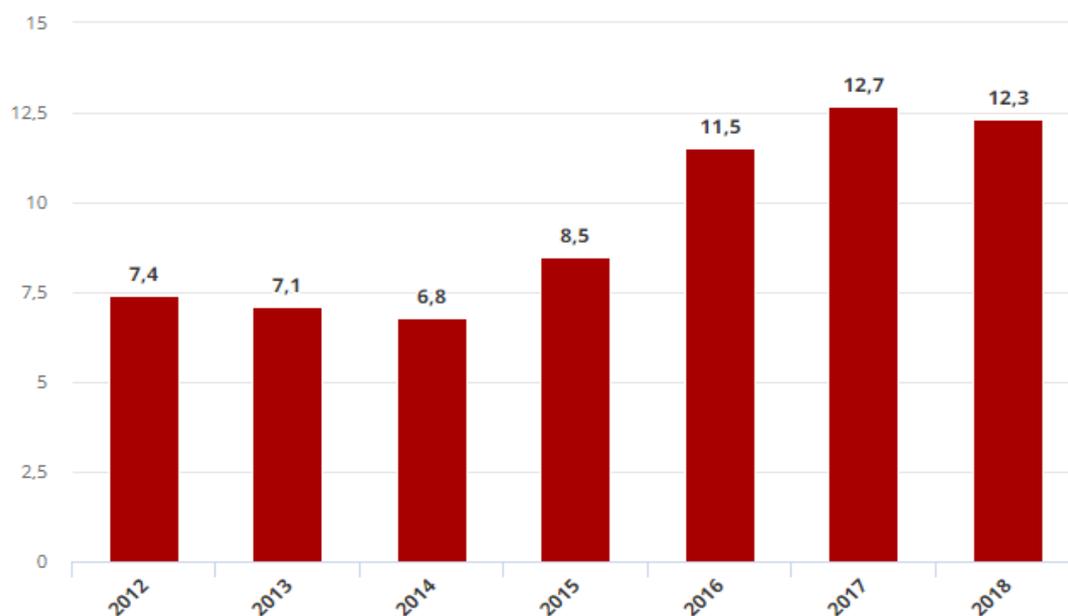


Tabela 4- Taxa de desemprego ano a ano em percentagem desde início da série histórica. Por esse gráfico, percebemos que desde 2015 o número de desempregados no país aumentou e, a leve queda de 2018, é explicada pelos trabalhadores informais e microempreendedores individuais.

FONTE: IBGE

Os números são alarmantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, desde 2015 o número de desempregados tem aumentado consideravelmente no país. A cada mês que passa, vagas de emprego são fechadas e a promessa de que essa situação se reverterá é mantida, entretanto não é o que os números nos apontam.

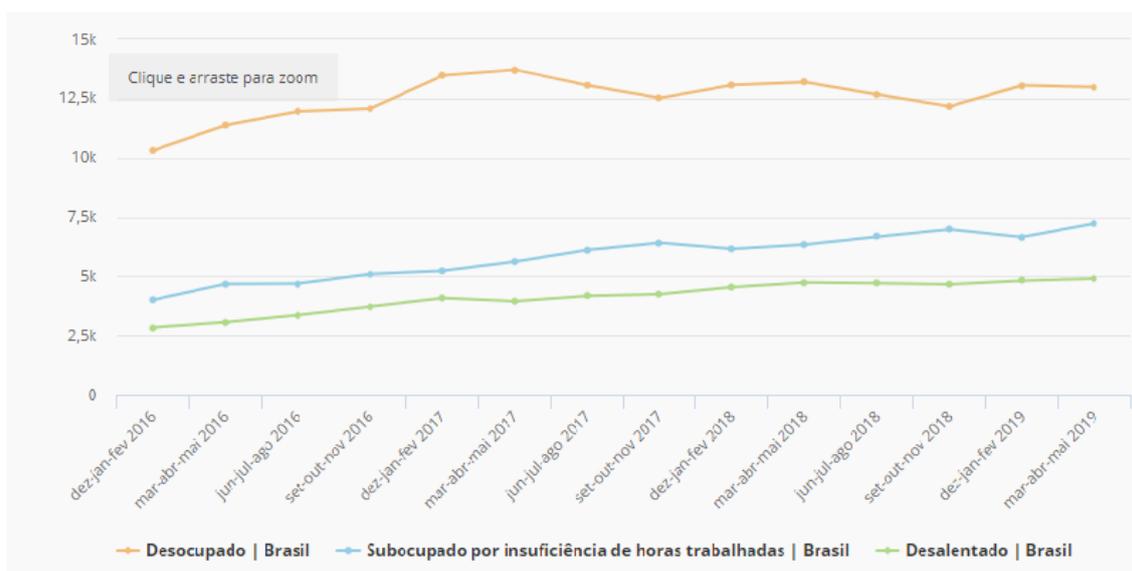


Tabela 5- Pessoas de 14 anos ou mais desocupadas, subocupadas e desalentadas, de 2016 a 2019.

FONTE: IBGE.

Além do aumento no número de desempregados, a quantidade de pessoas desalentadas, que já não procuram mais emprego pois sabem que não encontrarão, cresceu como nunca se viu. Em maio de 2019 o desemprego no país era de 13 milhões de desempregados e 28,5 milhões de pessoas subutilizadas. Nesse mesmo período, 7,2 milhões de pessoas estavam subocupadas e 4,9 milhões desalentadas, segundo as mais recentes informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua⁵⁶ (PNAD Contínua). Esse quadro de desemprego e falta de perspectivas, se reflete no cotidiano das pessoas e das cidades.

3.2- Vendedores Ambulantes no Porto Maravilha

Nosso objeto de pesquisa são os vendedores ambulantes que trabalham no porto do Rio de Janeiro e, como já refletimos, a Zona Portuária passou por um processo de reestruturação urbana como preparação para os Jogos Olímpicos, que mudou sua paisagem, as construções e o trabalho naquela região. O trabalho de ambulantes faz parte da paisagem urbana das grandes cidades, principalmente no Rio, onde desde os tempos imperiais está presente como trabalho de grande parte da população carioca.

Em tempos de desemprego e falta de perspectiva, o trabalho ambulante se torna a única opção de muita gente e as áreas turísticas da cidade acabam atraindo estes trabalhadores, que estão em busca de oportunidade. Mesmo não havendo dados exatos sobre o número de trabalhadores ambulantes pela cidade do Rio de Janeiro, é visível que mais pessoas estão vivendo do comércio ambulante.

⁵⁶ Retirado de <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24909-desemprego-fica-estavel-mas-populacao-subutilizada-e-a-maior-desde-2012>> . Acesso em 20/07/2019.



Figura 11- Vendedores ambulantes na Zona Portuária em um dia de domingo. Aos finais de semana, os ambulantes preferem ficar parados na Praça Mauá, na expectativa de turistas que comprem suas mercadorias e alimentos.

FONTE: Ariane Horta, 2019.

Mesmo com a regulamentação do trabalho ambulante que ocorreu em 1992 no Rio (Lei 1.876/1992), estes trabalhadores convivem com a incerteza e com a luta por seu trabalho na cidade. A prefeitura desrespeita a dignidade destes trabalhadores quando demoram com a regularização destes trabalhadores e muitas vezes pela Guarda Municipal, apreendem suas mercadorias e levam seus carrinhos sem diálogo.

As marcas do trabalho ambulante no Rio têm traços de violência, pela precariedade e a vulnerabilidade do trabalho. O Porto Maravilha convive com estes trabalhadores desde seu início, passando por algumas fases diferentes de conflito entre os agentes de repressão do Estado. A cidade capitalista exclui esses trabalhadores e depois os integra em sua lógica, precariamente. O porto como lugar turístico da cidade não sobrevive sem os vendedores ambulantes, que suprem as necessidades pontuais de quem ali passa e que fazem parte de sua paisagem urbana.

O mercado informal é alimentado, em sua maioria, por mercadorias oriundas da China e do Paraguai, ou seja, da rota transnacional do circuito de mercadorias. O mercado informal alimenta não só o circuito inferior da economia e as pessoas que nele consomem, como também toda uma rede urbana que circunda esse comércio de mercadorias e que se aproxima cada vez mais da economia formal.

O Observatório das Metrópoles, em parceria com o Movimento Unido dos Camelôs, escreveu o “Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro” (2019) onde traçaram os lugares no centro da cidade onde há mais camelôs, as disparidades entre os gêneros focando nas mulheres ambulantes e a repressão que estes trabalhadores sofrem. Esse relatório nos ajudou a pensar as dinâmicas que existem entre os trabalhadores ambulantes do centro da cidade e as diferenças entre os gêneros no trabalho.

Durante as entrevistas percebemos que houve diferentes fases entre a guarda municipal e os ambulantes, de maior e menor repressão. A maioria dos trabalhadores ambulantes concorda que hoje a guarda tem um cuidado maior com eles, pedindo para eles se retirarem, mas sempre em tom ameaçador. A guarda municipal tem o poder de reter as mercadorias e os carrinhos dos ambulantes não regularizados, ali ela é o Estado.

Caminhando por todo o centro do Rio, percebemos que há diferenças entre os vendedores ambulantes. Alguns com barracas, outros com carrinhos de mão. Há também os que estendem seu tapete no chão, espalham sua mercadoria e ali passam o dia. E a quantidade de ambulantes que trabalham o dia todo sem nenhuma estrutura, tem aumentado exponencialmente. O trabalho ambulante varia muito durante o dia e pelos dias da semana, então é difícil precisar o número exato de mulheres e homens que ali trabalham ou se dos que trabalham ali, o número dos que tem barracas ou que trabalham em outro lugar.

No porto essa diferença no trabalho fica clara, principalmente se pensarmos em formalização e informalização, os ambulantes formalizados conseguem investir em seu comércio, pois não há tanto medo da repressão em seu cotidiano. Entrevistamos representantes da Kibon que estavam uniformizados e com um carrinho de sorvetes e um vendedor de algodão doce, com seus doces sendo carregados no ombro. Os food trucks também marcam essa diferença pelo porto, com tendas e mesas para seus clientes.



Figura 12- Vendedor de camisetas da seleção brasileira no Porto Maravilha

FONTE: Ariane Horta, 2019.



Figura 13- Foodtrucks na Praça Mauá

FONTE: Ariane Horta, 2019.

Como discutimos anteriormente, uma das soluções para driblar a informalização do trabalho seria a regularização destes trabalhadores. Um exemplo de tentativa de regularização do trabalhador informal é o da prefeitura do Rio de Janeiro, que começou com o programa “Ambulante Legal”⁵⁷ uma tentativa de padronização dos vendedores ambulantes da cidade, com o estabelecimento de normas para o seu trabalho, um crachá de identificação individual, como também de uma estrutura padrão para exposição de mercadorias que ocuparia menos espaço nas calçadas da cidade, além de fiscalização em todas as mercadorias vendidas com exigência de notas fiscais das compras destes produtos e, emissão de nota fiscal a todos os consumidores.

Esse programa visou transformar até o fim de 2019 todos os ambulantes em microempreendedores individuais (MEI), tirando-os da ilegalidade que vivem hoje na cidade. Segundo o prefeito Marcelo Crivella “É preciso que o capital volte a investir no Rio: na indústria, no comércio, no serviço.

Para isso, a cidade tem que estar organizada. Sem violência, mas com inteligência. Precisamos trazer ordem para as ruas. Será obrigatório que as mercadorias vendidas nas ruas tenham nota fiscal para comprovar que a origem é legal. Ganha, com isso, a economia do Rio, ganha a população e ganha o ambulante legal”.

⁵⁷ Prefeitura lança o programa Ambulante Legal. Retirado de: <http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=8237973>. Acesso em: 05/08/2018.

Talvez a questão central dessa iniciativa é que ela não melhorará a vida dos trabalhadores ambulantes, em um primeiro momento parece ser um bom projeto pois garantiria⁵⁸ aos ambulantes formalizados direito a aposentadoria, acesso ao crédito em bancos. Entretanto, não podemos deixar de pensar que aos ambulantes que não se regularizarem com a prefeitura, por não conseguirem marcar a entrevista para esse processo, ou por acharem que o programa não é vantajoso para seu trabalho ou por qualquer outra razão, acabarão sofrendo uma repressão ainda maior pelo Estado.

Durante as entrevistas, constatamos que os ambulantes querem se regularizar, muitos disseram que entraram com o pedido de formalização na prefeitura, mas que eles não continuam com o processo. Há casos de pessoas tentando se regularizar há mais de dois anos, sem sucesso. Tiago, vendedor de bebidas, contou que espera há mais de um ano pela regularização e reclamou pesaroso, que se os ambulantes se unissem, conseguiriam ter mais voz frente à prefeitura, mas que não há essa união, pois muitos não querem se regularizar, outros não veem motivo para se unirem em um sindicato ou grupo de trabalhadores.

O relatório do Observatório das Metrôpoles apresentou sugestões para o poder público:

A ampliação de licenças a partir de um novo cadastramento; Melhores equipamentos de trabalho; A regularização de pequenos depósitos; A criação de depósitos públicos; A retirada da Guarda Municipal da fiscalização do comércio ambulante; A instalação de banheiros; A abertura de creches públicas; Realização de campanhas de inscrição previdenciária; Fim da apreensão de mercadorias dos camelôs em situação irregular. E eles evidenciam que “O cumprimento de todas as reivindicações deve ser acompanhado por uma Comissão de Camelôs eleitos em Assembleia organizada pelos/as próprios/as ambulantes, de forma a contar com a legitimidade e a representatividade da categoria.” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019)

Nos dias em que realizamos as entrevistas para essa dissertação, em dezembro de 2018 e setembro de 2019, não encontramos pelo Porto Maravilha nenhum ambulante regularizado, padronizado com o stand de exibição de mercadorias e crachá da prefeitura. Nas entrevistas, muitos ambulantes disseram que querem se regularizar, mas que é muito difícil marcar um dia e horário na Coordenadoria de Controle Urbano (CCU), para dar entrada nos papéis. Dois entrevistados disseram que entraram com os papéis anos atrás e que até o momento não tinham sido chamados e que, por isso, continuavam na incerteza da informalidade.

As entrevistas foram realizadas em quatro visitas a Zona Portuária da cidade, onde entrevistamos vendedores ambulantes independentemente do sexo e da idade. As entrevistas reiteraram nossa argumentação na dissertação, pois nos mostraram a realidade destes trabalhadores informais na Zona Portuária da cidade e a opinião destes trabalhadores sobre a reestruturação urbana.

Toda a Zona Portuária da cidade tem a presença dos ambulantes, porem há uma diferença na quantidade destes trabalhadores ali durante a semana e aos finais de semana. Todas as terças feiras os dois museus (Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio de Janeiro) têm entrada gratuita, atraindo muitos turistas, moradores da cidade e grupos

⁵⁸ Informações retiradas de: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/quero-ser/formalize-se/quais-sao-seus-direitos-e-obrigacoes>. Acesso em: 02/08/2018.

escolares. Percebemos então que aos finais de semana e as terças feiras há um maior número de ambulantes trabalhando no porto e as segundas feiras não encontramos quase ninguém ali. Durante as entrevistas também ficou claro que no inverno, em dias chuvosos ou às segundas feiras, a preferência da maioria dos ambulantes é de ficar em outros lugares do centro da cidade, ao invés de parados no porto.

Por essa razão, definir um número exato de entrevistas como demonstrativo percentual desses trabalhadores não seria possível, pois o trabalho do ambulante não é fixo, muda a cada dia. Portanto entrevistamos os ambulantes presentes nos dias dos campos de forma aleatória e sem definir um número exato. Cabe destacar que nem todos os entrevistados responderam às perguntas realizadas e, por isso, algumas entrevistas não foram utilizadas por não terem contribuído com as questões centrais da entrevista (opinião sobre a reforma e moradia).

Aplicar entrevistas não é algo banal, o conteúdo presente na fala dos entrevistados está cheio de histórias, influências, vivências que não podem ser resumidas em uma linha. A subjetividade presente nas respostas enriquece a nossa pesquisa pois apresenta entre o dito e o não dito, diferentes versões do que foi perguntado.

Realizamos quatro trabalhos de campo de observação com registro fotográficos em diferentes meses do ano de 2019, exatamente em janeiro, fevereiro, julho e setembro. E aplicamos entrevistas semiestruturadas em dois dias distintos, em um sábado no dia 15 de dezembro de 2018 e em uma terça-feira, dia 17 de setembro de 2019. O único critério escolhido para a aplicação das entrevistas foi de ambulante estar na Zona Portuária, do AquaRio à Praça Mauá. Abaixo as perguntas que foram realizadas aos ambulantes:

ENTREVISTAS COM OS VENDEDORES AMBULANTES NO PORTO
1- Quando começou a trabalhar aqui? Se antes da reforma, o que mudou? Melhorou? Por quê?
2- Como é a repressão pelo Choque de ordem e o Centro Presente?
3- Sua família depende do seu trabalho? Alguém mais trabalha em sua casa? Alguém da família trabalha com você?
4- Qual sua cidade e bairro de residência? Quanto tempo gasta no deslocamento?
5- Quanto você ganha por semana/dia em média?
6- Você gostou da reforma que ocorreu aqui no porto? Por quê?
7- Você já teve emprego formal ou sempre trabalhou como ambulante?
8- Qual é o seu público aqui no porto? Você identifica a maioria como turistas, moradores da zona sul, zona norte, baixada?

Os entrevistados não responderam a todas as perguntas, por vergonha ou desconfiados do uso que faríamos com suas respostas, mesmo explicando que fariam parte de uma pesquisa acadêmica. Também observamos que as mulheres tinham mais receio em serem entrevistadas, ora por estarem com filhos no momento, ora por medo de perderem clientes enquanto a entrevista estivesse sendo realizada.

Nos trabalhos de campo pudemos observar que há uma dinâmica do trabalho dos ambulantes na Zona Portuária, uma organização que pudemos confirmar em uma entrevista. Como eles se conhecem, cada um tem o seu ponto definido na Praça Mauá, restando os lugares mais afastados aos vendedores recém-chegados ou para todos, em dias de festa. A presença de barracas e carrinhos não é a regra, com o aumento do

desemprego muitas pessoas encontram ali uma alternativa à falta de dinheiro, vendendo água em pequenos isopores, imãs de geladeira em lençóis estendidos na calçada ou camisetas, penduradas em árvores.

A presença das mulheres é menor que a dos homens, e quando elas estão ali, geralmente não estão sozinhas, trabalham com filhos a tira colo ou com seus maridos. Também percebemos que além dos finais de semana e das terças feiras, os dias em que há paradas de navios são os dias mais esperados por estes trabalhadores. Como disse Clécio, “A melhor época do ano para se trabalhar no porto é no verão, quando consigo ganhar até R\$ 300,00 por semana ou quando há parada de navios, com turistas que adoram minhas lembrancinhas do Rio.”. Os grandes consumidores dos produtos oferecidos pelos vendedores ambulantes definitivamente são os turistas. E muitos reclamaram que pela crise que o país está vivendo, o número de turistas diminuiu. E eles sentem isso em seu cotidiano.

No dia do trabalho de campo de observação, em julho de 2019, presenciamos a SEOP expulsando os vendedores ambulantes. Naquele dia, aconteceria a transmissão da final da Copa América na Praça Mauá, que tinha um palco, arquibancadas e muitos enfeites comemorativos. A praça estava cheia de turistas e de ambulantes. No meio da tarde, cinco viaturas da Polícia Militar estacionaram na praça, dois ônibus de guardas municipais e de policiais chegaram, e a expulsão dos ambulantes ocorreu.



Figura 14- Transmissão da final da Copa América na Praça Mauá. Nesse dia, a repressão contra os ambulantes foi grande, com a presença da guarda municipal, Centro Presente e Polícia Militar.

FONTE: Catraca Livre

Por unanimidade, durante as entrevistas, os ambulantes disseram que a repressão ocorre com frequência na Zona Portuária. Alguns pontuaram que a SEOP é pior que os guardas municipais do Centro Presente; quando perguntado, Tiago respondeu:

“Posso falar mesmo? A SEOP é uma merda. Estamos desempregados, não estamos aqui porque queremos e eles levam a nossa mercadoria. Eu perco dinheiro com isso, é uma merda. Quando são os nossos, os que ficam aqui, avisam que temos que sair, mas os de fora já chegam levando tudo”.

O vendedor Carlos nos deu sua opinião sobre o Centro Presente, ele disse que o programa

“Ajudou muita gente pois com eles, a criminalidade diminuiu e mais turistas vem para cá. Mas é difícil porque às vezes a guarda municipal chega e manda embora. Mas tudo bem, porque hoje eles avisam que não pode ficar e dão um tempo para a gente sair, antes apareciam de surpresa e levavam as mercadorias e nossas barracas”.



Figura 15- Vendedores ambulantes saindo da Praça Mauá. Naquele momento, os guardas municipais faziam uma ronda, mandando os vendedores embora. Para alguns, o diálogo não foi preciso, só de avistá-los, os ambulantes se retiravam com medo de terem suas mercadorias apreendidas.

FONTE: Ariane Horta, 2019.

Como observado também pelo relatório dos camelôs no centro da cidade, do Observatório das Metrôpoles, a repressão e a falta de regularização de seu trabalho é o que mais angustia estes trabalhadores. O desemprego e a necessidade de sobrevivência na cidade levam muita gente ao trabalho informal e a incerteza do comércio ambulante. Muitos dos entrevistados são moradores do centro da cidade, alguns da Providência e outros do Morro da Conceição e se deslocam entre a Zona Portuária e as ruas de maior movimento do centro, como a Avenida Presidente Vargas e a Carioca.

A pergunta central da entrevista foi a opinião dos ambulantes sobre a reforma urbana que ocorreu na Zona Portuária da cidade. Outra unanimidade. Todos os entrevistados disseram que a reforma melhorou muito a região, que a tornou mais bonita, mais segura e com potencial para o comércio ambulante. O olhar positivo sobre a reforma é justificado ao pensarmos que uma grande área da cidade, que antes não tinha vida para o comércio ambulante, se tornou atração turística, uma das mais visitadas. Como ocorreu uma mudança no perfil do consumo da região, pessoas que antes não frequentavam o centro da cidade começaram a frequentar e consumir o que ali é oferecido. Os restaurantes assinados, lojas de souvenirs, o aquário municipal e os dois museus marcam essa mudança no consumo da Zona Portuária.

A reclamação que surgiu sobre a reforma foi a da preservação do patrimônio público, como apontou Tiago, “olha o chão, todo quebrado. Não tem um banheiro para os turistas e para a gente, se quisermos temos que ir ao museu, mas ele fecha às seis horas. Isso é horrível, reformaram, foi bom, mas não cuidam do que tem aqui, está tudo se destruindo.”. Esse abandono ocorre, pois em junho deste ano, a Concessionária Porto Novo declarou falta do repasse de dinheiro para continuar a manutenção de todo o Porto Maravilha, passando a responsabilidade à prefeitura.

Os recursos para a manutenção da zona portuária vinham de um fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, que declarou iliquidez e o não pagamento dos Certificados de Potencial adicional de Construção (Cepacs). A Caixa comprou mais de seis milhões de Cepacs e através de um fundo, repassava o dinheiro para a manutenção do Porto Maravilha. A crise econômica trouxe consequências enormes para a Caixa, que não conseguiu vender todos os títulos.

Consequentemente, a manutenção das vias públicas do porto ficaram para trás. Em setembro deste ano, a Prefeitura do Rio, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), e a Concessionária Porto Novo, fecharam um acordo financeiro que deixou com a concessionária a manutenção dos túneis Rio 450 e Marcello Alencar, ambos na Zona Portuária⁵⁹.

Os projetos de reestruturação urbana estão inevitavelmente ligados ao trabalho, na cidade. O caso da Zona Portuária é bom para se ilustrar esse movimento de ajuste espacial na cidade e como ele interfere nas dinâmicas socioespaciais presentes no cotidiano da cidade. Sendo uma tentativa de gentrificação no Rio de Janeiro, o Porto Maravilha agregou dissonâncias ao caso clássico, de Soho, ilustrando como esse processo ocorre nos países subdesenvolvidos, com suas lógicas próprias.

⁵⁹ “ Prefeitura e Porto Novo assinam acordo e concessionária continua operando túneis Rio 450 e Marcello Alencar”. Retirado de: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/17/prefeitura-e-porto-novo-assinam-acordo-e-concessionaria-continua-operando-tuneis-rio-450-e-marcello-alencar.ghtml>>. Acesso em 11/10/2019.

Como percebemos na pesquisa, o aumento do número de vendedores ambulantes na Zona Portuária está diretamente ligado às reformas que ali ocorreram, pois agregou a uma área outrora abandonada, um viés turístico. Com essa mudança da forma urbana e das dinâmicas que ali ocorrem e com o aumento no número de turistas frequentando a região, os ambulantes encontraram um bom lugar para trabalhar. Todos os entrevistados gostaram da reforma e é perceptível essa concordância em conversas informais com outros ambulantes e no trabalho de campo.

Mesmo com a repressão e a falta de apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, os ambulantes preferem trabalhar na Zona Portuária e a ausência do poder público se fez presente em cada diálogo. Com a regularização dos vendedores ambulantes o Estado também ganharia, com o recolhimento de impostos, mas segundo os ambulantes, não há esse interesse. E a cada dia que passa, novos ambulantes chegam e mais precário e difícil seu trabalho se torna, com o aumento da repressão pela militarização do espaço, a concorrência e a falta de garantias e direitos. O lugar que estava vazio, encontra-se cheio de turistas, cariocas, ambulantes e expectativas.

CONCLUSÃO

Com o passar dos meses, essa pesquisa se aproximou ainda mais com a realidade do país e do Rio de Janeiro. O desemprego bate recordes a cada pesquisa, o empreendedorismo, e o trabalho por conta própria são vendidos como solução.

Acreditamos que a hipótese central da pesquisa, que havia uma relação direta entre o trabalho informal e a reestruturação urbana que ocorreu na Zona Portuária da cidade, foi respondida. Com a pesquisa bibliográfica, compreendemos que a reestruturação urbana ocorre como forma de continuidade de acumulação para o capital. E que ela movimentou diferentes atores, da iniciativa privada ao Estado, e altera dinâmicas socioespaciais presentes.

No Rio, o caso do Porto Maravilha se apresentou como uma tentativa de gentrificação. A gentrificação tem etapas e processos, que conceituam o que ocorreu como reestruturação urbana ou como o processo de gentrificação. Uma das características essenciais, é a mudança de perfil social na moradia, onde antes viviam pessoas pobres, depois do lugar ser gentrificado, pessoas de classe média começam a consumir aquele espaço, afastando os pobres de sua antiga morada.

Como exploramos no texto, a gentrificação como um todo não ocorreu no Porto Maravilha, ainda não houve a incorporação da moradia de classe média, média alta. Variantes do processo ocorreram, como a mudança do estigma da zona portuária, a incorporação dos museus, os grafites que são uma marca gentrificadora e a mudança do público frequentador. Também colocamos como característica gentrificadora a militarização do espaço, hoje contando com o Centro Presente, câmeras de segurança, a presença da Polícia Federal e os policiais militares, que fazem a segurança quando há eventos pelo porto.

Apontamos que a gentrificação setorial ocorreu de uma forma muito específica nesse caso, pois restaurantes caros foram instalados na zona portuária, hotéis, cafés e lojas. Mas o consumo do público frequentador transpassou o que se foi pensado, pois consomem o que os ambulantes vendem. O Porto Maravilha precisa da venda de mercadorias dos ambulantes, pois seu público em sua maioria, de turistas e fluminenses, consome a comida, as lembranças, as roupas e acessórios comercializadas ali.

A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem “consumir”- uma vez que os sem-teto foram rapidamente evacuados- e que contribuem para a formação de identidades de classe através de um espectro de classes significativo (...) Nessa paisagem aparentemente democrática, a extraordinária desigualdade do consumo exprime o poder redobrado das classes que fizeram a linguagem da “gentrificação” chegar ao primeiro plano. (SMITH, 2006: 73)

A gentrificação como estratégia urbana se tornou a regra na administração pública. A cidade precisa gerar espaços que atraiam os investidores e isso se reflete em variadas esferas, da isenção fiscal a estratégias gentrificadoras. O Rio de Janeiro, começa a planejar o Porto Maravilha almejando investimentos pelos Jogos Olímpicos por parcerias público privadas. Esse caso icônico, não conseguiu chegar a seu apogeu ainda em clima olímpico. Mas a administração da cidade tenta renovar a imagem da zona portuária, e da própria cidade, tentando minimizar o estigma de cidade violenta que se reforçou nos últimos tempos, com o fim das UPP's.

A cidade e as dinâmicas sociais caminham juntas, o cotidiano é fruto das relações sociais, do trabalho, das sociabilidades e da acumulação de capital. Durante a pesquisa, ficou claro que os rearranjos que o capital encontra na cidade, para continuar o seu processo de acumulação, tem ligação direta com a vida das pessoas e nesse caso especificamente, com o trabalho ambulante. As mudanças da Zona Portuária, trouxeram mudanças nas dinâmicas do trabalho que ali existiam.

Como analisamos no segundo capítulo, o porto do Rio de Janeiro tem uma importância política e econômica desde os tempos da monarquia, mas que, em uma grande parcela de tempo do século XX, ficou esquecida. A Zona Portuária foi abandonada, e o estigma que se construiu foi de um lugar perigoso, sujo, com bordeis e venda de drogas ilícitas. O projeto Porto Maravilha mudou esse estigma e trouxe novos personagens para a área; turistas, funcionários públicos, empresários e vendedores ambulantes.

No terceiro capítulo compreendemos que os ambulantes têm um papel fundamental no Brasil, pertencentes ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2002) e que a venda de mercadorias está intimamente ligada à sobrevivência, dos brasileiros. Não há a opção de estar sem trabalho, mesmo desempregados. O comércio de mercadorias é sobrevivência frente a uma economia em frangalhos e reflexo direto do fim do trabalho abstrato.

A crise do capitalismo se reflete no cotidiano, se reflete no trabalho. Cada vez mais, não há trabalho para as pessoas economicamente ativas, que precisam trabalhar. A elas restam o comércio de mercadorias e serviços e a venda do discurso meritocrático do empreendedorismo individual. O número de desempregados e de desalentados no Brasil aumenta a cada mês e não podemos pensar essa dissertação, sem contextualizá-la ao Golpe de Estado que a Presidente Dilma Rousseff sofreu em 2016. O desemprego é tendencial e estrutural, mas avançou desde a destituição da Presidenta da República, quando o Congresso Nacional votou por seu afastamento, alegando o crime de pedaladas fiscais.

Desde 2016, o número de desempregados não parou de subir e sentimos suas consequências na vida pública e individual. No Rio de Janeiro, os trens e praças estão cheios de ambulantes, e a cada diálogo trocamos percebemos que são pessoas que perderam seu emprego há pouco tempo. E o futuro não se apresenta com um filtro mais esperançoso, como discutido no primeiro capítulo a precarização do trabalho se tornou regra na acumulação flexível, trabalhos cada vez mais escassos e que exigem “sangue e suor” do trabalhador.

Com o afastamento de Dilma, Michel Temer e sua equipe econômica conseguiram aprovar em 2016, a PEC do Teto de Gastos por vinte anos, onde os gastos públicos do governo com saúde, educação, assistência social e previdência social, são calculados com base no orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação. O absurdo dessa PEC é que ela afeta diretamente os mais pobres, que dependem exclusivamente dos serviços e dos investimentos do Estado. Temer também aprovou a Reforma Trabalhista, que como vimos no terceiro capítulo, diminuiu direitos dos trabalhadores e aumentou a precarização e exploração do trabalho.

Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018, não fica atrás no acirramento dos direitos dos trabalhadores. Ele e sua equipe econômica lutam pela aprovação da Reforma da Previdência, alegando que ela é responsável pela crise econômica do país e, que se

aprovada, tirará o Brasil do “buraco”. Outra reforma que tirará dos pobres, direitos e tempo de vida, pois se aprovada, exigirá um tempo mínimo de contribuição de 40 anos, com algumas variáveis.

A crise do trabalho abstrato é estrutural, não há solução possível para o fim do trabalho como conhecemos hoje. Mas as medidas de austeridade que os governos tomaram, trouxeram esse panorama de desemprego e desesperança de uma forma violenta e rápida. Com o número de vagas diminuindo e a seguridade social também, a desesperança e o desalento tomam espaço num país enraizado pela desigualdade social.

O centro da cidade é historicamente um lugar de conflito, conflito pela moradia, pelo trabalho, pelo direito à cidade. Essa pesquisa se une a tantas outras que tentam pensar e repensar as dinâmicas que ocorrem no centro do Rio e que, estão conectadas. A moradia e o cotidiano, a educação e a cultura, os projetos de reestruturação urbana e o trabalho. Ao fim da pesquisa, percebemos que ela não tem fim. O trabalho ambulante se tornou a única opção para muitos, em um país de desempregados, onde a precarização se tornou a regra e o centro do Rio exemplifica esse processo.

ANEXO- ENTREVISTAS

Isadora: Ao chegar na praça Mauá uma das primeiras ambulantes que avistei foi Isadora, sentada em uma cadeira a frente de seu carrinho de açaí. Ela prontamente aceitou responder as minhas indagações, mas explicou que pouco poderia ajudar, visto que estava trabalhando ali há pouco mais de um mês. Contou que neste ano que passou fez uma grande cirurgia, um transplante de fígado e que com isso, perdeu seu emprego. Logo, a barraca de açaí virou seu trabalho e sua distração, em meio ao recomeço que estava passando. Ela disse que a reforma que foi feita no porto beneficiou muito os ambulantes que ali estão, o porto sendo um ponto turístico da cidade atraiu muitos turistas e cariocas que antes ali não passavam.

Ela só trabalha aos finais de semana e consegue faturar cerca de R\$ 500,00, ou seja, mais ou menos R\$ 2.000,00 por mês. Nos contou que mora em Campo Grande e demora muito, quase uma hora e meia no trem, para ir e voltar e que não depende desta renda e por isso se permite não trabalhar durante a semana, diminuindo seu esforço diário. Ela definiu o Porto Maravilha como um recomeço em sua vida.

Breno: O segundo entrevistado do dia foi Breno, vendedor de coco que estaciona sua barraca sempre próximo a fila do Museu do Amanhã. Como as filas são longas aos finais de semana, ali é um bom lugar para faturar um dinheiro extra. Ele comentou que a reforma no porto foi ótima pois, em suas palavras, “deixou o lugar mais bonito e mais legal, eu ganho por dia o que não ganharia outro lugar”. Depois da reforma mais turistas começaram a frequentar o lugar e ele não vê distinção entre seus clientes, nos disse que “é tudo misturado, turistas, zona norte e zona sul”.

Breno mora próximo a seu trabalho, é um morador do centro da cidade, exatamente da Senador Pompeu, chegando no porto em meia hora todos os dias. Ele tem sua barraca de coco, no qual divide com seu irmão, pagando um aluguel de R\$ 100,00 por semana ao dono, mas nos disse que compensa, pois no verão fatura de R\$ 150,00 à R\$ 200,00 por dia de trabalho. Breno nunca trabalhou com carteira assinada, sempre foi camelô como ele mesmo se auto intitulou, trabalha em alguns dias da semana e fora do verão no centro da cidade, mas reclamou que não ganha tanto quanto ganha no porto.

Carlos: Carlos foi um dos mais emblemáticos entrevistados do dia, técnico em edificações, migrante e que nos trouxe uma boa explicação de como os ambulantes percebem a crise financeira que assola o estado do Rio de Janeiro, em seu trabalho. Carlos é baiano e, durante os três últimos anos se muda para o Rio de Janeiro para trabalhar durante o verão. Quando está aqui, mora no Morro da Providência e diz que é um excelente lugar por estar muito próximo a seu trabalho, consegue ir e voltar caminhando com sua barraca todos os dias. Sobre o Centro Presente sua opinião foi direta, “ajudou muita gente pois com eles, a criminalidade diminuiu e mais turistas vem para cá. Mas é difícil porque às vezes a guarda municipal chega e manda embora. Mas tudo bem, porque hoje eles avisam que não pode ficar e dão um tempo pra gente sair, antes apareciam de surpresa e levavam as mercadorias e nossas barracas”.

Questionado se a mudança sazonal para o Rio de Janeiro compensa, Carlos foi enfático em dizer “no verão eu ganho mais ou menos R\$ 100,00 por dia num mal dia, mas no Carnaval eu consigo tirar R\$ 8.000,00 no total, ainda vale a pena pra mim. Na temporada dá para tirar R\$ 7.000,00 no mês se vierem muitos turistas aqui”. Mas explica que antes o faturamento era muito maior, que hoje não compensa tanto quanto os anos anteriores e culpa a crise financeira. Ele explica, “durante as Olimpíadas eu tirava R\$ 900,00 por dia

aqui, nesse mesmo lugar, vendendo coco. Hoje com a crise as pessoas pagam com moedas, antes era difícil acharmos moedas, só pagavam com notas. As pessoas estão desempregadas, o Rio de Janeiro está quebrado, o Brasil quebrou. Sou técnico em edificações e estou desempregado, vendendo coco longe de casa.”

Carlos: Carlos Lessa, morador da zona rural de Tanguá encontra na Zona Portuária do Rio de Janeiro uma oportunidade de sustento. Ele e sua família tem uma roça no interior, mas que não dá dinheiro suficiente para sua sobrevivência e ele encontrou como vendedor ambulante, uma maneira de driblar a falta. Carlos nos contou que trabalha sozinho em sua barraca vendendo coco, todos os finais de semana e que fatura, de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 por dia trabalhado, uma média de R\$ 1.500,00 por mês.

Para ele, a revitalização da Zona Portuária melhorou a vida dos ambulantes pois atrai os turistas que chegam na cidade. Para Carlos “ser ambulante é maneiro, compensa”, mesmo tendo que passar as noites e madrugadas pelo centro, dormindo em qualquer lugar. Carlos já trabalhou com carteira assinada há tempos, mas encontrou na roça seu sustento, diz que hoje a roça está cada vez mais difícil. Para ele o trabalho no porto está mais fácil porque os guardas municipais mudaram sua forma de atuação, hoje eles avisam que é para sair e dão um prazo, outrora apreendiam toda a mercadoria dos ambulantes.

Cesário: De longe avistamos Cesário, um senhor de 78 anos que prontamente aceitou responder nossas indagações. Cansado, Cesário contou que mora no centro da cidade há 60 anos e que foi o 10º camelô de todos os camelôs registrados no Diário Oficial do Rio de Janeiro. Dedicou sua vida profissional como inspetor de alunos em um colégio estadual da Zona Norte e assim se aposentou, mas nunca deixou sua barraca de lado, trabalhando sozinho como camelô no centro da cidade.

Cesário contou que hoje não trabalha mais por necessidade, por ser aposentado e morar só, mas que a dinâmica do trabalho no porto e o círculo de amizades que ele construiu o ajudam a passar o tempo. A convivência com a guarda municipal também não é problema para Cesário. Ele nos disse que a guarda atualmente tem convivido mais pacificamente com os camelôs e que quando vão fazer um choque de ordem, os avisam antes, dando tempo de recolherem suas mercadorias com calma.

Sobre as obras do porto, Cesário foi enfático “a frequência de pessoas melhorou, mas as obras são muito ruins, olha lá as pedras se soltando, tudo estragado, perigoso uma criança ou um idoso andar por aqui. Esse é o legado que o Eduardo Paes deixou”.

Wallace e Carlos: Dentre vários carrinhos e ambulantes caminhando pelo porto avistamos Wallace e Carlos uniformizados em um carrinho da Kibon. Carlos não quis conversar no início, mas Wallace achou interessante responder algumas questões sobre seu cotidiano. Ele nos disse que trabalha há dois anos ali, mas só aos finais de semana, ajudando Carlos, pois estuda. Ele também não trabalha em outro lugar, só com a Kibon. Para ele as obras realizadas na Zona Portuária “ajudaram muito, o público aumentou, mais turistas aqui, mas só no começo. Agora já está esvaziado de novo, devem ter enjoado.” Ele mora em Bangu e demora cerca de 1 hora para ir e para voltar para sua casa, mas ainda assim compensa, disse que em um dia bom vendem em média R\$ 100,00 em sorvetes.

Carlos vendo que a entrevista fluía bem, sem perguntas muito pessoais nos disse que “é melhor ser ambulante aqui. É mais seguro, como a Barra e Zona Sul. Para mim a repressão é mais leve porque tenho autorização, mas ela venceu e a prefeitura não renova. Muita burocracia, não consigo autorização. A guarda está mais tranquila agora com os outros,

sem documentos, não recolhem mais as mercadorias, eles chegam e avisam quando não é para ficar e só.”

Lucilene e Maria: Lucilene e sua filha estavam sentadas em frente a seu carrinho, vende pipoca doce e salgada, atraindo mais fregueses. Ela está na Praça Mauá “desde que reformou”, mas não tem uma opinião muito positiva quanto ao trabalho ali. Ela disse que “para muitos ambulantes o trabalho complicou. Muita gente vem de longe e descem na central e aí o bilhete único não funciona e eles tem que vir a pé, isso complicou.” Não para ela e sua filha, pois moram em São Cristóvão e só pegam um ônibus que as deixa ali na praça todos os dias. Lucilene elogiou a atuação dos guardas municipais, disse que eles estão mais tranquilos avisando quando os ambulantes têm que sair dali, dando tempo para a retirada das barracas e carrinhos.

Ela queria estar legalizada, mas está esperando sua licença desde 2008 e não consegue se regularizar tendo que enfrentar o medo de perder tudo, toda manhã ao despertar. Ela disse que “se liberasse seria melhor pro meu trabalho né, estou esperando”.

Um perfil interessante que ela nos traçou foi o dos consumidores de suas pipocas, disse que atende mais pessoas do Rio de Janeiro e que os turistas não comem muito por ali, preferem ir pra outros lugares e que mesmo assim, vale a pena ser ambulante na praça Mauá pois fatura de R\$ 70,00 a R\$ 80,00 por dia trabalhado em alta temporada.

Luciana: Luciana trabalha com sua tia na Praça Mauá com uma bicicleta adaptada, onde vendem salgados, doces e sorvetes de terça à domingo, todas as semanas. Para ela, as obras de revitalização da Zona Portuária foram boas, mas ficaram ruins com o tempo e que atraíram turistas que antes não vinham pra essa área da cidade. Ela sustenta sua família com o que ganha no porto, nos contou que quando para um navio e muitos turistas descem fatura em média R\$ 200,00, mas quando não há navios, esse valor cai.

Luciana era cozinheira com carteira assinada, tempos depois, desempregada encontrou ali uma forma de sobreviver. Para ela “trabalhar aqui é positivo, seria bom poder trabalhar tranquila, porque os turistas querem consumir, querem até informações da gente. Queremos licença, os guardas são tranquilos com a gente, pedem pra gente sair e não levam mercadoria, mas a gente está ilegal, né.”

Cleovaldo: Cleovaldo é ambulante na Praça Mauá aos finais de semana e na Avenida Rio Branco durante a semana, mas disse que os finais de semana na Praça Mauá rendem muito mais para ele. Ele nos contou seu segredo, um valor maior em cada tapioca que vende, disse que é justo porque quem compra sua tapioca no porto está passeando, é turista. Já na Avenida Rio Branco é trabalhador também.

Cleovaldo nos disse que as obras melhoraram muito, as vendas aumentaram nos últimos anos pois o número de turistas também aumentou. Assim, ele ganha R\$ 200,00 em média por dia trabalhado ali, ou seja, R\$ 1.600,00 por mês. Cleovaldo reclamou muito sobre a repressão, “se a prefeitura emitisse a licença seria muito melhor, é um trabalho honesto. Eu tiro minha renda, pago meu aluguel, os turistas daqui precisam do nosso trabalho. Vem aqui e comem minha tapioca, se eu tivesse a licença e não tivesse que me preocupar em sair correndo, seria melhor. Temos medo de perder a mercadoria. Se a guarda manda sair e você não sai, às vezes eles levam até o botijão de gás. E como eu trabalho sem gás?”.

Entrevistas do dia 17 de setembro de 2019

Valtair: Valtair é um camelô de cinquenta e poucos anos que fica parado em frente a um dos últimos armazéns do Píer Mauá. Encosta sua bicicleta, onde carrega um grande isopor

com refrigerantes e água mineral. Ao ser entrevistado nos contou que vive no Morro da Conceição em uma casa com quintal e a divide com Alice, uma protetora dos animais, que jurou não ser sua companheira. Mas que brigam como marido e mulher. Os dois tem cerca de trinta gatos, que resgatam pelas ruas do centro da cidade e castram a medida do possível. Valtair disse que é o chefe dessa família, pois nunca se casou e não tem filhos e que trabalha para levar pelo menos dois quilos de ração por dia para casa.

Ele acredita que a reforma da Zona Portuária foi positiva pois antes ali só tinham carros e hoje abriu muito espaço para o turista e para os camelôs. O único problema, segundo ele, é que a SEOP perturba muito, mandam ir embora e se eles não forem, levam toda sua mercadoria. “É injusto a gente trabalhar e eles levarem tudo”, disse ele.

Seus ganhos dependem muito da época do ano. No verão o porto se enche de turistas e ele consegue faturar até R\$ 400,00 por semana, mas no resto do ano os ganhos são de R\$ 100 a R\$250,00 por semana. Altair nos contou que nos dias com pouco movimento no porto, estaciona sua bicicleta na Rua Acre, 65 ou em qualquer outro bom ponto no centro. Ele, que já trabalhou em outras coisas, não tem uma carteira de trabalho e nos pediu ajuda com isso pois sonha, algum dia trabalhar regularizado.

Clécio: Clécio estava com suas mercadorias, imãs de geladeira e lembrancinhas da cidade, em um lençol estendido na escadaria de um dos armazéns do píer Mauá. Simpático, contou que é do Rio Grande do Sul, mas que vive no Rio de Janeiro há mais de trinta anos. Separado, hoje vive no centro da cidade na Senador Dantas e só trabalha como camelô ali, mas já trabalhou com carteira assinada.

Ele nos contou que a reforma que aconteceu ali melhorou muito a vida dos que trabalham e vivem na região, pois antes só havia carros e viadutos, era abandonado e hoje há turistas. Ele disse que “A melhor época do ano para se trabalhar no porto é no verão, quando consigo ganhar até R\$ 300,00 por semana ou quando há parada de navios, com turistas que adoram minhas lembrancinhas do Rio.

Para Clécio, na época do prefeito Eduardo Paes a guarda municipal apreendia suas mercadorias sem avisar e que hoje, com Crivella, eles avisam e dão um tempo para a retirada de suas mercadorias e só depois, se eles não saírem, é que tem suas mercadorias apreendidas. Confessou que para ele é sempre mais difícil na hora da rapa, pois não tem um carrinho ou bicicleta, tem que juntar as pontas do lençol e sair.

Tiago: Tiago estava sentado em uma cadeira de bar, com sua bicicleta estacionada logo depois dos foodtrucks. Com seus trinta anos, vende água no porto há pouco mais de dois anos, quando foi demitido seu emprego anterior. Sua esposa, também desempregada, não consegue trabalhar e ele sustenta sua família com o que ganha no porto. Ele é morador de São Cristóvão e contou que vai e volta todos os dias com sua bicicleta e seu isopor, mesmo cansado depois de um longo dia de trabalho.

Quando perguntado sobre a repressão da prefeitura, Tiago respondeu “Posso falar mesmo? A SEOP é uma merda. Estamos desempregados, não estamos aqui porque queremos e eles levam a nossa mercadoria. Eu perco dinheiro com isso, é uma merda. Quando são os nossos, os que ficam aqui, avisam que temos que sair, mas os de fora já chegam levando tudo.” Ele nos confidenciou que ganha de R\$ 180 a R\$ 250,00 por dia no verão, mas que esse valor cai pra R\$ 80,00 no inverno e durante a crise. Disse que esse ano as coisas estão mais difíceis pois o país está quebrado.

Tiago contou que entrou com o pedido de regularização na prefeitura há um ano e meio atrás e que até agora não foi chamado. Voltou a prefeitura e perguntou quando sairia e disse que o próprio funcionário de lá disse para ele desistir, que o Crivella não está liberando pra ninguém. Ele reclamou da desunião da classe dos camelôs, disse “se nos uníssemos, conseguiríamos trabalhar em paz e regularizados. Mas aqui um quer e outro não quer e mesmo quem quer não consegue porque a prefeitura dificulta pra quem quer trabalhar honestamente como camelô”.

Ele disse que a reforma urbana que aconteceu ali foi ótima pois atraiu muitos turistas para a região, mas apontou “olha o chão, todo quebrado. Não tem um banheiro para os turistas e pra gente, se quisermos temos que ir ao museu, mas ele fecha às seis horas. Isso é horrível, reformaram, foi bom, mas não cuidam do que tem aqui, está tudo se destruindo.”

Michael: Michael produz e vende seus colares e pulseiras pelo país. Viajante, é natural de Brasília e está no Rio de Janeiro há poucos meses. Nesse meio tempo dorme em um hostel no centro da cidade e trabalha caminhando. Ele, que nunca trabalhou de carteira assinada, gostou muito da Zona Portuária da cidade e disse que conseguiu fazer boas vendas ali, que a reforma ajudou os ambulantes pois agora tem um mais um lugar para expor sua arte e vender suas coisas.

João: João trabalha com bebidas e água de coco. Ele nos contou que há dois anos trabalhou como operário da construção civil, mas que perdeu seu emprego. Ele disse que na construtora que ele trabalhava com a carteira assinada, mas que sempre trabalhou como autônomo. João disse que mora próximo do Morro da Providência e que vai e volta todos os dias a pé, com seu isopor.

João não quis nos contar o quanto ganha por dia, se fechou ao seu questionado, mas ao continuar a entrevista, ele voltou a se abrir. Ele elogiou as reformas do porto porque, segundo ele “atrai gente pra cá, antes não tinha nada e agora tenho uma clientela segura” e ele também elogiou o barco biblioteca que estava ancorado no píer naquele dia, falou que tinha aumentado o movimento, conseguido mais vendas. João, casado e com filhos tira seu sustento de suas vendas no porto.

João não trabalha sozinho no porto, Willian, seu sobrinho, fica com uma barraca ao seu lado também vendendo água de coco e bebidas. Ele nos contou que paga um salário para seu sobrinho trabalhar com ele em dias de maior movimento, mas não nos contou o valor pago. Já Willian, não quis ser entrevistado.

José dos Santos Silva: José veio da Bahia a três anos atrás. Natural de Salvador, trabalha na Zona Portuária durante a semana no período da manhã e da noite e, aos finais de semana, trabalha na Lapa vendendo bebidas. José disse que consegue faturar em média R\$ 250,00 reais por semana. Morador do Morro da Providência, ele e sua esposa trabalham juntos no Porto Maravilha e retiram a maior parte de sua renda com as vendas ali feitas. João nos contou que a guarda municipal incomoda muito, quando fizemos essa pergunta ele riu muito ao responder em um tom irônico, como se fosse uma obviedade.

Falou que o público dele é na grande maioria composto por turistas e que os trabalhadores do museu não compram muito a mercadoria dele, visto que o seu ponto na praça é em frente ao Museu do Amanhã.

Ele nos contou que todos os vendedores se conhecem do trabalho do dia a dia e muitos moram na Providência e por isso não há conflitos pelo lugar de trabalho na praça, pois

eles mesmos se organizam. Ele disse que já trabalhou com carteira assinada na construção civil em Salvador nos Estádios da copa do mundo, ele falou com orgulho deste fato.

Felipe: Trabalha vendendo açaí, pega o produto no Saara e roda com a bicicleta entre o Museu do Amanhã e o AquaRio. Felipe nos contou que mora em Nova Iguaçu e que trabalha há quase um ano na banca de açaí. Ele não reclama da guarda municipal e estava uniformizado, parecia trabalhar para um rede de vendas e, por isso ele não sente a repressão da guarda como em outros relatos.

Disse que os pais trabalham no comércio de Nova Iguaçu e ele ajuda com a renda da casa com um salário e meio que consegue com a venda de açaí. Felipe não tinha uma opinião formada sobre as reformas urbanas que ocorreram ali, porque não conhecia o centro da cidade antes de começar a trabalhar.

O público dele são os usuários do museu e do aquário, porque ele sempre fica na frente dos dois todos os dias da semana. Ele falou que esse era o seu primeiro emprego.

Paulo da Rocha: Paulo, vendedor de pipoca, tem 74 anos e trabalha há 15 em seu carrinho de pipocas no centro do Rio, entre a praça Mauá e a Avenida Presidente Vargas. Ele nos contou que depois da reforma, tem ficado mais em frente ao Museu do Amanhã, onde consegue bons clientes.

Ele nos contou que já teve emprego formal, nos Correios do Brasil onde agora é aposentado, não tem filhos nem esposa, mora sozinho no Morro da Providência e disse que empurra o carrinho até lá todas as tardes. Paulo disse que a guarda municipal é muito ruim com os vendedores pois levam suas mercadorias, as vezes sem nem dar a chance deles se retirarem. Ele disse que gostou muito das reformas no centro porque deu mais um lugar para ele trabalhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Giovana G. F. de; ENGEL, Vonia. **A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 19, p. 89-105, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

_____. **A dialética do trabalho, Escritos de Marx e Engels**. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2004.

ARANTES, Paulo. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, 1992.

BOTELHO, Maurilio L. **Desenvolvimento, espaço e crise estrutural**. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 1, 2013.

_____. **Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo**. Revista Maracanan Dossiê, nº 18 2018.

_____. **Cidade do Amanhã: Urbanização simulada e ficcionalização do capital no paraíso tropical**. Mineo. 2016.

_____. **Teoria da Crise em David Harvey**. Revista Continentes, [S.l.], n. 4, p. 66-111, jan. 2014. ISSN 2317-8825. Disponível em:

<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/40>. Acesso em: 16 out. 2018.

CACCIAMALI, M. C.. **Globalização e processo de informalidade**. In: Seminários IPE, 2000, São Paulo. Trabalhos para Discussão Interna. São Paulo: IPE-USP, 2000. v. 2000. p. 1-25.

_____. **Informalidade, flexibilidade e desemprego - Necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania**. Geousp, FFLCH - USP, São Paulo, v. 10, p. 77-90, 2001.

_____. **Padrão de acumulação e processo de informalidade: Brasil e México**. Pesquisa & Debate (PUCSP. 1985. Impresso), PUCSP, São Paulo, v. 12, n.1, p. 5-43, 2001.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro; Plataforma Dhesca Brasil. **Dossiê dos Camelôs do Rio de Janeiro**. Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINIZ, Nelson. **Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

FAULHABER, Lucas e AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro. Mórula, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Sp: Annablume, 2005.

_____. **Condição Pós-Moderna**. 18ªed, São Paulo, Edições Loyola. 2009.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2008 [2005].

_____. **Neoliberalismo como destruição criativa**. São Paulo, SP: INTERFACEHS-Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>>. Acesso em setembro de 2018.

HORTA, Ariane. M. N.; HORTA, Pedro. H. M. N; NUNES, Guilherme. C. **As cidades após o neoliberalismo?** Seropédica: Revista Continentes, 2017. (Tradução/Artigo).

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos, NOVAES, Patrícia Ramos. **Rio de Janeiro: Impactos territoriais e o ajuste espacial na cidade olímpica**. E-metropolis, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, nº25 p. 12-25, 2016.

KURZ, Robert. **A honra perdida do trabalho: O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica**. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz109.htm>>. Acesso em: agosto de 2017.

_____. **O homem flexível**. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz11.htm>>. Acesso em: agosto de 2017.

_____. **Com todo o vapor ao colapso**. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz91.htm>>. Acesso em setembro de 2018.

_____. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Marx, Karl. **El Capital**. Vol. III. México, FCE, 1973.

_____. **O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo: 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2001. (11ª ed.).

MARTIN, Ron. **Teoria econômica e Geografia Humana**. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996 [1994].

MASCARENHAS, G. **A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 52-68, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

MOREIRA, R.. **Os Quatro Modelos de Espaço-Tempo e a Restruturação**. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 1, n.7, p. 33-54, 2002.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Editora Brasiliense. São Paulo, SP: 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. **Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil**. Nova Economia, v.27 n.2 p.213-246, 2017

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SARDINHA T. S.. **O capital Financeiro na Produção do Espaço Urbano e a Questão da Segurança Pública: o caso do Porto Maravilha**, Rio de Janeiro. REVISTA CONTINENTES, v. completo, p. continentes.com-tiagomarinom.com, 2017.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 18º edição. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

_____. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, 2007, pp. 15 – 31.

_____. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org.). De volta à cidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VAINER, C. B.; MARICATO, E.; ARANTES, O. **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos**. 1. ed. Petropolis: Vozes, 2000. v. 1. 192p.